

33



CONECEFE

Resistência e luta!
Em defesa da Caixa e por
nenhum direito a menos





Resistência e luta!
Em defesa da Caixa e por
nenhum direito a menos

PROGRAMAÇÃO

Dia 30 de junho:

15h às 21h – Credenciamento
20h – Ato em defesa dos bancos públicos
20h30 – Jantar

Dia 1º de julho:

8h às 18h – Credenciamento
9h às 10h – Abertura
10h às 12h – Lançamento da Frente Parlamentar
Mista em Defesa dos Bancos Públicos.
12h às 13h – Almoço
13h às 13h30 – Votação do regimento interno
13h30 às 14h30 – Apresentação das teses
14h30 às 18h – Instalação e início
dos trabalhos em grupos
18h às 19h – Jantar
19h às 21h – Reunião das correntes políticas
21h – Confraternização.

Dia 2 de julho:

9h às 13h – Plenária final de encerramento.
13h às 15h – Almoço.

ÍNDICE

PROPOSTA DE REGIMENTO	5
TESE DA ARTICULAÇÃO BANCÁRIA - ARTBAN	7
TESE DA CTB	19
TESE DA INTERSINDICAL BANCÁRIA	25
TESE DA CSD - CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA....	33
TESE DO ENFRETE	47
TESE DO COLETIVO BANCARIOS DE BASE SP - MRT SP BANCÁRIOS E BANCÁRIOS INDEPENDENTES SP.....	53
TESE DO MOVIMENTO NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA - CSP CONLUTAS	61
RESOLUÇÕES DO 32º CONEF	72
AGENDA E CADERNO DE RASCUNHO	80

CA

Ar

CA

Ar

CA

Ar

CA

Ar

1)

2)

3)

4)

5)

6)

7)

8)

9)

10)

11)

12)

CA

Ar

A CEE/Caixa submete aos delegados do 33º Conecef a proposta abaixo de Regimento Interno para a condução dos trabalhos:

33º CONECEF

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I – DA REALIZAÇÃO

Art. 1º - O 33º Conecef mantém as resoluções do 32º Conecef no que se refere as pautas de reivindicações específicas, que será rediscutida no 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa. Assim o atual congresso se ocupará das discussões urgentes da sociedade brasileira, principalmente na defesa dos direitos, dos bancos públicos e da Caixa pública.

CAPÍTULO II - DA DATA E SEDE

Art. 2º - O 33º Conecef será realizado nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho de 2017, em São Paulo/SP, no Hotel Holiday Inn - Parque Anhembi, (Rua Prof. Milton Rodrigues, 100)

CAPÍTULO III - DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 3º - Os trabalhos do 33º Conecef serão conduzidos pela CEE/Caixa.

CAPÍTULO IV - DO TEMÁRIO

Art. 4º - Os debates versarão sobre o seguinte temário:

- 1) Defesa da Caixa;
- 2) Saúde e Condições de Trabalho;
- 3) Saúde Caixa;
- 4) Previdência;
- 5) Terceirização;
- 6) Reforma trabalhista;
- 7) Defesa dos Bancos Públicos;
- 8) Funcef;
- 9) Aposentados;
- 10) Mais empregados;
- 11) Verticalização;
- 12) Restruturação.

CAPÍTULO V - DOS PARTICIPANTES

Art. 5º - São participantes do 33º Conecef os empregados da Caixa da ativa e aposentados eleitos delegados nos fóruns regionais/estaduais de acordo com os quantitativos definidos para cada estado, na proporção de um delegado para cada 300 empregados na base, conforme tabela abaixo:

§ 1º - Os membros da CEE/Caixa (um representante por federação e um da Contraf/CUT e um coordenador) serão delegados natos do 33º Conecef.

UF	Empregados	Delegados	Aposentados	Delegados	Delegados por UF	Observadores por U.F
AC	293	2	29	1	3	1
AL	1.110	4	486	2	6	1
AM	838	3	228	1	4	1
AP	176	2	11	1	3	1
BA	4.608	15	1.720	6	21	2
CE	2.509	9	1125	4	13	1
DF	9.351	31	2.776	9	40	4
ES	1.970	7	1.257	4	11	1
GO	3.313	11	1.245	4	15	2
MA	1.070	4	317	1	5	1
MG	9.579	32	4.942	16	48	5
MS	1.082	4	379	1	5	1
MT	999	3	326	1	4	1
PA	1.551	5	399	1	6	1
PB	1.114	4	703	2	6	1
PE	2.738	9	1.357	4	13	1
PI	901	3	350	1	4	1
PR	5.955	20	3.038	10	30	3
RJ	8.036	27	7.934	26	53	5
RN	1.097	4	554	2	6	1
RO	528	2	47	1	3	1
RR	166	2	1	1	3	1
RS	6.286	21	3.903	13	34	4
SC	3.918	13	1.942	6	19	2
SE	778	3	315	1	4	1
SP	22.219	74	8.375	28	102	10
TO	411	2	123	1	3	1
TOTAL	92.596	316	43.882	148	464	55

§ 2º - A quantidade de observadores será de 10% da delegação total, garantido no mínimo 1 (um) por estado, e os mesmos terão direito a voz, mas não terão direito a voto.

CAPÍTULO VI - DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º - O credenciamento será realizado no mesmo local do 33º Conecef (Hotel Holiday Inn), nos seguintes horários:

- dia 30 de junho - das 15h às 21h
- dia 1 de julho - das 8h às 18h
- * dia 1 de julho - das 18 as 21h (credenciamento de suplentes)

Art. 7º - Os delegados e observadores serão credenciados com base nas inscrições eletrônicas feitas pelas entidades representativas, com a devida comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

§ 1º - Eventuais questionamentos de credenciamento de delegados ou delegações serão resolvidos pela CEE/Caixa, em primeira instância, e pela Plenária Geral, em última.

§ 2º - Os delegados serão identificados com crachás com cores diferentes que indicarão a qual grupo de trabalho o delegado pertence, conforme Art. 5º.

§ 3º - Havendo interesse, os delegados poderão trocar de grupo, uma única vez, dentro da própria delegação.

§ 4º - A distribuição dos delegados entre os grupos de trabalho se dará aleatoriamente respeitando-se a distribuição equitativa de delegados dos estados por grupos, à exceção dos delegados aposentados que serão distribuídos entre os grupos 1 e 2, garantindo-se o direito à permuta para outro grupo, conforme § 3º deste artigo, caso seja do interesse do delegado aposentado.

§ 5º - Os observadores serão distribuídos aleatoriamente entre os temas, identificados com crachás específicos com as cores dos respectivos grupos.

§ 6º - A delegação que inscrever observadores arcará com as despesas de hospedagem e alimentação.

CAPÍTULO VII - DAS INSTÂNCIAS E DAS VOTAÇÕES

Art. 8º - Os trabalhos do 33º Conecef realizar-se-ão a partir das seguintes instâncias:

- Grupos de Trabalho
- Plenária Geral

Art. 9º - As votações na Plenária Geral e nos grupos deverão ser feitas levantando-se os crachás.

Parágrafo Único - Não serão permitidos votos por procuração.

CAPÍTULO VIII - DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 10º - O temário do 33º Conecef será distribuído em quatro grupos de trabalho a saber:

Grupo 1 - Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho / Saúde Caixa

Grupo 2 - Funcef / Aposentados/ Previdência

Grupo 3 - Reestruturação/ Verticalização / Terceirização / Reformas trabalhistas

Grupo 4 - Defesa da Caixa / Mais empregados/ Defesa dos Bancos Públicos

Art. 11º - Os trabalhos dos grupos serão instalados coordenados por representantes da CEE/Caixa, devendo neste ato ser eleito um ou mais relatores.

Art. 12º - Ao grupo de trabalho compete discutir e decidir sobre os respectivos temas, devendo apresentar, por escrito e em bloco, as propostas consensuais e, em destaque, as polêmicas para discussão e aprovação na Plenária Geral.

§ 1º - Toda e qualquer manifestação do delegado no grupo deverá ser feita mediante prévia inscrição.

§ 2º - As propostas serão votadas no grupo, abrindo-se uma defesa com a duração de três minutos para cada posição.

§ 3º - Em todas as votações será aferido o percentual de cada posição, sendo que só serão encaminhadas à plenária propostas que obtiverem percentual mínimo de 20% (vinte por cento) de votação no grupo.

§ 4º - As declarações de voto devem ser solicitadas à mesa, antes da votação, mediante a entrega do crachá e terão tempo de 01 minuto.

CAPÍTULO IX - DA PLENARIA GERAL

Art. 13º - A Plenária Geral é o órgão máximo e soberano e será composta por todos os delegados credenciados, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, as conclusões dos grupos de trabalho, observando-se o temário, regimento interno e a ordem do dia.

§ 1º - Os trabalhos da Plenária Geral serão coordenados pelos membros da CEE/Caixa, sendo que a mesa diretora poderá convidar assessorias para suporte aos trabalhos.

§ 2º - Toda e qualquer manifestação do delegado na Plenária Geral deverá ser feita mediante prévia inscrição.

§ 3º - As propostas serão votadas na plenária, abrindo-se uma defesa com a duração de três minutos para cada posição.

§ 4º - As deliberações na plenária serão tomadas por maioria simples.

§ 5º - Em caso de dúvida na aferição por contraste, quanto ao resultado da votação, será feita a contagem dos crachás.

§ 6º - As declarações de voto devem ser solicitadas à mesa, antes da votação, mediante a entrega do crachá e terão tempo de 1 minuto.

CAPÍTULO X - DAS MOÇÕES

Art. 14 - As moções deverão ser entregues a um representante da CEE/Caixa, subscritas por pelo menos 10% do total de delegados, até às 18h horas do dia 18 de junho e todas serão discutidas e votadas na Plenária Geral, ao final dos trabalhos.

Parágrafo Único - As moções não poderão versar contrariamente a pontos já deliberados, cabendo à CEE/Caixa a análise de seus conteúdos.

CAPÍTULO XI - OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 15 - Os casos omissos serão considerados questão de ordem, devendo ser definidos pela Plenária Geral, passando a posição aprovada a integrar o presente Regimento.



TESE 1

Articulação Bancária (ArtBan)

**TERCEIRA VERSÃO DA TESE
ARTBANCAIXA SP AO 33º CONECEP
14/6/2017**

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Em 2017, economia mundial segue patinando e a onda conservadora se mantém. As disputas geopolíticas mostram as tentativas de rearranjo de um mundo multipolar. Na disputa por hegemonia das grandes economias, o hemisfério sul segue seu papel de coadjuvante. Os BRICS perderam força com a rebaixamento da relevância do Brasil no cenário mundial, com a Rússia voltada para questões internas e regionais, e a China tentando equacionar a sua economia.

O capital financeiro avança sobre as economias exigindo uma exploração ainda maior do trabalho para atender às expectativas de rentabilidade do mercado. A cada aquisição ou fusão de empresas a primeira medida é economizar em mão de obra, ou seja, aumentar a exploração do trabalho. Grupos econômicos, monopólios e cartéis, através de seus prepostos, avançam sobre o estado e sobre políticas públicas se for necessário para aumentar seus lucros. Macri na Argentina, Trump nos EUA, Dória em SP são exemplos.

Entre nós, um ano após a consumação do golpe, pode-se ver exatamente a que veio. As reformas trabalhistas e previdenciária, a entrega do petróleo às companhias multinacionais, o desmonte dos programas sociais e a abertura da venda de terras a estrangeiros são os primeiros pontos do programa golpista. Os que sujaram as mãos dando o golpe agora disputam entre si o espólio do crime, mas os verdadeiros donos do poder seguem comandando o processo e exigindo a aprovação do maior assalto a direitos que este país já viu.

As forças democráticas e populares têm se esforçado para tentar barrar os retrocessos nos direitos da população. No Congresso, uma batalha desigual contra os apoiadores do golpe, muitos envolvidos em processos legais, que buscam com a aprovação dos projetos reacionários uma anistia para os crimes que são acusados. Nas ruas, as frentes Brasil Popular e Brasil Sem Medo lideram a resistência, com a participação da classe trabalhadora unida em defesa da democracia. Cresce a participação das pessoas a cada ato, mas ainda falta muito para atingir amplos setores da sociedade.

Nos próximos 15 meses se estará disputando o futuro do país para as próximas décadas. O projeto golpista é aprovar todas as medidas até outubro de 2018, por isso a pressa. A justiça correrá para condenar Lula e inviabilizar a sua candidatura. Só após essa definição o campo democrático e popular saberá quem será seu candidato. Pelo lado conservador, apoiador do golpe, é praticamente impossível encontrar um nome competitivo, daí as apostas em um nome “novo”.

É nesse contexto que vão acontecer as ações e mobilizações que definirmos neste 33º CONECEP.

DEFESA DA CAIXA

A Caixa está sob ataque. Em 2015, vencemos a batalha contra a abertura de capital, mas a sanha privatista, um dos interesses por trás do golpe de 2016, ataca agora com a tática do fatiamento do banco. O objetivo estratégico permanece o mesmo: transformar o patrimônio público em riqueza privada. Loteria instantânea, primeiro, depois, cartões, depois, seguridade, FGTS, penhor... E assim, vendida aos pedaços, a Caixa vai se enfraquecendo, perdendo importância.

A esse perigo mortal e iminente se somam as diretrizes de um governo federal ilegítimo, sob o comando de corruptos e a mando do capital. A restrição de crédito para habitação, o corte de verbas para projetos sociais, o teto dos gastos, tudo isso contribui para cenário difícil e complexo, em que a defesa da Caixa deve ser a prioridade máxima do movimento.

Saúde e condições de trabalho, Saúde Caixa, Funcef, terceirização, reformas trabalhista e previdenciária são temas fundamentais e que devem continuar a receber grande parte de nossa atenção. Mas a defesa da Caixa precede todas as outras batalhas. A nossa capacidade de organização, mobilização e resistência será desafiada diariamente pela difícil conjuntura que se instalou e promete se tornar mais aguda a cada dia.

Os próximos meses serão determinantes para o futuro da Caixa e do país, o que redobra a importância deste 33º CONECEP. A unidade que formos capazes de construir em defesa da Caixa será uma importante contribuição para a luta democrática e popular que irá se agudizar ainda mais em 2018. Os empregados da Caixa, despertados para os desafios e unidos pelo bem comum, serão fundamentais para a sociedade brasileira.

Está em jogo o desenvolvimento do país para os próximas décadas. O Brasil será de um jeito com a Caixa integra, forte e pública, e será totalmente diferente se um dos principais instrumentos de políticas públicas e de concessão de crédito do país deixar de existir como é hoje. É urgente botar o bloco na rua em defesa da Caixa com uma campanha nacional de comunicação, que mobilize os empregados e conscientize a população. Com corações e mentes despertados, os empregados poderão mostrar à população a importância da Caixa para a sociedade, e mobilizar a sociedade na defesa da Caixa e dos bancos públicos.

Eixos estratégicos

- LUTA PELA NÃO OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DO CPC-33 PELA CAIXA
- LUTA PELO NÃO FATIAMENTO DA CAIXA
- LUTA PELA MANUTENÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO FGTS NA CAIXA
- CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA CAIXA

FUNCEF

Voto engavetado, cobranças à Caixa proibidas, empréstimos punitivos aos participantes e balanço sabe-se lá para quando. Há, também, diretor que frequenta o palanque da mídia neoliberal, aquela que, por princípio, é contrária à existência de fundos de pensão. Não se engana quem associa tais atributos à gestão da FUNCEF, em particular sua diretoria, com eleitos empossados em junho de 2014 e indicados pelo governo Temer em setembro de 2016.

Em setembro de 2015, o então conselheiro eleito Antônio Fermino submeteu ao Conselho Deliberativo (CD) proposta para a cobrança do contencioso à Caixa (exigível contingencial) por meio administrativo ou, se infrutífera, por meio judicial. O contencioso representa valores relativos à integralização não realizada de reservas para cobertura de benefícios corrigidos por determinação judicial, em sua quase totalidade resultantes de demandas do empregado da Caixa contra sua empregadora. Direito reconhecido, benefício corrigido, reserva não integralizada e a conta sobra para a FUNCEF ou, traduzindo adequadamente, para os demais participantes do respectivo plano. E a, já elevada, não para de crescer: em dezembro de 2015, R\$ 1,99 bilhão; em novembro de 2016, R\$ 2,4 bilhões.

Tabela 1 – Exigível Contingencial (risco provável) – dezembro de 2015 e novembro de 2016 (em mil R\$)

	Contingencial dezembro de 2015 (perda provável)	Contingencial novembro de 2016 (perda provável)	Diferença (2015 - 2016)	Variação (2015 - 2016)
REG/REPLAN Saldado	R\$ 1.495.976	R\$ 1.833.680	R\$ 337.704	22,57%
REG/REPLAN Não Saldado	R\$ 419.214	R\$ 477.441	R\$ 58.227	13,89%
REB	R\$ 50.766	R\$ 53.205	R\$ 2.439	4,80%
Novo Plano	R\$ 24.231	R\$ 45.023	R\$ 20.792	85,81%
Total FUNCEF exclusivamente planos (*)	R\$ 1.990.187	R\$ 2.409.349	R\$ 419.162	21,06%

Fonte: FUNCEF - Demonstrações contábeis novembro de 2016. (*) Não incluído total de ativo e contingencial do Plano Geral de Administração (PGA)

A Caixa se omite quanto à sua responsabilidade no contencioso. Omitiu-se, também, o Conselho Deliberativo, com os demais eleitos e todos os indicados. A proposta não foi aprovada nem desaprovada e está perdida em alguma gaveta. A aprovação representaria que a FUNCEF, administradora dos planos, cumpriria uma de suas obrigações: cobrar.

Mas não cumpriu e é improvável que o faça agora. Em evento de maio de 2017, que reuniu empregados da Caixa na Paraíba, o diretor Max Mauran Pantoja da Costa anunciou aos presentes que o atual presidente, Carlos Antônio Vieira Fernandes, “prefere renunciar a ter que cobrar a Caixa”. Em outras palavras, o Presidente não arriscará seu cargo incomodando a patrocinadora. E o diretor, ao que parece, também não se esforçará muito nesse debate.

Há que se registrar, ainda, que a diretoria da Fundação inviabilizou outra iniciativa de trabalhadores, esta em 2016: constituição de grupo de trabalho (GT) para debate do contencioso. O GT foi aceito pela Caixa e definido em mesa de negociação. Teve sua composição anunciada, mas a portaria da própria FUNCEF que o constituía foi sobrestada pela Diretoria-Executiva a pedido dos eleitos.

Acumulando omissões, a diretoria-executiva da FUNCEF também não se pronunciou a respeito da matéria da Revista Isto É, de fevereiro de 2017, segundo a qual o eleito Max Mauran teria registrado denúncia “pessoal” ao Ministério Público do Distrito Federal relativa à compra de ações da JBS pela FUNCEF. O diretor adota a “denúncia pessoal”, que é veiculada na publicação de preferência, enquanto que a diretoria que ele integra não se manifesta.

Aliado a tudo isso, mudanças nas operações com participantes, com elevação das taxas de juros e mudança na metodologia de amortização que resultaram no encarecimento dos empréstimos aos ativos e aposentados de todos os planos e, dos temas que se arrastam há muito: incorporação

do REB pelo Novo Plano, processo estancado, o que prejudica milhares de participantes; fim do voto de desempate, meio que favorece a patrocinadora; manutenção de direitos sempre ameaçados, como Fundo de Acumulação de Benefícios e Fundo para Revisão do Benefício Saldado, forma de transferir ganhos aos participantes em vez favorecer a patrocinadora.

Balanços

A FUNCEF não havia divulgado, até maio de 2017, os resultados de 2016 dos planos de benefícios. Segundo a

Fundação, o atraso se devia à inconclusa avaliação econômica do Florestal Fundo de Investimento em Participações (FIP Florestal), que detém participação na Eldorado Brasil Celulosa S.A., a cargo de empresa especializada. Sem o valor do ativo de investimento não se atualizam saldos e reservas. Com isso, houve e ainda há atrasos na liberação de resgates e até mesmo no fornecimento de extratos aos participantes. A Caixa também sofre as consequências enquanto patrocinadora: a empresa de auditoria Ernest & Young registrou ressalva no balanço do banco de 2016 pela impossibilidade da provisão adequada de seus compromissos com os planos de benefícios.

Déficits e cenário FUNCEF

Não há expectativa quanto à reversão de resultados deficitários de anos anteriores ou tampouco de rentabilidade acima da taxa mínima atuarial (TMA) em 2016. O país registrou, em 2016, variação negativa de 3,8% em seu Produto Interno Bruto. A retração econômica afeta resultados em operações imobiliárias e com empresas, sejam aqueles realizadas por meio de fundos de investimentos, sejam aquelas de compra e venda ações em mercado aberto. As aplicações em Renda Fixa, em seu maior volume representadas por títulos públicos, maior destino dos recursos dos planos, rendem aproximadamente a taxa atuarial, mas não geram excedente que compensem os resultados insatisfatórios de outros segmentos.

Os planos apresentam resultados inferiores à taxa mínima atuarial desde 2011, o que alimenta déficits. Déficits se caracterizam pelo total de ativos de investimentos inferior ao do passivo, calculados em valores atuais. Resumidamente, números de hoje indicam que se os compromissos com todos os participantes, previstos para décadas, fossem liquidados imediatamente, a venda dos ativos seria suficiente para honrar, aproximadamente, 90% do total do compromisso. Faltariam 10%.

Tabela 2 – Investimento e rentabilidade consolidada FUNCEF segmentos – novembro de 2015

Novembro de 2016	Em mil R\$	Proporção	Rentabilidade	Meta (*)
Rende Fixa	34.136.553	58,77%	12,84%	de 11,82% a 11,95%
Renda Variável	11.897.881	20,48%	7,14%	
Investimentos estruturados	4.415.927	7,60%	-4,61%	
Investimentos imobiliários	5.342.317	9,20%	6,29%	
Operações com participações	2.285.777	3,94%	14,50%	
Outros Investimentos	3.876	0,01%	-15,16%	
Consolidado	58.085.884		9,51%	

Fonte: FUNCEF - Demonstrações contábeis novembro de 2016.

(*) INPC mais taxa de juros considerando-se cada plano. Até novembro de 2016, REB, 11,82%;

Novo Plano e REG/REPLAN Saldado, 11,91%; REG/REPLAN Não Saldado, 11,95%. Novo Plano ex-PMPP, 11,82%.

No exercício de 2014, REG/REPLAN Saldado contabilizava déficit acima da linha de solvência, impondo-se, a partir de maio de 2016, contribuição adicional de 2,78% sobre o valor do benefício aos participantes do plano e à Caixa na mesma proporção. Com novo déficit em 2015, aos participantes do REG/REPLAN Saldado se impõe nova contribuição - mais 7,9% - que se iniciaria em 2017. O déficit acumulado no REG/REPLAN Não Saldado, até o mesmo exercício, também superou a linha de solvência, o que determina contribuição adicional entre 2,53% e 22,91%. Não se iniciaram as cobranças adicionais relativas a 2015. Segundo a FUNCEF, a PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) teria questionado a parcela que cabe à Caixa relativamente ao déficit. O atraso na implantação do equacionamento não elimina o déficit. Ao contrário, empurra o problema e tende a agravá-lo.

Criminalização

A FUNCEF foi tema, junto a outras fundações, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Fundos de Pensão. Relatório final da CPI, de abril de 2016, concluiu que cinco investimentos deveriam ser investigados. Também concluiu que existiram “pedaladas” na contabilidade da Fundação. “Pedaladas”, no caso, representariam a valorização excessiva de ativos de investimentos, entre eles o Fundo Carteira Ativa II (Participação na Companhia Vale S.A.). Essa valorização gerou resultados positivos e, reconhece a CPI, permitiu ganho real aos benefícios de participantes e atualização necessária de hipóteses atuariais. Enfim, as “pedaladas” favoreceram os participantes.

Recentemente, a J&F Investimentos, controladora da JBF e Eldorado Celulose entre outras empresas, foi acusada de ações criminosas junto a diretorias de fundos de pensão, FUNCEF aí incluída. A empresa, após negociação com o Ministério Público, assinou acordo de leniência no qual se estipulou multa que será revertida, em parte, às fundações.

A investigação de denúncias e irregularidades se impõe permanentemente. Mas há que se cuidar para não se rotular toda a atividade de um fundo de pensão como ação criminosa, generalizando acusação de dolo ao conjunto de dirigentes e técnicos por sua afinidade política. A generalização e o rótulo tornarão suspeitas futuras operações dos fundos com empresas e investimentos voltados à economia real. Generalização e rótulo transformarão as fundações em agentes do rentismo

dos juros escorchantes. Transformarão fundações, também, em presa fácil dos que defendem a transferência da gestão a entidades abertas ou bancos privados, à semelhança do que o governo Temer tenta estabelecer para os planos de previdência complementar de servidores públicos.

O PLP 268/16

Com a justificativa de “profissionalizar” a gestão dos Fundos de Pensão e “eliminar os processos de indicação política” nas entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, tramita na Câmara Federal projeto de alteração da Lei Complementar 108 com a proposta de “aprimorar” os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas patrocinadas.

Na prática, em seu texto original, o Projeto de Lei Complementar, que tem origem no PLS 78/15, reduz, de forma substancial, a representação dos trabalhadores nos Fundos de Pensão. Elimina a possibilidade de eleições para as diretorias dessas entidades, definindo a contratação de diretores “do mercado” através de “empresas especializadas”. Limita a um terço a representação de participantes e assistidos tanto no Conselho Deliberativo como no Conselho Fiscal criando a figura do “conselheiro independente” também “escolhido” através de processo definido por “empresa especializada”.

No momento em que o movimento organizado buscava ampliar a participação dos participantes e assistidos das entidades fechadas com patrocinadores privados discutindo o aumento de cadeiras nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a obrigatoriedade de eleições para Diretorias Executivas, o Governo aponta para o atraso e tenta impor um modelo de governança que, na prática, exclui os trabalhadores dos processos de decisão de seus Fundos de Pensão e insiste em falácias como “empresas especializadas” e “diretores de mercado” como se exigências para o efetivo exercício dos cargos em questão já não viessem sendo objeto de aperfeiçoamento e tratadas com o rigor que o novo cenário econômico impôs aos gestores dessas entidades.

Apesar de sua tramitação não avançar na velocidade que o Governo esperava em um primeiro momento, o efetivo debate com a sociedade sobre pontos cruciais na definição do modelo de gestão dessas entidades não vem acontecendo. Outros pontos polêmicos como possibilidade de atuação do

1 Tribunal de Contas da União e a abrangência do papel da
2 Previc, órgão supervisor do sistema, merecem análise cuida-
3 dosa dos trabalhadores e suas entidades representativas sob o
4 risco de todo o avanço conquistado na democratização des-
5 sas entidades ser anulado e os trabalhadores ficarem reféns
6 de definições orientadas pelo interesse das patrocinadoras
7 e dos “profissionais do mercado”.

8 O pouco avanço nas discussões que envolvem o PLP
9 268/16 no Congresso, onde se mantém basicamente o mesmo
10 cenário de um ano (PLS 78), exceto, talvez, por manifesta-
11 ção de adesão ao projeto de grupo restrito de participantes
12 e assistidos de um ou outro plano, poderia ser motivo de
13 comemoração, não fosse o esforço, principalmente dos re-
14 presentantes do Governo através da Secretaria de Políticas
15 de Previdência Complementar (SPPC/MF) no Conselho de
16 Nacional de Previdência Complementar (CNPc) de aprovar
17 a regulação da transferência de gerenciamento de planos
18 entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
19 Aprovação essa que só não ocorreu em função do posiciona-
20 mento das entidades que representam a sociedade civil, no-
21 tadamente a Anapar (Associação Nacional dos Participantes
22 de Fundos de Pensão).

23 A proposta de Resolução de regulação da matéria foi
24 inicialmente apresentada na reunião de 12/12/16 do CNPC e
25 teve sua decisão adiada a pedido dos membros e constituição
26 de Comissão Temática para aperfeiçoamento da proposta
27 original uma vez que várias lacunas foram identificadas no
28 texto. O objetivo básico é definir os critérios gerais para o
29 caso em que um plano tenha a sua administração transferida
30 de uma entidade fechada para outra entidade fechada de pre-
31 vidência complementar o que pode ocorrer, pela legislação
32 em vigor, inclusive por decisão exclusiva do patrocinador.

33 Entre as várias propostas debatidas a considerada a mais
34 relevante, e consenso entre os representantes da sociedade
35 civil, é a que defina em caso de transferência que sejam ga-
36 rantidos não só direitos financeiros dos participantes e assis-
37 tidos, mas também direitos estatutários, como representação
38 em órgão de governança, processos eleitorais entre outros.

39 Essa preocupação decorre do entendimento que essa
40 transferência, sem a manutenção das garantias estatutárias
41 definidas no plano original, pode impor a participantes e
42 assistidos redução na participação dos processos de tomada
43 de decisão que envolvam o plano, reduzindo, dessa forma, a
44 possibilidade de participantes definirem os destinos de sua
45 previdência complementar.

46 Outra preocupação decorre do entendimento que essa
47 transferência poderia ser um primeiro passo para a trans-
48 ferência de gestão de planos de fundações tradicionais para
49 bancos e seguradoras uma vez que vários possuem também
50 suas entidades fechadas sem fins lucrativos. Registra-se, no
51 mínimo como curiosidade, que a Previc (Superintendência
52 Nacional de Previdência Complementar), órgão de super-
53 visão do sistema e coordenadora da Comissão Temática
54 criada pelo CNPC para aperfeiçoar a matéria, ao convidar
55 entidades fechadas para fazer apresentações e auxiliar nos
56 trabalhos da comissão, convidou entidades vinculadas ao
57 Itaú, Bradesco e Citibank e nenhuma fundação fechada mul-
58 tipatrocinada tradicional como, por exemplo, a Fundação
59 CESP ou a Petros, ambas com vasta experiência em multi-
60 patrocínio, para citarmos apenas duas.

61 Essas preocupações tornam a regulação tema fundamen-
62 tal para o trabalhador e pode ser entendida como alternativa

do Governo a própria PLP 268/16 pois pode apontar não
para a participação de profissionais do mercado na gestão
das Entidades Fechadas, mas para a sua total transferência
para os bancos e seguradoras.

Eleições Funcef

A Funcef realizará em 2018, salvo alteração na legisla-
ção em vigor, processo eleitoral, por meio de voto direto,
universal e secreto, como previsto no artigo 55 de seu es-
tatuto, para escolha de representantes de participantes e
assistidos, titulares e suplentes, para três vagas na Diretoria
Executiva (DE), duas no Conselho Deliberativo (CD) e uma
no Conselho Fiscal (CF). A outras vagas destinadas a eleitos,
uma no Conselho Deliberativo e outra no Conselho Fiscal
tem seu processo eleitoral intercalado em dois anos. A com-
posição prevista no estatuto define um total de seis vagas no
CD (três eleitos e três indicados pela patrocinadora Caixa),
quatro vagas no CF (dois eleitos e dois indicados) e seis vagas
na Diretoria Executiva (três eleitos e três indicados)

Desde 2002 os processos eleitorais na Funcef transcor-
rem de forma democrática e transparente com definição
prévia de regulamento que apresente os critérios que irão
nortear o processo e composição de comissão eleitoral, am-
bos definidos pelo Conselho Deliberativo da entidade.

O atual momento de ataque aos direitos trabalhistas e
previdenciários do trabalhador no Brasil atinge também
as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, os
Fundos de Pensão, onde alterações de propostas de lei e regu-
lamentação, como o PLP268/16 e a proposta de regulação da
transferência de gerenciamento de planos que visam reduzir,
parcial ou totalmente, a participação dos trabalhadores na
gestão de seus planos de previdência e encontra eco em parte
do segmento de participantes e assistidos que bombarde-
ados por informações desencontradas, dúbias e inconsis-
tentes ficam suscetíveis a argumentação que os problemas
que envolvem hoje os Fundos de Pensão decorrem única e
exclusivamente de falta de capacidade técnica e gerencial,
quando não dolosa, de seus gestores e que “profissionais de
mercado” são a solução mágica que transformará em curto
espaço de tempo a “realidade” dessas entidades.

Não faltam aqueles que defendem a terceirização das
áreas de investimentos e de gestão de passivos, inclusive
dentro das próprias entidades fechadas, com argumentos
que vão desde a desqualificação técnica dos funcionários até
a justificativa de que a redução de custos é imperiosa para a
retomada do equilíbrio dos planos. Tudo, contudo, baseado
em discursos ideológicos e sem estudos e elementos técnicos
que efetivamente comprovem o discurso.

Tudo isso associado ao momento econômico e político do
país tornam os próximos processos eleitorais um dos mais
importantes na história dos grandes Fundos de Pensão de uma
forma geral. Não é diferente para a Funcef em particular. O que
pode estar em jogo no processo previsto para 2018 não é apenas
a forma como entendemos que um Fundo de Pensão deva ser
conduzido, mas a própria sobrevivência desse mecanismo de
proteção social que é muito mais que um simples modelo de
capitalização de recursos do trabalhador como alguns insistem
em entendê-lo ou tentam transformá-lo. As próximas eleições
exigirão do movimento organizado preparo e dedicação sem
os quais a disputa que se avizinha pode resultar em prejuízos
irrecuperáveis para os trabalhadores.

Eixos estratégicos**FUNCEF**

- FIM DO VOTO DE DESEMPATE (OU VOTO DE MINERVA).
- TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E NOS INVESTIMENTOS
- COBRAR RESPONSABILIDADE QUE É DA CAIXA COM O CONTENCIOSO DA FUNCEF, APOIANDO A CAMPANHA EM CURSO;
- ORIENTAÇÃO, ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS EMPREGADOS, DE PROMOVER ESCLARECIMENTOS AOS PARTICIPANTES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO, ATRAVÉS DE REUNIÕES, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, MATERIAIS INFORMATIVOS, ETC.;
- ORIENTAÇÃO, ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS EMPREGADOS, DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS, COBRANDO OS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO ELEITOS E INDICADOS POR SUAS ATRIBUIÇÕES;
- ORIENTAÇÃO, ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS EMPREGADOS, DE ACOMPANHAR PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL QUE DIZEM RESPEITO ÀS EFPC, ZELANDO PELA DEFESA DOS PARTICIPANTES;
- DEFESA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA FUNCEF
- CONTRA O PLP 268/2016, QUE REDUZ A REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS
- APOIO AO PLP 84/2015, QUE ESTABELECE A PARIDADE ENTRE PARTICIPANTES E PATROCINADORA EM TODOS OS ÓRGÃOS DE GESTÃO, ACABANDO COM O VOTO DE DESEMPATE E PROÍBE A DEVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT AOS PATROCINADORES, DENTRE OUTRAS MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS EFPC

SAÚDE DO TRABALHADOR E CONDIÇÕES DE TRABALHO**Caixa subnotifica mais que bancos privados**

Descumprindo a previsão legal da notificação dos acidentes e doenças do trabalho (Art. 169 da CLT e Art. 22 da Lei 8.213/91), a Caixa continua sendo uma das empresas campeãs em sonegar a emissão da CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho.

O último dado fornecido pelo governo federal, o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2014 (a partir de 2015 não é

mais possível extrair tais informações) não deixa dúvida, entre os bancos, é a que mais subnotifica conforme tabela a seguir:

Os fatores de risco geradores dos dois grupos de doenças que mais atingem os bancários, CID F, transtornos mentais e comportamentais e CID M, distúrbios musculoesqueléticos, continuam se agravando a cada dia nos ambientes de trabalho da Caixa, pelas péssimas condições, aumento da carga de trabalho, redução do número de empregados e pressão por produtividade.

Na mesa de negociação, um dos debates recorrentes em ST é a revisão geral do MN RH 052, sobre acidente de trabalho. Diversas alterações já foram propostas e muitas delas foram incorporadas, porém os gestores das normas as alteram unilateralmente, descumprindo o acordado em mesa de que normativo alterado ou criado em mesa de negociação, só pode ser alvo de novas alterações a partir de novo processo de negociação.

Casos de suicídios aumentam na Caixa

Os afastamentos por razões psicológicas crescem na Caixa a olhos nus, com repercussões gravíssimas, aumentando, inclusive, a ocorrência de suicídios entre os empregados nos últimos anos.

Há tempos esses problemas têm sido levados à mesa de negociação permanente pelos representantes dos empregados propondo a adoção de uma política de prevenção ao adoecimento mental, porém a empresa tem se negado sistematicamente a dar a devida atenção ao tema.

Na contramão de uma política de promoção de saúde, têm optado por modelos pretensamente modernos, utilizados largamente no mercado, e que, se sabe, só têm servido para aprofundar a prática de cobrança de metas de produção sem nenhuma relação com a realidade do mercado e com as condições de trabalho oferecidas, além de promover o processo de alienação, ingrediente indispensável no aprofundamento da exploração do trabalho.

Gestão de Desempenho de Pessoas-Caixa

Coerente com essa lógica, em seu Plano Estratégico 2012-2022, a Caixa define como um de seus objetivos “ter a sistemática de reconhecimento e valorização apoiados na meritocracia” e como forma de concretizar o objetivo cria, em 2014, o GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas – Caixa), programa que visa premiar os empregados mediante o cumprimento de itens definidos em “acordo” individual assinado entre o subordinado e o gestor. O programa, constante do MN RH 205, não explicita quais serão as “consequências” quando houver descumprimento dos termos acordados, deixando em aberto para que cada gestor coloque em prática sua sádica criatividade.

Tabela 3 – Índice de Notificação de AT

	Bancos, exceto Caixa				Caixa			
	Previdenciário (P)	Acidentário (A)	P + A	A/(P+A)	Previdenciário (P)	Acidentário (A)	P + A	A/(P+A)
Transtornos mentais e comportamentais (CID M)	3.127	1.234	4.361	28,30%	544	137	681	20,12%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CID F)	2.586	1.445	4.031	35,85%	508	50	558	8,96%

Fonte: Previdência Social - Elaboração: Subseção do Dieese na Fene e Rede Bancários

Evidentemente, tal programa em nada contribui para melhorar a qualidade dos relacionamentos e dos ambientes de trabalho, ao contrário, somente aumenta a tensão e o clima de disputa entre colegas, colocando nas mãos dos gestores um autêntico instrumento de pressão e assédio moral. O programa prima pela crueldade, ao impor ao empregado o compromisso formal com um plano de metas de produção individual, transformando-o no algoz de si mesmo, pois não cumprir a meta estabelecida por “ele próprio” e com a qual se comprometeu formalmente, será uma demonstração pública de sua “incompetência” e ser rotulado de “incipiente” é o auge da humilhação.

Metas abusivas e GDP

O programa GDP é uma das traduções possíveis para o que se convencionou chamar, no movimento sindical, de “metas abusivas”, por isso deve ser rejeitado veementemente.

Contudo, é preciso termos claro que esse, assim como qualquer outro programa de metas, nada mais é do que um instrumento de controle da produção e sua eventual suspensão não afastará a prerrogativa da empresa de estabelecer esse controle. Portanto, é preciso, mais uma vez referendarmos a formulação, defendida pela Contraf já há vários anos, de **combate às metas abusivas**, estabelecendo em ACT limites para adoção de políticas de aferição de produtividade, principalmente no que se refere a não utilização de metas individuais e descoladas da realidade, tanto do ponto de vista do potencial de mercado, como das limitações dos recursos oferecidos.

O princípio da meritocracia

A meritocracia, base filosófica do programa GDP, é largamente utilizada em empresas privadas em todo o mundo com a seguinte compreensão: os bons resultados são consequência dos méritos individuais de alguns trabalhadores e, portanto, esses devem ser o parâmetro para a progressão funcional e motivo de premiações e outras formas de “reconhecimento”.

Esse raciocínio é, no entanto, simplista. É preciso levar em conta, em primeiro lugar, que a produção se dá de forma coletiva, é resultado do esforço de uma equipe e, portanto, o reconhecimento individualizado é sempre injusto e desagregador.

Por outro lado, os parâmetros para se julgar o mérito, sempre padecerão da subjetividade de quem é encarregado de proceder a avaliação. É comum em muitas equipes de trabalho, ao ser substituída a chefia, trabalhadores antes considerados improdutivos, passem a ser valorizados, e vice-versa.

Finalmente, quando se adota a ferramenta meritocracia, não se considera as diferenças individuais e muito menos as oportunidades diferenciadas que cada um teve em sua história de vida. Há a tendência de nivelar as pessoas, considerando como indicadores algumas habilidades mais desenvolvidas em uns do que em outros, esquecendo-se que muitas tarefas realizadas ao longo de uma jornada, são menos visíveis, mas nem por isso deixam de ter importância, muitas vezes são tão estruturantes que sem sua realização, não se chegaria aos resultados obtidos.

Assim é que, a meritocracia torna-se mais um instrumento nos locais de trabalho a contribuir com a deterioração dos ambientes, acirrando a competição entre colegas e aprofundando o individualismo, ao mesmo tempo em que faz aumentar a

pressão por produtividade; ingredientes altamente favorecedores do assédio moral e da violência organizacional.

Para além do GDP, o assédio moral

Apesar do GDP ser um instrumento que inegavelmente ampliará os métodos de gestão causadores do sofrimento mental e do assédio moral, sabemos que não foi ele que inaugurou essas práticas na Caixa. Infelizmente isso já faz parte de uma longa e lamentável tradição, a qual deve ser combatida diariamente.

Como signatária da Convenção Coletiva da Categoria a empresa está obrigada a cumprir a cláusula 56 para os sindicatos signatários do protocolo de combate aos conflitos disfuncionais nos ambientes de trabalho, porém, em que pese o discurso da ética, desde a inclusão da cláusula na CCT ela jamais cumpriu de forma satisfatória o protocolo assinado, não realizando apurações efetivas das situações denunciadas pelos empregados e isentando, na maioria dos casos, os gestores denunciados.

Por outro lado, é necessário que as entidades sindicais signatárias utilizem mais o instrumento e estimulem os empregados a fazer as denúncias, de preferência de forma coletiva, pois não conseguiremos avançar em relação a melhoria dos ambientes de trabalho sem a participação ativa dos trabalhadores.

PcD Pessoas com deficiência

A legislação brasileira, por meio da Lei 8.213/91 estabelece cotas de contratação de pessoas com deficiência e trabalhadores reabilitados, variando percentualmente de acordo com o tamanho da empresa. No caso da Caixa o percentual é de 5%, ou seja, ela deveria contar em seus quadros com no mínimo 4.500 empregados nessas condições.

Colada com a questão geral da contratação de pessoal, que a Caixa sustou há vários anos, tendo admitido um percentual baixíssimo dos mais de 30 mil, classificados em seu último concurso, vem a discussão da contratação dos PcD.

Por meio de denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho, foram ajuizadas duas ações contra a Caixa, sendo que em uma delas foi concedida liminar para que obrigando a Caixa a manter aberto o concurso, cujo prazo havia se esgotado em junho de 2016.

Na outra, que trata exatamente sobre a contratação de PcD, a Caixa foi instada a informar os números referentes a essas contratações e, no documento apresentado, a empresa confessa que não cumpre a legislação.

A contratação de pessoas com deficiência faz parte de uma política inclusiva, a qual as empresas em geral fazem grande alarde em torno do tema, de maneira demagógica, porém no momento de contratar a coisa muda de figura.

É fundamental que as entidades de todo país estejam atentas a essa situação, apoiando os movimentos dos concursados com deficiência, para forçar a Caixa a alterar essa condição.

Eixos estratégicos

SAÚDE DO TRABALHADOR

E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- MELHORIAS NAS ESTRUTURAS ESPECÍFICAS DE ST.
- COMBATE AOS ASSÉDIOS E PROMOÇÃO À SAÚDE.
- REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO CIPA E SIPAT.

- 1 • FORTALECIMENTO DO FÓRUM NACIONAL DE
- 2 CONDIÇÕES DE TRABALHO.
- 3 • PELA IMPLANTAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE
- 4 CONDIÇÕES DE TRABALHO EM TODO PAÍS.
- 5 • DEFESA PERMANENTE DOS EMPREGADOS CON-
- 6 TRA A PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL,
- 7 E CONTRA TODA A FORMA DE VIOLÊNCIA
- 8 ORGANIZACIONAL;
- 9 • ORIENTAÇÃO ÀS ENTIDADES SINDICAIS DE
- 10 INCENTIVAR O USO DA FERRAMENTA DE
- 11 DENÚNCIAS DE ASSÉDIO;
- 12 • REALIZAÇÃO DE CAMPANHA PERMANENTE
- 13 PELO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRA-
- 14 BALHO E PELO CORRETO REGISTRO DAS HORAS
- 15 TRABALHADAS
- 16 • ORIENTAÇÃO ÀS ENTIDADES REPRESENTA-
- 17 TIVAS DOS EMPREGADOS A ACOMPANHAR
- 18 O CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA 37 DA CCT
- 19 (RANKING E COBRANÇA DE RESULTADOS
- 20 POR MENSAGEM NO CELULAR PARTICULAR),
- 21 DENUNCIANDO A CAIXA QUANDO HOVER
- 22 A TRANSGRESSÃO
- 23 • COMBATE À SUBNOTIFICAÇÃO DE ACIDENTES
- 24 DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

27 SAÚDE CAIXA

29 Afinal, existe ou não superávit?

31 Não há como esconder a existência de superávit no
32 Saúde Caixa, haja vista o fato de o teto de coparticipação
33 e as mensalidades dos dependentes indiretos não sofrerem
34 reajustes há nove anos, e o plano continuar fazendo frente
35 às necessidades de saúde do conjunto de seus usuários, sem
36 dar sinais de alteração desta tendência. O relatório atuarial
37 apresentado pela empresa Deloitte, que presta serviços à
38 Caixa nessa área, reforça essa afirmação, pois indica supe-
39 rávits para os próximos três anos, pelo menos.

40 A Caixa, depois de muito resistir, finalmente reconheceu
41 a existência de um valor acumulado por seguidos exercícios
42 desde pelo menos 2008, tendo informado na mesa de nego-
43 ciação permanente em 2015 o valor acumulado de R\$ 570
44 milhões. Porém recentemente alterou seu discurso, deixando
45 de falar sobre o superávit, e divulgando em seus meios de
46 comunicação, e também nas palavras do próprio presidente
47 Gilberto Occhi, que o plano de saúde dos empregados é
48 deficitário e insustentável.

49 Ao mesmo tempo, os empregados têm sido bombar-
50 deados com a informação de que uma norma que orienta
51 nacionalmente as empresas sobre contabilização, a CPC 33,
52 obrigaria a Caixa a alterar o modelo de custeio do Saúde
53 Caixa, necessitando a adoção de um teto de contribuição
54 por parte dela, caso contrário nosso plano comprometeria
55 a sustentabilidade da própria empresa.

56 Essas discussões, por si só, já trazem um razoável nível
57 de complexidade, e acabam ficando ainda mais confusas,
58 pois, de uma hora para a outra a informação de que o sis-
59 tema de custeio do plano seria altamente sólido, inclusive
60 gerando superávits expressivos, a ponto de a Caixa, não só
61 os reconhecer, como concordar em negociar a aplicação dos
62 recursos excedentes em melhorias para os usuários, passa

63 a ser veementemente negada pela empresa e em seu lugar a
64 afirmação de que o Saúde Caixa é insustentável e que neces-
65 saria de reajustes em seus itens de custeio, o que a Caixa de
66 forma unilateral tentou implementar em 26 de janeiro últi-
67 mo, desrespeitando não só o ACT, como o próprio Conselho
68 de Usuários. Felizmente esses reajustes foram barrados na
69 justiça por meio de sentença liminar em ação impetrada
70 pelas entidades representativas dos empregados.

72 CPC 33: problema do Saúde Caixa ou da empresa?

74 A direção da empresa, visando unicamente seus inte-
75 resses imediatos, cujo objetivo, não há como esconder, está
76 totalmente comprometido com a linha política do gover-
77 no golpista de esvaziamento das funções sociais do banco,
78 propositalmente joga na confusão para tentar cooptar os
79 empregados para sua proposta, à semelhança da propaganda
80 oficial hoje veiculada em todos os meios de comunicação de
81 que a reforma da Previdência, por exemplo, trará benefícios
82 aos trabalhadores.

83 É preciso jogar um pouco de luz sobre o tema “CPC
84 33”, que as pessoas não especializadas em contabilidade
85 não haveria, em princípio, nenhuma obrigação de enten-
86 der, mas agora, em razão dos reflexos no debate do Saúde
87 Caixa, passa a ser da maior importância os empregados
88 tomarem conhecimento dessa norma para melhor defen-
89 derem o plano.

90 A sigla CPC significa Comitê de Pronunciamentos
91 Contábeis, órgão nacional independente, que dita normas
92 contábeis para as empresas brasileiras desde 2005, quando
93 foi criado. Essas normas levam o título de CPC e são nu-
94 meradas sequencialmente. A 33, especificamente, trata dos
95 benefícios a empregados, em especial os chamados bene-
96 fícios pós emprego, que nada mais são do que obrigações
97 das empresas com ex-empregados, passivos trabalhistas de
98 pessoas demitidas, mas principalmente a obrigação de pagar,
99 a aposentados desligados, plano de saúde e fundo de pensão,
100 para eles e seus dependentes de forma vitalícia.

101 No balanço de 2016 a Caixa lançou a “débito” de seu
102 patrimônio líquido a importância de R\$ 13,5 bilhões, a
103 título de provisionamento por força dessa norma contábil.
104 O cálculo é feito por meio de projeção atuarial e trazi-
105 do a valor presente para ser lançado nas demonstrações
106 contábeis. Importante atentar que esse valor não afeta a
107 lucratividade da empresa, portanto o lucro líquido em 2016,
108 muito abaixo do resultado de 2015 e da previsão feita pela
109 Caixa, nada tem a ver com o Saúde Caixa.

111 Resolução 4.424 do Banco Central

113 A obrigatoriedade de a Caixa observar esse procedimen-
114 to se dá partir de junho de 2015, quando o Banco Central
115 expediu a Resolução 4.424. Porém ela já adotava a prática
116 desde 2008, por decisão de sua direção. Naquele ano foram
117 aportados R\$ 4,5 bilhões, já em 2013 o número atingia a casa
118 dos R\$ 9,5 bilhões. Como se pode ver, o provisionamento
119 cresce aceleradamente, atingindo os R\$ 13,5 bilhões em 2016,
120 como já afirmado. Para o exercício de 2017, as previsões
121 indicam que pode chegar a algo em torno de R\$ 18 bilhões.

122 A norma CPC 33, na verdade, trata-se de tradução elabora-
123 da pelo IBRACON - Instituto Brasileiro de Contabilidade de
124 uma norma internacional IAS 19 (International Accounting

Standards), no final dos anos 1990 - em 2005 é incorporada pelo CPC -, por encomenda da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, que com a edição da Deliberação 371 de 2000, passa a obrigar as empresas abertas a utilizarem-na em suas demonstrações contábeis, como forma de padronizar nacional/internacionalmente os mecanismos de valorização das corporações, a fim de comercializá-las nas bolsas de valores de todo o mundo, na lógica da globalização.

Em dezembro de 2007, é promulgada a Lei 11.638 que atualiza a 6.404/76 (Lei das S/A), alterando, entre outros, o Art. 177, § 6º dando-lhe o seguinte teor: “As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.” Foi esse o embasamento legal adotado pela Caixa para dar início naquele ano aos provisionamentos a título de pós emprego. Note-se que o texto é bem claro, não obriga as empresas fechadas.

O que se pode depreender dessa iniciativa é que já naquela altura havia, não só dentro da Caixa, como nos próprios órgãos controladores, segmentos interessados em abrir seu capital. Informações não oficiais dão conta de que houve internamente um acirrado debate entre os defensores da medida e os contrários. Tendo os primeiros vencido a disputa, como se constata.

Caixa quer resolver o problema destruindo o Saúde Caixa

Do ponto de vista operacional da empresa, de fato esse é um grande problema, pois ela, como banco, está sujeita às regras de Basileia III, cujo prazo para adequação final é 2019. Uma das exigências do acordo internacional, como se sabe, é a limitação das operações financeiras no nível de 13% do PR (Patrimônio de Referência) das corporações. Segundo informações da própria empresa esse limite já estaria praticamente atingido, inviabilizando sua atuação.

Em vista dessas dificuldades, ela pretende alterar sua forma de participação no Saúde Caixa, hoje estabelecida em 70% das despesas assistenciais, criando um teto correspondente a um percentual da folha de pagamento. Dessa forma o referencial de custo para se fazer a projeção atuarial deixaria de ser a inflação médica, maior que a inflação geral e mais difícil de prever seu crescimento, passando a referenciar a projeção na variação futura do INPC, índice balizador dos reajustes salariais, promovendo, como consequência, a redução do valor a ser provisionado a cada ano.

Essa solução, contudo, além de ter caráter meramente paliativo, pois, mesmo se substituindo o indexador, ainda assim haveria a necessidade de provisionamento bastante significativo e crescente, e, em breve espaço de tempo, voltaria a comprometer a operacionalidade da Caixa. Por outro lado, estabelecer teto para a contribuição da empresa representaria, aí sim, a inviabilização do plano, pois é da lógica do mercado a inflação médica ser sempre superior ao INPC. Dessa forma, no momento em que esse teto fosse atingido, automaticamente haveria a transferência dos custos aos empregados.

Ao invés disso, há outras alternativas para superar esse impasse. Uma delas é negociar junto ao Banco Central para que revogue essa determinação às instituições financeiras de capital fechado. Outra possibilidade, que não exclui a primeira, é o Tesouro Nacional, capitalizar a Caixa, retribuindo

desta forma, não só o importante papel social desenvolvido por ela, bem como os altos dividendos repassados para o Tesouro, nos tempos em que a rentabilidade da Caixa só aumentava ano a ano.

A proposta da Caixa, portanto, é inaceitável. Porém em 31 de agosto de 2018, o ACT (válido por dois anos), que garante as regras do Saúde Caixa vencerá, e, certamente, ela pretende impor essa medida. Cabe a todos os empregados resistir para barrar a mudança. Para isso é preciso que comecemos desde já a mobilização, visando esse embate futuro, mas também é fundamental o domínio do conjunto dos empregados sobre os detalhes da situação que envolve nosso plano de saúde atualmente para melhor fazer essa resistência.

Negociações sobre o plano precisam ser retomadas

Enquanto a direção da empresa prioriza esse assunto na mesa de negociação, os representantes dos empregados têm cobrado a retomada de todos os demais pontos, já amplamente discutidos nos fóruns dos empregados e nas bases, tais como: a solução do superávit, ampliação de coberturas, melhora na rede credenciada, melhora na gestão com a criação de unidades específicas na Matriz e em todos os estados, entre outros.

É urgente a segregação contábil e financeira dos recursos do plano, bem como a ampliação das coberturas, mediante estudo técnico, para consumir durante o exercício os valores excedentes recolhidos dos empregados a cada mês, a melhoria na gestão de modo geral, a viabilização do trabalho do Conselho de Usuários, e sua transformação em deliberativo, a destinação do superávit acumulado com a criação de programas de promoção de saúde para os aposentados e dependentes, bem como a elaboração de campanhas de valorização do plano entre tantas outras destinações possíveis.

SAÚDE CAIXA

Eixos estratégicos

- MELHORIAS NAS ESTRUTURAS ESPECÍFICAS DO SC.
- TRANSFORMAÇÃO DO CONSELHO DE USUÁRIOS EM ÓRGÃO DELIBERATIVO.
- LUTA PELO CONSELHO DOS USUÁRIOS DELIBERATIVO JÁ!
- LUTA PELA MANUTENÇÃO DO MODELO DE CUSTEIO (70% E 30%)
- COMBATER AUMENTOS ABSURDOS (SEM OCORRÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO (70/30) E SEM DEBATE)
- DISCUSSÃO DO SUPERÁVIT;
- CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO, ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E AOS USUÁRIOS DO PLANO, DO MODELO DE FUNCIONAMENTO DO SAÚDE CAIXA;
- CONSCIENTIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DO FORMATO DE CUSTEIO DO PLANO, ATRAVÉS DE SEMINÁRIOS, REUNIÕES NOS LOCAIS DE TRABALHO, ELABORAÇÃO DE MATERIAIS INFORMATIVOS, ETC;
- DEFENDER O SAÚDE CAIXA DA OBRIGATORIEDADE DA APLICAÇÃO DO CPC-33

PREVIDÊNCIA

Previdência é mecanismo de proteção social

Há quem tente, de maneira covarde e desleal, transformar o debate sobre a previdência em disputa política/partidária, sem levar em conta que ela é um relevante mecanismo de proteção social. A atual revisão, prevista na Proposta de Emenda Constitucional nº 287/16, traduz a visão do atual Governo, que trata a previdência muito mais como um produto de capitalização do que como mecanismo de proteção à sociedade. No curto prazo, a reforma proposta parece ter a função de garantir um superávit primário que possibilite a rolagem da dívida pública sem maiores problemas. No longo prazo, o estrangulamento da previdência pública abre caminho para a previdência privada nos balcões do mercado segurador.

Se o sistema previdenciário precisa de uma revisão, é necessário que se discuta isso com a sociedade, afinal, são décadas de transformações sociais e demográficas, além da evolução do mercado de trabalho. Porém, mudanças estruturais que alteram os alicerces, fundamentos e princípios básicos do sistema não podem passar assim sem consistência e sem um debate franco e aberto. As mudanças atuais propostas pelo atual governo são tão agressivas e nocivas ao trabalhador que já viraram motivo de piada nas redes sociais. Depois da reação em cadeia, o governo, antes irreduzível, sinalizou que pode negociar algumas premissas, a exemplo da idade mínima fixada em 65 anos para todos os trabalhadores. Tudo parece um jogo de cartas marcadas, com o uso político da seguridade social para garantir interesses de grupos específicos e castigar quem historicamente sempre levou a pior no Brasil: o trabalhador.

Na proposta atual de revisão, as justificativas utilizadas para caracterizar a reforma estrutural como imperiosa carecem, em muitos casos, de efetiva comprovação técnica e a insistência em se utilizar realidades escandinavas como parâmetro para justificar as mudanças no contexto brasileiro chega a soar como pueril ou maliciosa tentativa de convencimento.

O principal argumento do governo para conquistar o apoio da sociedade é o déficit. Os recursos da seguridade social (previdência, saúde e assistência social) vêm das contribuições de empregados, empregadores, impostos e receitas da União, que somados, geram superávit. As isenções concedidas a empresários, por exemplo, reduzem significativamente a arrecadação. Somente em 2016, foram cerca de R\$ 70 bilhões em renúncias previdenciárias. Além disso, parte das receitas da seguridade social é retirada por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para ser usada no pagamento da dívida pública e outras despesas – o Congresso Nacional aprovou recentemente aumento da DRU de 20% para 30%.

Dados do Tesouro Nacional mostram que o maior impacto no orçamento da União fica por conta dos Encargos Especiais, compostos, predominantemente, por juros da dívida pública e transferências. Essa função orçamentária representa, em média, 42% do total gasto, recurso que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança, entre outros setores essenciais. Para 2016, o orçamento da União destinou à Amortização da Dívida por Refinanciamento – a chamada rolagem – R\$ 833 bilhões dos R\$ 2,964 trilhões gastos pela

União. Só de juros, foram R\$ 304 bilhões, além de outros R\$ 160 bilhões de amortizações efetivas.

A proposta de idade mínima de 65 anos e a nova fórmula de cálculo para definição do benefício restringem significativamente o acesso dos cidadãos de baixa renda às aposentadorias, desconsideram as diferenças regionais existentes no país – em muitos lugares a expectativa de vida não chega aos 65 anos – e levarão grande parte dos trabalhadores a permanecer de forma indefinida no mercado de trabalho.

Outra questão é a equiparação da idade de aposentadoria entre homens e mulheres. As cidadãs negras, por exemplo, que compõem a base da pirâmide social, recebem os piores salários e estão entre a maioria dos terceirizados, com remuneração 25% inferior aos não terceirizados. Começam a trabalhar mais cedo, muitas vezes sem direitos trabalhistas garantidos, com ritmo de trabalho exaustivo e maior carga horária. Da forma como está proposta, a reforma apenas aprofunda essa desigualdade. Para além desse grupo específico, a carga de trabalho doméstico que as mulheres, em geral, são obrigadas a suportar eleva a sua jornada em relação à dos homens e essas constatações são singelamente desconsideradas pelo governo.

Esses e outros pontos, como as pensões e regras de transição, merecem análise mais aprofundada. De todo modo, o que precisamos compreender é que qualquer pacto de longo prazo se sustenta na credibilidade. Mudanças estruturais unilaterais descredenciam o próprio sistema, e desacreditá-lo significa desproteger os trabalhadores mais pobres e empurrar os demais para a previdência privada ao sabor dos bancos e seguradoras.

A mesma tentativa de deterioração vem sendo empreendida contra os fundos de pensão, outro segmento do sistema previdenciário, que, nos últimos 20 anos se aprimorou em sua estrutura administrativa, controladoria, avaliação de riscos, análise de investimentos e gestão de passivo. Ainda assim, alguns dos maiores fundos não resistiram à crise econômica do país e apresentaram resultados negativos, que em alguns casos estão associados a investimentos polêmicos. A situação, então, culminou nos chamados planos de equacionamento, impondo a participantes e patrocinadores a cobrança das famigeradas contribuições extraordinárias.

Essa situação particular, associada à atual conjuntura política, permitiu um ataque sem precedentes às fundações de previdência complementar, em tentativa de desacreditar o modelo quando, por sucessivas décadas, essas fundações honraram seus compromissos e mantêm, apesar do momento adverso, plenas condições de continuar a fazê-lo.

A quem interessa desacreditar esse sistema e sua estrutura de governança? A quem interessa caracterizar como incompetência ou dolo qualquer resultado insatisfatório? A quem interessa eliminar um modelo que não se propõe a ter lucros? A quem interessa administrar os cerca de R\$ 790 bilhões confiados pelos trabalhadores aos fundos de pensão?

É nesse contexto que o governo apresenta uma proposta de reforma que fomenta na população a necessidade de formar reservas futuras por conta própria. Nesse debate, não importa a posição política de cada um.

O debate está sendo levado para um caminho perigoso que está dividindo a sociedade propositalmente. A proposta atual penaliza quem trabalha, sem distinguir cor, credo, gênero ou bandeira partidária. A única certeza que temos hoje é que, se ela for aprovada, a categoria de aposentados

entrará em extinção. Coxinhas e petralhas, direitistas e esquerdistas, todos terão direitos reduzidos e entrarão no novo grupo que o governo quer criar: o de pessoas que trabalham até o último dia de suas vidas.

PREVIDÊNCIA

Eixos estratégicos

- PARTICIPAR NAS LUTAS CONTRA AS REFORMAS.
- FORA GOVERNO GOLPISTA.
- NENHUM DIREITO A MENOS.
- DIRETAS JÁ.
- PROMOVER SEMINÁRIOS E COMUNICAÇÃO CONSCIENTIZANDO OS TRABALHADORES.

APOSENTADOS

Os aposentados precisam ser incluídos na luta dos empregados da Caixa.

Eixos estratégicos

- INCLUIR O APOSENTADO NA LUTA DOS EMPREGADOS DA CAIXA.
- ENVOLVER OS APOSENTADOS NAS LUTAS PELA DEFESA DA CAIXA, SAÚDE CAIXA E FUNCEF E CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

TERCEIRIZAÇÃO

Terceirizar é precarizar as relações de trabalho, por isso devemos lutar para impedir este retrocesso nos direitos dos trabalhadores. Aumentar a sindicalização e lutar junto com os terceirizados por mais direitos é tarefa de todos.

Na década de 1990, com as políticas neoliberais, metade dos empregados da Caixa eram terceirizados e metade concursados. A partir de 2003, este quadro mudou drasticamente, com a contratação por concurso. O objetivo dos representantes do capital agora é a terceirização total.

Eixo estratégico

- SINDICALIZAR E LUTAR JUNTO COM OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS POR MAIS DIREITOS

REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista em andamento representa um ataque ao núcleo do Direito do Trabalho, que até hoje protegeu o trabalhador e, caso aprovada, vai passar a proteger o empregador. É fundamental que os empregados da Caixa participem ativamente das lutas contra a reforma que, juntamente com a Reforma Previdenciária, destroem toda proteção aos trabalhadores e aposentados construída até hoje. Somente um governo ilegítimo, que deve ser posto pra fora do poder, poderia tentar um ataque de tal dimensão aos direitos dos trabalhadores.

São muitas e diversas as implicações da reforma trabalhista para os empregados da Caixa, em questões como incorporação, equiparação salarial, conceito de remuneração, entre outros direitos adquiridos. Precisamos reforçar nossa bandeira de nenhum direito a menos, e empunhar a bandeira das Diretas Já, única saída para a crise política, econômica e social instalada.

Eixos estratégicos

- PARTICIPAR NAS LUTAS CONTRA AS REFORMAS.
- PROMOVER SEMINÁRIOS E COMUNICAÇÃO.
- FORA GOVERNO GOLPISTA.
- NENHUM DIREITO A MENOS.
- DIRETAS JÁ.
- PROMOVER SEMINÁRIOS E COMUNICAÇÃO CONSCIENTIZANDO OS TRABALHADORES

MAIS EMPREGADOS

A imediata retomada da contratação de mais empregados continua sendo uma reivindicação central para os empregados da Caixa. A situação que já era crítica com a jornada de trabalho excessiva, se agravou com o Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). Segundo já informou em mesa de negociação permanente, nem a reposição dos que aderiram ao programa será feita, e o remanejamento de pessoal é a única medida a ser tomada pela Caixa para combater a falta de empregados, principalmente nas agências.

O recente crescimento da fatia de mercado da Caixa e a abertura das agências aos sábados evidenciam a necessidade da convocação dos concursados, fazendo cumprir o acordado no ACT, no sentido de realizar novas contratações. Nesse sentido, devemos acompanhar os resultados da ACP e preparar novas iniciativas. Assim como devemos combater a terceirização e intensificar o debate sobre os efeitos das reformas trabalhistas e previdenciárias nas relações de trabalho dos empregados da Caixa.

Eixo estratégico

- ENVOLVER A POPULAÇÃO E OS EMPREGADOS NA LUTA POR MAIS EMPREGADOS

VERTICALIZAÇÃO

O projeto de verticalização da Caixa representa uma virada no papel desempenhado pelo maior banco 100% público do país, que pretende agora abandonar os clientes com renda menor e concentrar os esforços nos clientes maiores. O objetivo é precarizar o atendimento à população, o que é inaceitável para o maior executor de políticas públicas do Brasil, como o Bolsa família e o Minha Casa Minha Vida.

Eixos estratégicos

- NÃO A VERTICALIZAÇÃO!
- CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.
- CONTRA A REDUÇÃO SALARIAL (RETIRADA DE FUNÇÃO).

DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Eixos estratégicos

- PARTICIPAR EFETIVAMENTE DA FRENTE EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS





TESE 2

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

TESE DA CTB PARA O CONACEF

I – CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A classe trabalhadora vive um momento histórico crítico e adverso em todo o mundo. Uma forte onda conservadora percorre o globo, deixando em seu caminho um rastro de destruição dos direitos sociais, guerras e ameaças à democracia e às soberanias dos povos e nações;
2. Forças de direita e extrema direita estão em ascensão em vários países. A vitória de Donald Trump no pleito presidencial dos EUA, demonstra isto.
3. O pano de fundo desta conjuntura é a crise do capitalismo internacional, uma das mais longas e graves da história do sistema. A crise tem um duplo aspecto, é ao mesmo tempo econômica e geopolítica. As perturbações econômicas começaram no final de 2007 nos EUA, castigaram duramente a Europa a partir de 2011, migrando depois para países periféricos e “emergentes”. Rússia, Brasil e Venezuela estão entre os mais atingidos, devido ao fim do ciclo de valorização das commodities;
4. A classe trabalhadora é quem mais sofre com a crise. O desemprego assume proporções devastadoras e já atinge mais de 200 milhões de trabalhadores no mundo, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
5. A burguesia reage à crise redobrando as apostas nas fracassadas políticas neoliberais, arrochando salários, alongando jornadas, desmantelando os sistemas de seguridade social, privatizando, reduzindo os gastos públicos com saúde, educação e bem-estar social, flexibilizando e reduzindo direitos. Esta ofensiva reacionária agrava os problemas sociais e promove a radicalização das lutas de classes, além de fomentar o crescimento da extrema direita;
6. Entrelaçada aos desequilíbrios da economia mundial desenvolve-se a crise geopolítica decorrente do esgotamento da ordem remanescente dos acordos de Bretton Woods, que consagraram a hegemonia global dos EUA. O império americano está em franco declínio, enquanto do outro lado do pacífico verifica-se a ascensão vertiginosa da China;
7. Este movimento despertou a necessidade histórica de transição para uma nova ordem internacional, que ganhou corpo e novas feições com a constituição em 2009 do Brics (que reúne Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul) e a criação subsequente de um novo banco mundial de desenvolvimento e um fundo de reserva do bloco, bem como do banco asiático de infraestrutura e iniciativas como a nova rota da seda;
8. Simultaneamente a esses acontecimentos, também teve início na América Latina e Caribe, no alvorecer do século 21, um ciclo político progressista pautado por iniciativas que buscam a integração soberana e democrática dos povos da região e supõem um novo arranjo geopolítico na contramão do projeto imperialista dos EUA. Tivemos neste sentido a rejeição da Alca, a formação da Unasul,

- da Alba e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac, que incluiu Cuba e excluiu EUA e Canadá), além da ampliação do Mercosul;
9. O imperialismo reagiu ao novo arranjo geopolítico criado pelos governos progressistas no continente americano. Em aliança com as forças conservadoras locais, promoveu golpes de Estado em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), contribuiu para a derrota das forças progressistas nas últimas eleições parlamentares da Venezuela e presidenciais na Argentina;
 10. No centenário da revolução proletária de 1917 na Rússia a crise geral do capitalismo indica a necessidade de reafirmar e renovar a luta pelo socialismo, que é a única saída progressista para os dilemas econômico, geopolítico e ambiental com que se defronta a humanidade. O imperialismo está conduzindo o mundo à barbárie.

II- CONJUNTURA NACIONAL

Um golpe do capital contra o trabalho

11. É no contexto histórico de crise econômica e geopolítica mundial que deve ser compreendido o golpe travestido de impeachment que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff e no assalto do Palácio do Planalto por uma quadrilha de corruptos entreguistas liderados por Michael Temer;
12. O caráter de classes da empreitada golpista transparece nas ações concretas e no projeto de restauração neoliberal conduzido pelo governo ilegítimo. Trata-se de um golpe do capital contra o trabalho, feito para atender os interesses da aristocracia financeira internacional, da burguesia brasileira e dos latifundiários;
13. São muitos os sinais do envolvimento de Washington com os golpistas. Podemos citar, entre outros, a espionagem da presidenta Dilma Rousseff e de ex-ministros, da Petrobras e outras empresas brasileiras pela NSA (Agência Nacional de Segurança dos EUA), denunciada em 2013 pelo ex-agente Edward Snowden e, mais tarde, pelo Wikileaks;
14. O golpe contou com respaldo interno das classes dominantes nativas, da burguesia e os latifundiários, que usaram parte das classes médias como massa de manobra nos atos contra o impeachment. Também foi fundamental para seu sucesso a ação de procuradores do Ministério Público e setores do Judiciário, que agiram em conluio com a mídia burguesa;
15. Após a consumação do golpe de Estado travestido de impeachment, o governo Temer procura impor um programa de restauração neoliberal que confronta abertamente os interesses nacionais. Subordina a diplomacia brasileira aos interesses geopolíticos dos EUA, enfraquece a Petrobras, abre o pré-sal à exploração das multinacionais estrangeiras, compromete a engenharia e a soberania nacional, a democracia e os direitos sociais;
16. Embora frágil do ponto de vista político, corroído por contradições internas e abalado por uma sucessão de escândalos que evidenciam a farsa do golpe e de seus protagonistas, o governo ainda conta com apoio no Congresso Nacional, a cumplicidade de parte da mídia, do Poder Judiciário e o auxílio das classes dominantes, que tem como projeto central a aprovação das Reformas ultraliberais;

17. Os golpistas recorrem a um diagnóstico deliberadamente falso sobre a crise econômica, e em particular a crise fiscal, apontando como suas causas o crescimento das despesas com saúde, educação, aposentadorias, habitação, funcionalismo e outras contabilizadas no orçamento primário da União, que exclui o pagamento dos juros;
18. Uma análise mais cuidadosa das contas públicas revela que as causas do desequilíbrio não são despesas primárias. Residem no aumento dos gastos improdutivos com a dívida pública, que subiu a extorsivos 8,3% do PIB em 2015 (mais de R\$ 450 bilhões ou 42% do Orçamento da União), bem como na queda da receita provocada pela recessão, o desemprego e as desonerações (apelidadas de Bolsa Empresário) que subtraíram R\$ 282 bilhões do erário no ano passado;
19. O pensamento dominante entre os golpistas e na mídia burguesa omite a responsabilidade dos juros, da sonegação e das desonerações na determinação da crise, de modo a atribuir o problema ao orçamento social e investimentos estatais. Justifica-se, assim, a imposição de novos sacrifícios à classe trabalhadora e camadas mais pobres da população, a quem é cobrada a conta da crise, enquanto salvagam os lucros exorbitantes de banqueiros e rentistas;
20. O pagamento dos juros não será congelado e as coisas foram feitas de tal modo que todo e qualquer excedente de receita que venha a ocorrer quando a economia se recuperar, e ao longo dos próximos 20 anos, serão canalizados para honrar o pagamento da dívida pública, em detrimento da saúde, da educação, do funcionalismo, da qualidade dos serviços públicos e dos investimentos produtivos. Trata-se de uma escandalosa transferência de recursos públicos aos credores da dívida interna, premiados com as mais altas taxas de juros do planeta;
21. Também com base em diagnósticos falsos, o governo golpista quer impor uma nova contrarreforma da Previdência Social, fixando inicialmente em 65 anos a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, que em poucos anos pode ser elevada a 70 anos. Uma proposta inaceitável, que vai prejudicar o conjunto da classe e em especial os trabalhadores e trabalhadoras do campo, que se aposentam aos 60 e 55 anos, respectivamente. O objetivo final do governo, embora dissimulado, é privatizar a Previdência, entregando-a à exploração da burguesia;
22. Golpistas, empresários e mídia burguesa alardeiam que a Previdência incorreu num déficit insustentável. Mas a interpretação dos fatos à luz da Constituição, que incluiu a Previdência no orçamento geral da seguridade social, mostra que não existe déficit. A seguridade é superavitária, embora os recursos que a Constituição vinculou ao seu financiamento sejam desviados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União, ampliada a 30% do orçamento);
23. O projeto de restauração neoliberal é a negação da Constituição promulgada em 1988. Sua realização transforma os princípios e objetivos constitucionais em letra morta. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sustenta o argumento falso de que a Constituição não cabe no orçamento da União em função dos direitos sociais nela previstas;
24. Soma-se a isto a contrarreforma trabalhista que estabelece o primado do negociado sobre o legislado e a terceirização irrestrita da economia, uma ameaça a direitos elementares como férias, 13º, licença-maternidade e muitos outros previstos na CLT;
25. A ofensiva do governo e das classes dominantes neste campo têm a finalidade de implodir o próprio edifício do Direito do Trabalho, que consagra a progressiva humanização das relações sociais de produção. Neste sentido, cabe salientar o enfraquecimento da Justiça do Trabalho, que não está sintonizada com o golpe e na Lei Orçamentária de 2016 sofreu um corte de recursos correspondente a 30% das verbas destinadas ao seu custeio e 90% das que seriam alocadas para investimentos, o que compromete seriamente seu funcionamento;
26. O programa de restauração neoliberal está unindo os três poderes da República contra a classe trabalhadora. As agendas do STF e do Congresso Nacional compreendem inúmeros projetos, decisões e iniciativas contra os direitos trabalhistas relacionadas à terceirização, prevalência do negociado sobre o legislado, ultratividade dos acordos coletivos, desaposentação, precarização da Justiça do Trabalho, entre outros temas. No Congresso, o Diap identificou mais de 50 projetos contra os assalariados;
27. No plano da democracia e das liberdades individuais e coletivas, o retrocesso é notório. Cresce a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. O governo ilegítimo, que não tem representantes negros nem mulheres no primeiro escalão, acabou com os ministérios dedicados à reforma agrária e ao combate às discriminações;
28. Em relação à educação, que cumpre papel fundamental no desenvolvimento nacional, o governo impôs uma reforma do ensino médio através de Medida Provisória que desperta grande indignação nacional em professores e alunos. Reacionária em seu conteúdo e autoritária na forma
29. O golpe atenta contra a soberania nacional ao contemplar os interesses dos EUA e do imperialismo com a alteração das regras para exploração do petróleo do pré-sal, em detrimento da Petrobras, submetida agora a uma privatização fatiada, e em benefício das transnacionais; ao resgatar o programa de privatizações tucano; ao acabar com a política de conteúdo local; ao enfraquecer os bancos públicos, com programas de reestruturação que preveem demissões em massa; ao esvaziar o BNDES;
30. A política externa retrocedeu aos anos de FHC. Deixa de apostar na integração soberana dos países latino-americanos e caribenhos e nas relações Sul-Sul e trabalha para excluir a Venezuela do Mercosul, apequenando e subordinando o Brasil aos EUA e outras potências capitalistas. O chanceler golpista José Serra quer entregar a base de lançamento de foguetes de Alcântara (MA) a Washington, numa clara ofensa à soberania nacional;
31. A exemplo dos diagnósticos, as soluções golpistas também são uma falácia. A experiência histórica sugere que as receitas de ajuste fiscal em geral agravam as crises econômicas ao invés de aliviá-las. Subtrair direitos tampouco traz desenvolvimento, sacrifica o povo e promove mais desigualdade;

32. Temer e Meirelles prometeram a pronta restauração da confiança do mercado e recuperação da economia e do nível de emprego após o afastamento de Dilma. Mentiram. O golpe agravou a recessão, que já pode ser considerada a maior da história brasileira. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego aberto chegou a 14,2 milhões de pessoas em maio do ano corrente. Em 2016, o volume de pessoas em busca de uma ocupação teve um acréscimo de mais de 3,1 milhões de desempregados. Uma verdadeira tragédia social, que afeta principalmente os jovens;

33. A produção industrial desabou 6,6% em 2016, acelerando o drama da desindustrialização. O desemprego é dramático na indústria metalúrgica, construção naval e civil, seriamente impactadas pela operação Lava Jato. Desde que a recessão teve ingresso, no final de 2014, até o primeiro semestre de 2016, foram demitidos 31.500 trabalhadores de estaleiros, outros 28.700 das montadoras e nada menos que 780.000 da construção. As demissões em massa alcançaram também o comércio, agricultura, bancos e serviços;

34. É grave também a situação de Estados e municípios massacrados pelo endividamento, as altas taxas de juros e a concentração da arrecadação de impostos pela União;

35. A precarização avança. Em dezembro do ano passado o número de pessoas na informalidade alcançou 32,6 milhões, sendo 10,5 milhões com empregos sem carteira assinada e 22,1 milhões de trabalhadores por conta própria;

36. As campanhas salariais neste ambiente de crise consagram retrocessos para muitas categorias, constrangidas a assinarem acordos com reajustes abaixo da inflação, o que configura arrocho salarial, ou parcelados e sem aumento real. O patronato aproveita o desemprego em massa para reforçar a intransigência e aumentar a exploração. Dados do Ministério do Trabalho indicam que os novos contratados com a carteira assinada na iniciativa recebem, em média, 21% menos que os demitidos na mesma ocupação, ou seja, os patrões estão demitindo massivamente para recontratar com salários menores;

37. A crise não é menos intensa no plano político. O governo golpista está atolado até o pescoço no pântano da corrupção. Em um ano de existência computava oito ministros afastados. Temer foi citado 43 vezes na delegação de um executivo da Odebrecht, acusado de receber pelo menos R\$ 10 milhões em propinas. E agora está completamente desmascarado com as deleções da JBS. A sucessão de escândalos é diária. A prisão do ex-deputado Rodrigo Nunes e a possibilidade de que este faça delação premiada faz tremer o governo ilegítimo.

38. O agravamento da crise política e institucional, coloca na ordem do dia a palavra de ordem das 'Diretas Já'. Não há solução para a crise no âmbito do Congresso Nacional. As denúncias da JBS contamina todo o congresso que não tem legitimidade para votar mais nada. E o programa ultraliberal terá continuidade com a eleição de qualquer presidente de forma indireta. Não devemos ter ilusão sobre isso, pois, o impeachment foi um golpe de classe com um objetivo claro de impor as reformas ultraliberaís, só um processo eleitoral e democrático que devolva o poder ao povo pode significar a superação da crise.

39. Uma solução progressista passa necessariamente pelas ruas. A bandeira das 'Diretas Já', já transbordou para além dos setores que vinham se mobilizando inicialmente. Atos amplos com a participação de artistas, declaração da CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, o pedido de impeachment feito pela OAB, apontam que toda sociedade converge em torno dessa bandeira.

40. Apesar das insuficiências e erros, advindos principalmente de uma excessiva conciliação com as classes dominantes, os governos Lula e Dilma promoveram transformações sociais progressistas, apostaram na integração regional e na valorização do trabalho, com uma nova política externa e a política de valorização do trabalho, a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalho doméstico e a legalização das centrais sindicais, entre outras iniciativas. Tais conquistas são alvo do governo golpista, que reajustou o salário mínimo de 2017 com um índice inferior ao da inflação, arrojando o piso e revertendo a política de valorização conquistada pelas centrais;

41. A CTB não titubeou na rejeição e denúncia do golpe desde o início, quando os objetivos da ofensiva da direita neoliberal ainda não pareciam claros. Nossa central integra o Fórum das Centrais e as Frente Brasil Popular e Povo sem Medo, em aliança com dezenas de outras organizações democráticas e populares, e advoga a mobilização e a luta sem tréguas contra o retrocesso, as medidas e reformas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais do governo ilegítimo liderado por Temer.

42. A Greve Geral do dia 28 de abril e o ato em Brasília do dia 24 de maio foram grandes mobilizações representam importantes vitórias que demonstraram o grau de unidade de todas Centrais Sindicais e Movimento Sociais, porém, ainda está aquém das necessidades.

43. Não podemos perder de vista que prosseguem as manobras no intuito de aprovação imediata da reforma trabalhista, bem como, a reforma da previdência que já foi aprovada na CCJ na Câmara Federal.

44. É preciso ampliar o leque de alianças, envolvendo todos os setores sociais comprometidos com a democracia e a soberania nacional, viabilizando a construção de uma frente ampla para barrar o neoliberalismo;

45. Neste momento de resistência o principal desafio dos movimentos sociais é elevar a consciência política da classe trabalhadora, ganhando sobretudo corações e mentes da juventude trabalhadora na luta para derrotar o golpe, afastar o presidente golpista, conquistar novas eleições diretas e retomar a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia e soberania, aprovada na Conclat. Com este objetivo, a CTB também propõe a realização de uma Plenária Nacional da Classe Trabalhadora em 2017, reunindo o conjunto do movimento sindical brasileiro.

III- PLANO DE LUTA

Nas novas condições sociais e políticas criadas após a consolidação do golpe, com a intensificação da ofensiva contra a classe trabalhadora, a democracia e a soberania

- 1 nacional e o agravamento da crise, a CTB vai resistir e lutar,
 2 em ampla aliança com os movimentos sociais e as forças
 3 progressistas em torno das seguintes plataformas e ações:
 4 A. Defender a Constituição e o Estado Democrático de
 5 Direito;
 6 B. Promover uma campanha nacional em defesa da
 7 Previdência e da CLT. Nenhum direito a menos;
 8 C. Exigir a revisão das desonerações fiscais e o fim da de-
 9 soneração sobre a folha (Previdência);
 10 D. Combater a sonegação fiscal e realizar a cobrança efetiva
 11 da dívida ativa tributária;
 12 E. Lutar pela mudança da política econômica com: reestrutur-
 13 ação da dívida interna, redução substancial das taxas
 14 de juros, controle do câmbio, política fiscal voltada para
 15 a recuperação e o crescimento econômico, imposto sobre
 16 lucros e dividendos, taxação das remessas das multina-
 17 cionais, imposto sobre grandes fortunas; maior taxação
 18 das heranças;
 19 F. Lutar pelas reformas democráticas (política, agrária, ur-
 20 bana, tributária, educacional, da mídia);
 21 G. Defender a Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho;
 22 H. Defender os sindicatos, a unicidade sindical e o imposto
 23 sindical;
 24 I. Defender a política de valorização do salário mínimo;
 25 J. Defender os Bancos Públicos e o seu papel social;
 26 K. Defender a educação pública, laica e de qualidade;
 27 L. Defender a Petrobras, o pré-sal e a política de conteúdo
 28 local, contra a política de desmonte e privatizações das
 29 estatais;
 30 M. Defender mais verbas para a saúde pública e o fortaleci-
 31 mento do SUS;
 32 N. Combater a corrupção sem desprezitar os direitos e
 33 garantias individuais; Combater os privilégios no setor
 34 público e o abuso de autoridade;
 35 O. Realizar uma Plenária Nacional da Classe Trabalhadora
 36 em 2017, com o propósito de atualizar a análise de con-
 37 juntura, a plataforma unitária e a agenda para um novo
 38 projeto de desenvolvimento nacional fundado na valo-
 39 rização do trabalho, democracia e soberania;
 40 P. Combater a terceirização e a contrarreforma trabalhista
 41 que estabelece a prevalência do negociado sobre legislado,
 42 transformando a CLT em letra morta;
 43 Q. Programa emergencial de combate ao desemprego;
 44 R. Trabalhar em unidade com as demais centrais pela defla-
 45 gração de tantas greves gerais, quanto sejam necessárias
 46 para barrar o retrocesso neoliberal;
 47 S. Defender uma nova ordem mundial sem hegemonias,
 48 guerras, intervenções e imperialismo, com base na mais
 49 ampla igualdade entre os povos e absoluto respeito ao
 50 direito das nações à autodeterminação e solução pacífica
 51 dos conflitos;
 52 T. Fortalecer e valorizar a agricultura familiar, defender
 53 a reforma agrária, bem como a soberania e segurança
 54 alimentares;
 55 U. Lutar contra a desnacionalização da terra;
 56 V. Denunciar e repudiar a criminalização do movimento
 57 sindical;
 58 W. Fortalecer o sindicalismo classista, a solidariedade e
 59 o internacionalismo proletário, a Federação Sindical
 60 Mundial e o Encontro Sindical Nossa América;
 61 X. Defender a integração soberana, democrática e solidária
 62 da América Latina e Caribe, a Celac, o Mercosul;

- Y. Defender a revolução cubana, contra o criminoso bloqueio
 americano, e a solidariedade com a revolução bolivariana
 na Venezuela;
 Z. Reiterar a luta pelo socialismo, única alternativa progres-
 sista à crise mundial.

IV – CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

46. Na categoria bancária as demissões foram recordes em
 2016 e seguem a acontecer diariamente nesse primeiro
 semestre de 2017. Os bancos avançam com a terceiri-
 zação e com a digitalização de suas atividades, pondo
 em risco os empregos e deteriorando as condições de
 trabalho.
 47. Assim o centro da Campanha Nacional dos Bancários
 deste ano tem que se pautar na defesa do emprego, ame-
 açado pelo avanço da terceirização e pelas mudanças
 tecnológicas;
 48. O acordo de 2 anos nos garante 1% de aumento real e a
 PLR nas regras atuais, sem como todos os itens do CCT,
 mas isto não quer dizer não teremos campanha este ano.
 49. Devemos apresentar a Fenaban uma pauta enxuta que
 contenham mecanismos para inibir a terceirização e as
 demissões e forçar para que itens que já vêm sendo dis-
 cutido nas mesas temáticas, possam ser clausulados na
 forma de um aditivo.
 50. Outro aspecto importante é que devemos estar na li-
 nha de frente da mobilização dos trabalhadores contra
 as Reformas, pelo Fora Temer e Diretas Já, como fizemos
 na greve geral do dia 28 de abril.

V – A DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS E DAS ESTATAIS

51. Nessa conjuntura, os bancários da Caixa precisam levan-
 tar bem alto a bandeiras em defesa dos bancos públicos
 e das estatais, com destaque para a campanha “Caixa
 100% Pública”.
 52. Como já observamos, o centro do golpe é a economia.
 Além de destroçar os direitos trabalhistas e inviabilizar
 a aposentaria pública para os trabalhadores, o governo
 Temer vêm tomando iniciativas no sentido de favorecer
 ao grande capital e aos setores rentista.
 53. Assim, o esvaziamento do BNDES e as reestruturações na
 Caixa, Banco do Brasil, BNB e BASA, e Bancos estaduais,
 têm claramente o objetivo de apear a presença do
 Estado no setor financeiro nacional.
 54. Volta a tese de autonomia do Banco Central. O que re-
 presentaria entregar de vez para os banqueiros o controle
 sobre o SFN.
 55. Na Caixa Econômica, a reestruturação está levando a
 categoria á loucura. Precisamos fazer frente a estes pro-
 blemas de forma unificada.
 56. Nesse sentido, destacamos dentre as principais tarefas,
 destacamos:
 A) A luta em defesa da Caixa 100% pública;
 - Diferenciação da Caixa enquanto banco público com
 função social da forma utilizada de pressão pelos
 negócios nos bancos privados.
 - Manutenção da operação do Seguro desemprego,
 FGTS, Bolsa Família, outros benefícios sociais e
 operacional de execução de obras públicas também.

- 1 - Não à privatização das loterias, Caixa Cartões e ven-
2 da de ações da Caixa Seguros
- 3 B) A luta pelo emprego
- 4 - Reposição das vagas abertas com os desligamentos
5 do PAA e PDVE;
- 6 - Contratação dos concursados conforme o acordo de
7 2014
- 8 - Defesa dos direitos dos empregados à não demissão
9 injustificada, já que passamos por concurso público.
- 10 C) Reestruturação
- 11 - Reestruturação tem que ser debatida na mesa de
12 negociação
- 13 - A Caixa está implementando uma reestruturação
14 na rede chamando-a de verticalização que a desvia
15 da sua missão que é “Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como
16 instituição financeira, agente de políticas públicas e
17 parceira estratégica do Estado brasileiro.”
- 18 - Não a qualquer reestruturação que dificulte a ação
19 social do banco e o bom atendimento a todos os
20 cidadãos.
- 21
- 22 D) Assédio moral\condições de trabalho\jornada
- 23 - Fim das metas
- 24 - Expansão do Fórum de Condições de trabalho para
25 os locais ainda não englobados por eles.
- 26 - Apesar do pequeno avanço, temos que melhorar as
27 regras para descomissionamento, além de criar re-
28 gras específicas para os comissionamentos
- 29 - Não ao descomissionamento durante licença mater-
30 nidade (RH 184)
- 31 - Combate ao acúmulo e desvio de funções sem o de-
32 vido pagamento.
- 33 - Contra a utilização de tesoureiros para o atendimen-
34 to ao público por questão de segurança;
- 35 - Fim do Caixa minuto. O Grupo de trabalho que foi
36 criado pra tratar do tema não evoluiu, mas a atividade
37 de caixa requer concentração e dedicação exclusiva, a
38 opção de caixa minuto aumenta o risco da atividade
39 além de diminuir os direitos dos empregados que
40 fazem esse trabalho que é essencial ao atendimento
41 bancário.
- 42 - Manutenção da insalubridade dos avaliadores, já que
43 trabalham com substâncias químicas que podem
44 provocar adoecimentos. A insalubridade é visível
45 nos locais de trabalho desse segmento;
- 46 - Não ao trabalho aos sábados.
- 47 E) FUNCEF
- 48 - Precisamos resgatar a presença do movimento sin-
49 dical e associativo na Funcef. Os atuais diretores e
50 conselheiros eleitos não estabelecem nenhum debate
51 democrático acerca de nossa Fundação.
- 52 - Neste sentido, precisamos discutir e garantir que o
53 processo eleitoral previsto para 2018 seja democráti-
54 co e que possamos construir de forma unitária uma
55 chapa que reaproxime os eleitos dos associados.



TESE 3

Intersindical Bancária

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62

I - CONJUNTURA NACIONAL: EM MEIO A GOLPES, ATAQUES A DIREITOS HISTÓRICOS, RESISTÊNCIA E LUTA

1. A conjuntura nacional tem sido marcada pelo endurecimento da situação social, com a continuidade da crise econômica, com forte reação popular às medidas em curso, assim como ao arrocho salarial e desemprego e com forte tendência de aumento da criminalização e da repressão direta dos movimentos de caráter popular.
2. A crise econômica continua em 2017 com baixa no consumo interno, situação provocada pelo desemprego, que continuará crescendo, arrocho de salários, esgotamento do seguro desemprego, endividamento das famílias, juros altos e limites ao crédito.
3. A instabilidade política continua, impulsionada pelos temores causados pela Lava Jato e pela delação premiada da JBS agravada pelos conflitos do Congresso com o Judiciário e o Ministério Público Federal.
4. Caracterizamos a conjuntura, nacional e internacional, como um momento de ofensiva conservadora – e não onda, que significaria uma grande adesão de massas a uma perspectiva globalmente conservadora, o que não é o caso. Uma ofensiva requer sujeito, agente concreto e identificado, reação com grau considerável de organização, marcas efetivas no discurso e objetivos definidos. Redução de direitos, fechamento de fronteiras, concentração de lucros e benefícios do capital, xenofobia, darwinismo social, intolerância à diferença e reafirmação da política econômica neoliberal, com ataques do conservadorismo no campo dos costumes. Estas são, em termos gerais, a caracterização feita da ofensiva conservadora no Brasil e no mundo.
5. O golpe palaciano veio para intensificar ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo. Para aumentar a privatização e desnacionalização das riquezas nacionais; reduzir o custo da força de trabalho, através de políticas de arrocho e desemprego; destruir a natureza e avançar sobre territórios indígenas, quilombolas e de camponeses pobres; cortar verbas e criar as condições para privatizar a educação, saúde, previdência e cultura; implementar políticas reacionárias contra as mulheres, negros e LGBT; quebrar direitos trabalhistas e previdenciários históricos do povo trabalhador. Veio para cortar verbas de políticas sociais e para aumentar o repasse para banqueiros. Na esteira desse processo, está crescendo no país grupos e discursos de extrema direita, com fortes características fascistas.
6. Temer entrincheirou-se na presidência. Tem recusado, até então, qualquer acordo que pressuponha sua renúncia. Busca manter apoio do grande capital nacional e internacional. Questiona a validade das provas levantadas e pretende prolongar ao máximo o julgamento. Apesar de ter perdido base congressual, conseguiu segurar temporariamente os três principais partidos (PSDB, DEM

- e PPS), dentre outros como o PSD e o PP. Sabe que sua manutenção no poder depende do avanço das reformas regressivas prometidas.
7. A lei da terceirização, de número 13.429 (PL 4302/98), sancionada por Temer no dia 31 de março de 2017 – curiosamente mesma data do golpe militar de 1964— foi a primeira derrota dos trabalhadores neste governo. Ela libera a terceirização irrestrita para todas as atividades, inclusive para áreas fim, permitindo que se alastre por todo o território nacional e por todas as profissões a forma mais precarizada de trabalho legal existente no País.
 8. Em debate no Congresso Nacional estão ainda as reformas da Previdência e trabalhista – esta última com tramitação mais avançada. No final de abril a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de projeto, que agora caminha no Senado.
 9. Se aprovada, a reforma trabalhista trará impactos ainda não mensurados pela classe trabalhadora. O projeto significa o desmonte da CLT, pondo fim a conquistas que levaram pelo menos um século de lutas para serem arrancadas. Entre as propostas da reforma trabalhista estão a prevalência do negociado sobre o legislado, aumento da jornada de trabalho, parcelamento de férias, e a instituição do trabalho intermitente.
 10. A reforma da Previdência (PEC 287/16) segue no mesmo caminho. Com um discurso de solucionar um falso déficit da Previdência social, o projeto estabelece teto mínimo de 65 anos para aposentadoria (em discussão 62 anos para mulheres), com contribuição mínima de 25 anos. Desse modo, quem se aposentar nessas condições receberá 70% do valor integral e terá acréscimo para cada ano trabalhado, além dos 25 anos. Caso seja aprovada na Câmara e no Senado, a reforma da Previdência irá destruir a proteção previdenciária e o direito à aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.
 11. Ao mesmo tempo que retira direitos essenciais dos trabalhadores, o governo Temer implementou através da PEC dos gastos (PEC 241, transformada em Emenda Constitucional 95/2016) um duro ajuste fiscal que congela por 20 anos os gastos do governo federal, com cifras que serão corrigidas apenas pela inflação do ano anterior. A medida afetará, primordialmente, os investimentos em áreas sociais, como educação, saúde e seguridade social. E pior, ao estabelecer para essas políticas um indexador econômico fixo, tira da esfera política a decisão sobre investimentos e prioridades governamentais, que serão encaminhadas apenas pela disponibilidade de recursos, sem relação com a demanda da população por esses serviços.
 12. Efetivamente, as reformas e o ajuste fiscal em curso buscam atender a crescente exigência de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública brasileira, sangrando o orçamento público em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e penalizando o povo trabalhador.
 13. Todas essas medidas vão sendo encaminhadas por um governo ilegítimo e por sua base aliada, ambos afundados em graves denúncias de corrupção, que agem claramente em nome dos interesses das elites econômicas do país. Mas essa crise não é responsabilidade apenas do governo Temer. Reflete também o esgotamento do projeto de neodesenvolvimentismo do PT e o fracasso da sua política de conciliação de classes.

63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124

14.
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62

14. O Partido dos trabalhadores, cuja maioria da população depositou esperanças de transformação da estrutura social brasileira, abriu mão de seu programa originário construindo, em nome da governabilidade, alianças com partidos reacionários, clientelistas e representantes dos interesses do capital estrangeiro e nacional. Essas alianças e o estelionato eleitoral de 2014 abriram caminhos para o golpe, que acabou colocando em pauta uma agenda ainda mais recessiva para o país.

15. Mas esse cenário de austeridade econômica e de ataque aos direitos não caminhou sem resistência popular, pelo contrário, fez crescer o conflito social no país, mobilizando inclusive setores pacificados pelos governos petistas. Os movimentos sociais não aceitaram passivamente os ataques aos direitos do povo e continuam crescendo as manifestações contra os projetos neoliberais.

16. Exemplo dessa resistência foi a greve geral do dia 28 de abril, no ano em que se comemora os 100 anos da nossa primeira greve geral, que paralisou os principais centros urbanos e setores produtivos do País, escrevendo uma página singular na história dos trabalhadores como a maior greve geral já realizada no Brasil. A greve, organizada pelas centrais sindicais e movimentos populares, foi vitoriosa, sobretudo porque foi construída de forma unitária em torno das bandeiras citadas. Unidade esta que não acontecia desde o primeiro governo do PT.

17. Já no dia 24 de maio os trabalhadores e trabalhadoras deram nova demonstração de força, ocupando a capital federal com mais de 150 mil pessoas em marcha pela Esplanada dos Ministérios. O “Ocupa Brasília”, além de repudiar as contrarreformas propostas pelo governo, fortaleceu as bandeiras por eleições diretas presidenciais e por eleições gerais já.

18. Vale ressaltar que antes dessas grandes manifestações foram feitos outros atos, estaduais e nacionais, que permitiram debater coletivamente os problemas enfrentados pelos trabalhadores, contrapondo o discurso hegemônico propagado pela grande mídia, além de acumular forças para a greve geral do dia 28 de abril.

19. Nova greve geral já está convocada para o dia 30 de junho, o que revela a disposição de luta e a capacidade de organização da classe trabalhadora. Esta deve ser construída de forma prioritária e com toda força, para que seja ainda mais expressiva que a anterior.

20. Diante da falta de legitimidade do governo Temer e do Congresso Nacional, cabe ao povo, à luz dessa nova conjuntura, escolher quem serão seus representantes, com eleições diretas e gerais para todos os cargos em âmbito federal.

21. Em meio à crise política, as elites tentam articular eleições indiretas buscando uma saída segura, dentro de seu controle, para a sucessão presidencial – proposta que significaria nada além de “um golpe dentro do golpe”. Não podemos permitir que aqueles que se beneficiaram do mesmo esquema de corrupção de Temer sejam os responsáveis por substituí-lo. Só devolvendo ao povo o poder de escolher seus representantes será possível restabelecer as condições de governabilidade, em consonância com o voto popular. Por isso, defendemos que a saída mais adequada para a crise política é a realização de eleições gerais, devolvendo ao povo brasileiro, por meio do voto, a decisão sobre os rumos do governo e da nação.

22. Em paralelo à luta por eleições gerais, é desafio e tarefa imediata da classe trabalhadora fortalecer as lutas populares para conseguir barrar as reformas e o avanço do projeto neoliberal no Brasil. Dessa forma, construir uma oposição realmente de esquerda, fortalecendo um projeto popular, anticapitalista e anti-imperialista para o país.

23. Eixos:

- Abaixo às reformas
- Fora Temer
- Eleições diretas e gerais já – para presidente e congresso, com novas regras democráticas.
- Construir uma alternativa verdadeiramente de esquerda, nas ruas e nas eleições.
- Nova e mais forte greve geral.

II - PAPEL DA CAIXA E DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

24. Desde a sua criação, há 156 anos, a Caixa foi uma instituição forte e atuante em prol da sociedade e dos grupos menos favorecidos, sendo a principal responsável pela aplicação das políticas sociais do país nas áreas de saneamento básico, infraestrutura, gestão do FGTS, Programa de Integração Social (PIS), seguro-desemprego, habitação e programas de transferência de renda.

25. A Caixa também atua como banco múltiplo comercial, é o terceiro maior banco do Brasil e a única empresa que leva a bancarização para todos os cantos do país, com mais de 4 mil agências 4.076 agências e postos de atendimento distribuídos municípios brasileiros, inclusive com uma Agência Barco, que atende a população ribeirinha dos municípios da Bacia Amazônica. A Caixa possui pouco mais de 92 mil empregados e empregadas, altamente qualificados, detentores de conhecimentos específicos tendo em vista os programas que somente a Caixa desenvolve.

26. Somente no primeiro semestre de 2017, a Caixa obteve lucro líquido de R\$ 1,488 bilhão, um aumento de 81,8% em relação ao mesmo período de 2016. Com alto potencial lucrativo e gestora de um elevado volume de recursos, a Caixa sempre esteve na mira do capital financeiro privado nacional e estrangeiro.

27. Em função das políticas neoliberais, não têm faltado ao longo dessa história ataques ao banco na tentativa de entregá-lo ao capital privado. Foi assim nos governos Collor, Fernando Henrique, com o aprofundamento das terceirizações no governo Lula e, em 2014, o anúncio pela presidente Dilma Rousseff (PT) de abertura de capital da Caixa.

28. Agora o banco enfrenta a fúria privatista do governo golpista do Temer (PMDB), que tem planos para desmontá-lo em ritmo acelerado. É a velha desculpa de busca de eficiência por meio do desmonte e do enxugamento, que envolve o já anunciado fechamento de centenas de agências e a demissão “incentivada” de milhares de funcionários. Somente em 2017, 4.429 bancários e bancárias foram demitidos do banco por meio do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinários (PDVE).

29. Empresa centenária, maior banco público do país e da América Latina, responsável por projetos habitacionais, infraestrutura, saneamento básico, FGTS, PIS, financiamento imobiliário de baixa renda, FIES, etc, a Caixa tem

no seu DNA a identidade de banco público, portanto, esse ataque não é um ataque apenas aos seus funcionários, mas ao conjunto dos trabalhadores, já que se trata de um patrimônio público, ou seja, dos trabalhadores.

30. A Caixa possui a exclusividade de operações como as loterias e o serviço de penhor, além de administrar as contas do FGTS. No entanto a Caixa está sendo fatiada de forma silenciosa, por meio da venda da loteria, cartões de crédito e da seguradora. Por isso, a defesa da caixa 100% pública torna-se uma das pautas mais importantes da categoria.

31. Também avança dentro da Caixa o Programa de Transformação Digital, seguindo uma tendência do Sistema Financeiro de ampliar o serviço digital com o uso das tecnologias da informação e da comunicação. O problema é que, apesar de serem apresentados como uma grande inovação tecnológica e garantia de comodidade aos clientes, os bancos digitais, na verdade, fazem parte de um processo de aumento da exploração do trabalho para aumentar ainda mais o lucro dos banqueiros. Como parte dessa estratégia a Caixa lançou em maio um projeto piloto de um novo aplicativo que permite a abertura de conta para cliente pessoa jurídica por meio do celular.

32. Além disso, há anos, a Caixa vem sendo vítima de uma política que a enfraquece no setor da economia em que ela é mais forte: o financiamento habitacional. Com aumento de juros e imposição de inúmeros limites para financiamento de imóveis, a Caixa abriu mão do mercado até então dominado por ela e deixa largas brechas para a atuação dos bancos privados nessa área. Essa política de gestão adotada pelos Governos de Lula (PT) e Dilma (PT) se repete no governo Temer (PMDB) e representa uma das inúmeras formas de transferência de setores estratégicos dominados por empresas públicas para o mercado privado. Essa opção pelo setor financeiro implica no distanciamento da Caixa de seu papel como banco público financiador de políticas públicas na área habitacional.

33. Vale destacar também a divulgação de esquemas de corrupção envolvendo políticos, empresas privadas e os bancos públicos, entre eles a Caixa. A Operação Cui Bono, por exemplo, investiga a liberação de financiamentos irregulares na Caixa em troca de propinas para empresas privadas. Segundo denúncia no Ministério Público e a Polícia Federal, teria ocorrido entre 2011 e 2013 um grande esquema de fraudes e liberação de créditos na Caixa, operados pelo então vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, Geddel Vieira Lima, pelo vice-presidente de Gestão de Ativos, Marcos Roberto Vasconcelos. O esquema beneficiava empresas dos ramos de frigoríficos, concessionárias de administração de rodovias, de empreendimentos imobiliários.

34. O crescimento exponencial das grandes empresas brasileiras que figuram nos escândalos de corrupção atuais não poderia ter acontecido não fosse o financiamento do poder público, via bancos estatais. O que fica exposto é o uso ilegal das empresas públicas para o favorecimento do setor privado e o enriquecimento particular. Há um loteamento dos cargos de gestão do banco que vão determinar, em muitos casos, as prioridades, a definição de investimentos, priorizando sempre os setores da elite, em detrimento dos mais pobres, que deveriam ser o público alvo. É um loteamento escancarado, totalmente

voltado para a lógica privada e para os interesses mais escusos. Essa ingerência do governo e de sua base aliada em troca de favores políticos afasta a Caixa de seu papel social e coloca o patrimônio público em perigo, assim como os direitos dos trabalhadores, já que a Caixa resguarda boa parte desses direitos, como FGTS, seguro desemprego, PIS, etc.

35. Defendemos que a função social dos bancos públicos, em especial, a CEF deve ser o financiamento de saneamento básico, habitação e estímulo aos pequenos e médios proprietários que atuem na produção de maneira sustentável.

36. As diretrizes da gestão Temer para a Caixa já estão definidas: aumentar a liquidez do banco com a abertura do capital do setor lotérico, de cartões e de seguros. Após essas medidas, a Caixa, patrimônio avaliado em R\$ 40 bilhões, será levado à bolsa de valores.

37. Diante desse cenário, a luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil, contra o governo ilegítimo de Temer, passa, portanto, pela defesa da Caixa 100% pública. Uma instituição sólida, construída ao longo de décadas por milhares de trabalhadores brasileiros não pode ser entregue de bandeja aos algozes da democracia. Mais do que nunca, é preciso intensificar a luta em defesa da Caixa como banco público, comprometido com o desenvolvimento econômico e social do Brasil e capaz de gerar mais empregos.

38. Os trabalhadores, as trabalhadoras e a sociedade exigem que a CEF fomente políticas públicas de saneamento básico e de habitação popular e que financie a construção de equipamentos sociais nas comunidades que sirvam de apoio às políticas para a juventude e exerça um papel mais ativo no desenvolvimento social do país.

39. Diante desse cenário, é vital que o movimento sindical mantenha-se unido para defender a Caixa 100% pública, assim como suas subsidiárias. Não podemos permitir o avanço de uma política de gestão voltada para o mercado, que hoje vigora na Caixa, e que visa acabar com a função social da instituição: um banco público que deve estar a serviço do desenvolvimento do Brasil. Devemos nos somar a todos os trabalhadores das empresas públicas para forjar um grande movimento em defesa do Brasil. A defesa das empresas públicas é a defesa do Brasil. Defender a Caixa é defender o Brasil.

Condições de trabalho como expressão do desmonte da Caixa

40. Os funcionários da Caixa são surpreendidos constantemente com medidas de retirada de direitos históricos e precarização das condições de trabalho e do atendimento, como reestruturações, verticalização, abertura aos sábados, caixa minuto, tesoureiro minuto, PAA's, PDVE's, descomissionamentos arbitrários, inclusive de bancárias de licença maternidade, fim do adicional de insalubridade dos avaliadores de penhor, mudanças no custeio do Saúde Caixa, tentativas de transferir os pagamentos dos benefícios do Bolsa Família para as loterias e ameaças de retirar do banco a operacionalização do FGTS.

41. Uma dos mais recentes ataques ao papel social da Caixa é a verticalização da segmentação, que segrega e elitiza os clientes, a ponto de excluir da possibilidade de atendimento os clientes com retorno abaixo de R\$ 317,00, o

que nega a razão de ser da Caixa. Além disso, modifica o plano de funções, ao restringir a função de Gerente Gov Social e a transformação da função de supervisor em Gerente 3.. Também condiciona a manutenção das funções de gerentes a um determinado número de contas “qualificadas”, ou seja, a quantidade de produtos rentáveis realizados. O retorno passa a ser determinante, contrariando a identidade da Caixa e esvaziando sua função.

42. Já as reestruturações são marcadas por processos de centralização, perda ou desvio de função, realocação, extinção de setores, enfim, desmantelamento de estrutura organizativa. Além disso, a caixa perde em especialização e conhecimento acumulado. Enfim, enxuga, corta, reorganiza para tornar mais produtiva e rentável dentro da lógica privada.

43. A reestruturação foi uma das medidas adotadas por Miriam Belchior para fortalecer a Caixa como banco comercial, em detrimento do seu papel social como empresa pública, e continua a gestão privatista do Gilberto Occhi. Na contramão da luta dos empregados e empregadas pela exigência de no mínimo uma GIPES em cada Estado, a Caixa extinguiu quatro desses setores: em Vitória, Florianópolis, Manaus e Bauru. Com essa mudança, essas regiões estão sem estrutura de atendimento aos trabalhadores e qualquer demanda de intervenção da GIPES será atendida por meio do telefone. Isso revela como a Caixa trata a saúde de seus empregados de forma totalmente impessoal, uma vez que desumaniza a relação com o trabalhador no momento em que ele mais precisa, quando está fragilizado devido a problemas de saúde.

44. As Giret’s também foram fortemente afetadas pela reestruturação, com redução drástica de unidades e do quadro de pessoal. Nesse enxugamento os empregados foram alocados nas agências ou nas poucas Giret’s que restaram. A rotina tem sido marcada pela fragilidade dos sistemas, que não oferecem segurança para a realização das atividades, e pelo desvio de função. Além de gerar sobrecarga de trabalho para os bancários das Giret’s remanescentes, a reestruturação prejudicou a vida pessoal de centenas de bancários que tiveram como únicas opções perder a função ou mudar de cidade.

45. Além das reestruturações, que mudam a vida dos bancários drasticamente, a diminuição do quadro de empregados sobrecarrega os que continuam e gera adoecimentos, e as agências ficam estranguladas e sem nenhuma perspectiva de contratação.

46. Com o déficit de funcionários, a sobrecarga de trabalho torna-se cada vez mais intensa nas agências. As “células de apoio” são o destino de toda demanda burocrática, onde os bancários são obrigados a dar conta de inúmeras avaliações e processos, com o claro objetivo de esconder as filas.

47. Ao mesmo tempo em que pretende demitir 10 mil empregados no plano de demissão voluntária, o banco convoca os empregados para trabalharem aos sábados em escala especial criada para atender o pagamento de contas inativas do FGTS. Ao todo, 1891 agências em todo o País estão abrindo aos sábados, em calendário definido pela Caixa. A decisão do banco fere a jornada de trabalho da categoria e aumenta a exploração dos empregados. A legislação estabelece que o cumprimento de horas extras só pode ocorrer para fins excepcionais, deve ser negociado com o empregado e está limitado a duas horas extraordinárias

por dia. A solução para esse problema só virá com a contratação de mais empregados. O aumento do horário de atendimento afronta a jornada de trabalho dos bancários e a abertura aos sábados abre um precedente perigoso.

48. Nos últimos anos, a Caixa manteve o foco no crescimento dos altos lucros adotando estratégias de gestão nos mesmos moldes dos bancos privados: juros de mercado, pressão por venda de produtos como previdências e capitalizações, assédio moral e imposição de metas abusivas.

49. Esse modelo de gestão privilegia e naturaliza entre os empregados admitidos após 1998 a cultura de que a CEF é um banco comercial que precisa ser competitivo para manter-se no ranking entre os maiores do país. Os efeitos dessa naturalização é o esvaziamento, no imaginário de bancários e bancárias com menos tempo de Caixa, da identidade da CEF como banco público cuja função é promover o desenvolvimento social.

50. O movimento sindical sempre defendeu os bancos públicos como instrumentos de indução do desenvolvimento nacional, mantendo firme uma intensa resistência contra sua privatização. Seguimos defendendo que a CEF deve se aproximar, cada vez mais, da geração de políticas públicas promotoras de desenvolvimento social e se afastar da competição voraz do mercado financeiro. Para tanto, precisa adotar modelos de gestão democráticos que valorizem seu corpo funcional como principal patrimônio, além de aumentar seu contingente de empregados com objetivo de garantir a qualidade dos serviços que presta à sociedade.

51. Entendemos que a implantação dos correspondentes bancários, em especial os habitacionais, além de representar a terceirização e nova forma de privatização, fragiliza a empresa, pois transfere ao controle privado importantes recursos públicos, exhibiza a concessão de crédito em nome do comissionamento decorrente da conclusão da operação e não assegura um atendimento seguro e digno a que clientes e usuários têm direito. Nesse sentido, exigimos o fim dos correspondentes bancários e abertura de mais agências, além da contratação

52. Defendemos que a diretoria da CEF seja composta de empregados e empregadas de carreira, mas que sejam comprometidos pela manutenção da Caixa 100% pública, e não aliados do setor financeiro privado. Além disso, defendemos que o corpo funcional tenha assento no conselho por meio de representantes eleitos pelo voto direto dos colegas, sem restrição a nenhuma candidatura. É isso que assegura uma gestão democrática e transparente.

III - SAÚDE CAIXA

53. Como parte da política de corte de gastos da Caixa, a direção do banco quer modificar o custeio do Saúde Caixa, reduzindo sua participação. Em 26 de janeiro, o banco divulgou comunicado informando reajustes que entrariam em vigor a partir de 1º de fevereiro. O valor das mensalidades passaria de 2% para 3,46% da remuneração base. Já em relação à coparticipação das despesas assistenciais, o percentual passaria de 20% para 30%, e o valor limite anual subiria de R\$ 2.400 para R\$ 4.209,05.

54. A alegação do banco é de que o formato atual traz problemas para a empresa, pois, diferentemente de

1 outros planos, não prevê um teto de gastos baseado
2 em percentual da folha de pagamento dos trabalhado-
3 res. Atualmente, a Caixa arca com 70% das despesas
4 assistenciais e custeia totalmente as despesas adminis-
5 trativas e operacionais do Saúde Caixa. Esse modelo de
6 custeio está garantido no ACT, portanto, os aumentos
7 afrontam o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016-
8 2018, que determina que mudanças desse tipo sejam
9 negociadas. Para barrar esse reajuste ilegal foi neces-
10 sário recorrer à justiça, que concedeu liminar favorável
11 aos bancários e bancárias.

12 55.O que a Caixa chama de gastos, os trabalhadores chamam
13 de investimento. Mesmo porque, parte significativa dos
14 atendimentos do Saúde Caixa buscam responder ao qua-
15 dro de adoecimento causado pelo próprio ambiente de
16 trabalho, altamente prejudicial à saúde física e psicológica
17 dos bancários, que exercem sua atividade comprimidos
18 pelas metas, o assédio moral e a falta de funcionários.

19 56.Diferentemente do que a direção do banco afirma, as
20 projeções atuariais indicam que o plano será superavitá-
21 rio pelo menos nos exercícios de 2017 e 2018. O relatório
22 financeiro de 2016 aponta superávit da ordem de R\$ 66
23 milhões. No acumulado, são quase R\$ 700 milhões.

24 57.Os reajustes no Saúde Caixa representam um covarde
25 golpe contra os empregados. A decisão foi tomada sem
26 qualquer debate com a categoria, prática usual da gestão
27 Gilberto Occhi. Além de desrespeitar o Acordo Coletivo
28 de Trabalho (ACT), afronta também as instâncias de ne-
29 gociação com a categoria. Precisamos nos organizar e
30 colocar como pauta prioritária de nossa luta o debate
31 sobre os problemas do Saúde Caixa.

32 33 **IV - FUNCEF: NÃO É FUNDO PÚBLICO, 34 É PATRIMÔNIO QUE PRECISA SER PRESERVADO**

35
36 58.Patrimônio dos bancários da Caixa, a Funcef vem apre-
37 sentando déficit acumulado superior a 10% desde 2012
38 nos planos Reg/Replan (saldado e não saldado) e Replan
39 Saldado. A atual situação dos planos é resultado dos in-
40 vestimentos mal sucedidos da administração da Funcef,
41 que manteve a mesma política de gestão apesar dos pre-
42 juízos acumulados. Mas não podemos eximir a Caixa de
43 sua responsabilidade nessa política, uma vez que cabe a
44 ela o voto de minerva.

45 59.Um plano de equacionamento foi aprovado pela Diretoria
46 Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Funcef no
47 início de 2016 e os bancários estão arcando com 50%
48 do déficit registrado até 2014. Tantos os participantes
49 ativos quanto os assistidos pelo REG/Replan Saldado
50 estão contribuindo com taxa de 2,78% ao mês incidente
51 sobre o benefício saldado.

52 60.A origem do déficit está em uma política de gestão di-
53 retamente relacionada com a ingerência de governos na
54 aplicação dos fundos, em detrimento da preservação do
55 patrimônio dos associados. Parte significativa do total de
56 investimentos da Funcef é em renda variável, ou seja, em
57 títulos de ações negociadas na Bolsa de Valores. Dentre
58 esses, estão os títulos do Fundo Investimento em Ações
59 Carteira Ativa II - um fundo composto por ações da
60 Vale adquiridas em sociedade com a Previ, fundação do
61 BB, e a Petros, fundação dos empregados da Petrobras.
62 Foram os efeitos desse investimento que prejudicaram

o resulta do dos planos de benefícios da Funcef, em es- 63
pecial o REG/Replan, que detém a maior parte do valor 64
investido nos títulos. 65

61.Outro problema que devemos discutir neste 33º 66
CONECEF é o papel que tem o contencioso na compo- 67
sição dos déficits dos vários planos. A FENAE está desen- 68
volvendo uma campanha sobre essa questão e devemos 69
massificá-la a partir do nosso congresso. 70

62.Entretanto, é preciso apurar as responsabilidades des- 71
sa política de gestão, vigente há anos na Fundação, que 72
prioriza investimento em infraestrutura e em ações na 73
Bolsa. Em 2013, o presidente da Fundação, Carlos Alberto 74
Caser, garantiu que o déficit era reversível e descartava 75
qualquer possibilidade de aumento de contribuições pre- 76
videnciárias. Mas, com a manutenção da mesma estraté- 77
gia de gestão, a situação não se reverteu e o prejuízo e os 78
problemas se estenderam para os outros planos deixando 79
os assistidos e pensionistas mais apavorados e inseguros 80
quanto a continuidade dos seus benefícios. Por isso, 81
não podemos admitir a justificativa de que o déficit está 82
relacionado à crise da venda do minério, aos benefícios 83
dos assistidos e ao saldamento dos planos. 84

63.A Funcef é patrimônio nosso e precisa ser preservado, 85
pois é o nosso futuro que está em jogo. Não cabe apenas 86
aos diretores e conselheiros eleitos essa discussão, pelo 87
contrário, é necessário que todos tenham ciência dos fatos 88
e meios de opinar sobre eles. Exigimos transparência 89
na gestão do Fundo, para garantir que déficit futuro não 90
aconteça. Também defendemos o aumento da participa- 91
ção dos associados e a legitimação dos eleitos, que devem 92
participar de todos os espaços de debate sobre o Fundo. 93
Além disso, deve ser garantido que a Caixa também pa- 94
gue essa dívida, e não apenas os trabalhadores. 95

64.Outro problema que devemos discutir neste 33º 96
CONECEF é o papel que do contencioso na compo- 97
sição dos déficits dos vários planos. A FENAE está desen- 98
volvendo uma campanha sobre essa questão e devemos 99
massificá-la a partir do nosso congresso. 100

65.Nesse sentido, o debate sobre a Funcef, seus investimentos 101
e diretrizes de gestão deve ser pauta para o plenário do 102
Conecef e não apenas do grupo de aposentados/ Funcef. 103
O 33º Conecef deve se debruçar sobre esta problemática 104
que vem tirando a tranquilidade de muitos assistidos 105
da Funcef. Não podemos ratificar este modelo de pre- 106
vidência que nos torna sócios do rentismo e, portanto, 107
não interessante aos trabalhadores e às trabalhadoras. 108

66.Nossas representações na Funcef devem defender os inter- 109
esses dos associados, atuando com total autonomia 110
em relação à direção da CEF e ao governo seja ele qual 111
for. Assim, devem submeter sua atuação às orientações 112
dos fóruns da categoria e a eles devem prestar contas 113
permanentemente. 114

67.Defendemos ainda a profissionalização e a transparência 115
da gestão da Funcef; uma política de investimento clara 116
e transparente, que garanta rentabilidade, segurança e 117
liquidez adequadas, mas que também insira a Funcef em 118
um novo projeto de desenvolvimento nacional, social- 119
mente responsável e ambientalmente sustentável. 120

68.Não podemos permitir que qualquer associado seja dis- 121
criminado em função do plano de benefício a que esteja 122
vinculado ou por quaisquer outras razões. É preciso lutar 123
para garantir aos participantes do REG/ REPLAN todos 124

os seus direitos em relação a qualquer mudança que a Caixa queira implementar com relação ao encarreiramento e ao processo funcional.

69. Para democratizar a Funcef, defendemos o fim do voto minerva e o rodízio entre os representantes da patrocinadora e dos participantes na ocupação das diretorias. Queremos, ainda, transparência no processo de indicação dos representantes da Fundação nas empresas em que tem participação, bem como exigimos a prestação de contas por parte dos mesmos.

70. Não podemos compactuar com a vinculação da Funcef a partidos ou governo. Precisamos exigir apuração rigorosa de todas as denúncias envolvendo a Fundação e a responsabilização financeira dos gestores. Isso só se dará com o fortalecimento do Conselho Fiscal, da área de controle de risco e dos comitês da Funcef.

71. A Funcef não é um fundo público, por isso precisa ter uma política de investimentos que seja segura, transparente, rentável e que não comprometa a complementação de nossas aposentadorias.

72. Os processos eleitorais da Funcef precisam ser orientados por regras claras que garantam a democracia plena no processo eleitoral, neste sentido defendemos que sejam mantidas as eleições diretas para os representantes dos empregados como prevê o atual Regulamento.

73. O 33º CONECEf deve discutir os critérios e mecanismos que ampliem a transparência, a democracia e a representatividade dos eleitos.

V - APOSENTADOS E APOSENTADAS

74. Sabemos que a situação de aposentados e aposentadas no que diz respeito ao poder aquisitivo e às condições de vida e saúde só se agrava a cada dia. Isso se dá, principalmente, pelo desrespeito aos seus direitos por parte dos poderes públicos e por parte de instituições criadas com objetivo de protegê-los.

75. Nesse sentido, é necessário e urgente que suas representações intensifiquem a mobilização, as pressões e a luta junto a quem de direito, no sentido de solucionar as pendências relacionadas aos tíquetes, à reposição das perdas, à revisão de benefícios, à equiparação dos direitos das mulheres, ao efeito “gangorra”, ao programa de reembolso de medicamentos, entre tantas outras.

76. O fenômeno do crescente endividamento de grande parte de aposentados e aposentadas carece de atenção, pois isso reflete a perda de poder aquisitivo e também a ausência de soluções por parte da Funcef e da Caixa às reivindicações desse segmento.

77. Os representantes eleitos na Funcef devem lutar de forma intransigente para reduzir os juros do Credinâmico e desenvolver programas de composição de dívidas que permitam a aposentados e aposentadas soluções para esse grave problema que os aflige.

VI - BALANÇO DA CAMPANHA SALARIAL

78. A Campanha Salarial 2016 se deu em uma conjuntura de ataques brutais aos trabalhadores, de aprofundamento por parte do governo Temer das medidas de ajuste e austeridade iniciados por Dilma. A defesa da Caixa 100% pública marcou a luta específica dos bancários da CEF.

79. A mais longa greve desde 2004, de 31 dias, mesmo representando a grande capacidade de resistência e disposição de luta dos empregados, não trouxe a categoria conquistas correspondentes ao seu tamanho. Isso se deve tanto à postura do comando de manter a mesma estratégia como ao ambiente político altamente desfavorável à negociação específica. O resultado foi uma proposta rebaixada da Fenaban, sem avanços nas cláusulas específicas.

80. As propostas da Caixa foram recebidas com indignação, pois impuseram severas perdas à categoria ao privilegiar as reivindicações econômicas, sem contemplá-las completamente, em detrimento de reivindicações estratégicas como as que se referem às condições de trabalho, contratação, saúde e emprego.

81. Questões prioritárias para os bancários da Caixa como o fim do tesoureiro minuto, do caixa minuto e as injustiças impostas aos avaliadores de penhor em 2016, por exemplo, não foram acolhidos com seriedade pela mesa de negociação. Tais reivindicações foram direcionadas para um grupo de trabalho a ser formado posteriormente, sem qualquer garantia futura em relação às reivindicações.

82. A estratégia de negociação da Fenaban estava totalmente alinhada ao cenário político nacional de imposição de perdas aos trabalhadores. Mesmo diante de uma lucratividade escandalosa, a orientação política era de ataque, para manter e aprofundar o arrocho. Irredutíveis, banqueiros e governo insistiram no modelo de índice rebaixado, acordo bianual e enganoso abono. Em duas rodadas se mostraram ainda mais intransigentes, sem avanços e com negociações suspensas, confirmando desrespeito com bancários e com a população. O objetivo era impor uma derrota à categoria mais organizada do País, quebrando nossa resistência.

83. Os banqueiros tinham uma estratégia clara desde o início. O acordo de 2 anos virou chantagem, condição para a continuação das negociações. Empurrados para a derrota, a anistia dos 31 dias foi a saída “honrosa” encontrada. Mas mesmo o abono dos dias parados só aconteceu pela disposição de luta dos bancários que aderiram ao movimento paredista, numa demonstração inequívoca que é a luta coletiva que garante nossos direitos.

84. Mas o fechamento de um acordo bianual, que experimentamos pela primeira vez, tem consequências. Ao mesmo tempo que pode assegurar, numa conjuntura de desmonte das leis trabalhistas, uma garantia breve dos direitos já estabelecidos, pode significar também um esvaziamento do movimento e da luta nesse período. Pode dificultar a mobilização dos bancários por novas demandas, deixando governo e patrões livres para dar continuidade aos ataques.

85. O abono salarial foi outra derrota, retrocesso da era FHC que resultou em imensas perdas salariais que jamais foram repostas. Com o abono, os bancários perdem duas vezes: ficam sem o aumento e não recebem os reflexos em verbas e vantagens pessoais, como FGTS, férias, 13º salário. Já os dias parados surgem para encobrir acordo bianual e o índice rebaixado.

86. Os bancos federais fizeram o papel de sempre, ou seja, se esconderam atrás da Fenaban, emperrando a greve. A proposta da Caixa não trouxe avanços. O acordo se limitou a manter cláusulas já existentes. O que vimos foi a ausência de soluções para pontos centrais da minuta, e

- 1 um acordo resumido praticamente à conquista da PLR
2 social. Assim, voltamos ao trabalho com os mesmos pro-
3 blemas que tinham nos levado à greve.
4 87.A grande novidade foi a adesão dos gerentes da Caixa
5 à paralisação, dando força ao movimento paredista e
6 abrindo um precedente importante para a retomada da
7 mobilização por parte desse segmento.
8 88.De qualquer forma, nossa unidade foi importante para
9 preservar direitos e resistir aos ataques, que estão além
10 da luta corporativa, com a ameaça de terceirização, pri-
11 vatização, reforma da Previdência e trabalhista. Fica o
12 desafio diante da cultura de que o que mobiliza é índice
13 e as cláusulas de remuneração. E também a necessidade
14 de repensar estratégia de negociação e mobilização para
15 a Campanha Nacional 2017 e posteriores.
16

17 VII - ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

- 18
19 89.Enfrentar o capital e os ataques do governo aos nossos
20 direitos é afirmar cotidianamente a autonomia das en-
21 tidades sindicais e das direções do movimento dos em-
22 pregados frente a governos, patrões e partidos. A unifica-
23 ção das lutas da categoria com os demais trabalhadores
24 e trabalhadoras sem descuidar das questões específicas
25 deve ser garantida.
26 90.Para solucionar as pendências diversas da negociação
27 permanente e também dos conflitos gerados pela orga-
28 nização do trabalho é preciso fortes mobilizações dos
29 empregados da CEF, tanto para pressionar a mesa espe-
30 cífica, seja durante a Campanha Salarial, ou no processo
31 permanente de negociação.
32 91.O Conecef é um espaço privilegiado de formação, orga-
33 nização, unificação e deliberação das reivindicações es-
34 pecíficas e gerais dos bancários da CEF que precisa ser for-
35 talecido. Isso só será possível se garantirmos a mais ampla
36 e democrática participação de bancários ativos e aposen-
37 tados na construção das reivindicações, estratégias e táti-
38 cas de mobilização de empregados da CEF e do conjunto
39 da categoria bancária. Devemos fortalecê-lo como espaço
40 de formulação da Campanha Salarial específica.
41 92.Propomos que os delegados sejam eleitos em fóruns es-
42 taduais, na proporção de 1 (um) delegado para cada 200
43 (duzentos) empregados em atividade na base, por uni-
44 dade da federação, ou fração superior a 100 (cem), garan-
45 tida a delegação mínima de 2 (dois) por Estado. No caso
46 de aposentados, devem ser respeitados os mesmos crité-
47 rios de proporcionalidade. Além disso, deve ser garan-
48 tida a paridade com relação à participação das mulheres
49 nas delegações, com a diminuição das vagas até que se
50 atinja a proporção, em caso de não cumprimento desta
51 proporção.
52 93.Defendemos que a CEE/Caixa reflita e respeite a plura-
53 lidade de ideias no seio do movimento. Assim, ela deve
54 ser eleita no Conecef através de chapas obedecendo ao
55 critério da proporcionalidade direta e qualificada e a cota
56 de gênero.
57 94.Defendemos também que a CEE/Caixa deve as sumir
58 de forma mais efetiva a negociação da pauta dos apo-
59 sentados junto à CEF, à Funcef ou a quem de direito,
60 no sentido de garantir tratamento igualitário às suas rei-
61 vindicações. Nesse sentido, propomos que já na Campa-
62 nha Salarial de 2017 sejam elencados os pontos prioritá-

- rios a serem conquistados. Sugerimos também, que seja 63
ampliada a participação de aposentados na CEE/Caixa 64
na mesma proporção dos ativos e que os mesmos sejam 65
eleitos no Conecef. 66
95.Defendemos a utilização permanente dos fóruns demo- 67
cráticos do movimento, garantindo reuniões nacio nais 68
representativas em momentos de impasse, sejam nas 69
campanhas salariais, ou antes da assinatura de acordos 70
e/ou aditivos. 71
96.Entendemos como fundamental a mobilização per ma- 72
nente dos empregados da CEF, pois só com o acúmulo 73
de forças as conquistas virão. Para garantir, durante todo 74
o ano, um fórum permanente de discussão com a CEF 75
dos temas de interesse dos empregados, é preciso inves- 76
timento maior na participação de companheiros de base 77
no Conecef. Só assim teremos mais pessoas envolvidas 78
com os temas em debate. 79
97.Queremos a garantia de que todas as forças políti cas e 80
representativas da categoria estejam nas composições da 81
CEE/Caixa e dos GTs eventualmente constituídos. 82
83
84
85

86 **FORA TEMER!**

87 **ABAIXO ÀS CONTRARREFORMAS**

88 **ELEIÇÕES GERAIS E DIRETAS JÁ!**

89 **TODOS À GREVE GERAL!**

90 **OUSANDO LUTAR, VENCEREMOS!**

91
92
93
94
95
96
97
98 **Intersindical Bancária**
99 **Resistência e Luta, corrente sindical e popular**



TESE 4

CSD - CUT Socialista e Democrática

1. QUEM SOMOS

A CSD, CUT Socialista e Democrática, nasceu em 2002, reafirmando a posição estratégica da atuação e construção do sindicalismo organizado na CUT e apostando nas premissas de que uma corrente sindical só se justifica quando ela combina concepção sindical com concepção política, quando tem capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva, quando sua identidade se expressa em uma prática e em posições políticas comuns e quando as diferenças internas não levam ao imobilismo. Somos uma tendência militante, democrática e socialista.

A CSD estampa em seu nome três compromissos que a orientam: construção da CUT, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; socialismo como projeto histórico e elemento que deve orientar estrategicamente a ação política da Central e democracia como elemento central da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

Participa ativamente do debate programático da CUT considerando a questão democrática como central. Democracia nas organizações dos trabalhadores e trabalhadoras e democracia na sociedade são dois pólos que se integram numa visão que considera que o poder deve residir no povo trabalhador e que o caminho ao socialismo deve ser pavimentado na participação popular.

A CUT Socialista e Democrática é uma corrente que na sua história construiu e constrói o feminismo e o antirracismo no movimento sindical, por isso compreende que são temas que devem fazer parte de suas análises de conjuntura, do conjunto das pautas, teses e elaborações teóricas. É preciso construir alternativas para a superação das desigualdades históricas sofridas pelas mulheres, principalmente pelas mulheres negras, que ainda é o grupo mais vulnerável socialmente.

As dimensões classistas e antirracistas são, portanto, elementos centrais e devem estar combinados na luta que travamos. É essencial lutar pela institucionalização da igualdade de fato entre a população negra e da garantia do exercício pleno da cidadania, produzindo novas relações sociais.

Lutamos por igualdade de oportunidades também em relação ao gênero, por meio de ações políticas direcionadas que tornem possível a superação das diferenças sociais, econômicas e culturais entre homens e mulheres, contra o patriarcado, as desigualdades, a mercantilização e o autoritarismo da ditadura do capital.

Por um sistema igualitário, prezamos pela paridade das mulheres e também pela ocupação de negras e negros nos espaços que lhe são devidos na sociedade, procurando assim, atingir igualdade de oportunidades e representatividade desses grupos nos espaços públicos de poder e decisão.

No entanto, afirmar o que é a paridade e o que importa para nós no conceito da paridade é refletir sobre o conjunto do movimento sindical e sobre quais as nossas bandeiras de

luta e de reivindicações. É consolidar a identidade feminista dentro da CUT. Isso tem que se refletir na luta, nas ruas e na ação política, pois constatamos muitas vezes que não há um compromisso com a pauta e com a luta das mulheres e que é comum a existência de posições sindicais que se assemelham a posições da direita que tanto combatemos e que tanto denunciemos. O momento da paridade e das cotas também nos coloca a reflexão sobre qual é a nossa identidade, qual a nossa luta e onde está a luta das mulheres.

Falar da luta da classe trabalhadora é falar da luta das mulheres. As mulheres são a maioria na classe trabalhadora, as mais precarizadas e enfrentam a materialidade do machismo, principalmente as mulheres negras. Enfrentam a materialidade da mortalidade, da violência, do esvaziamento nos espaços de direção política. O movimento sindical deve ter um papel fundamental nisso.

Essas reflexões são fundamentais para o movimento sindical deixar de ter a paridade apenas como um número e não ser uma busca desenfreada por cotas de mulheres para dar conta das formações de chapas e delegações, pois observamos que a busca de mulheres para completar chapas e delegações muitas vezes não respeita a trajetória militante de cada uma. A rotatividade se aplica para as mulheres e com ela não vai ter, por exemplo, um homem negro ou um jovem negro.

Um debate muito caro para as mulheres é sobre a presença delas nos espaços de poder ser reduzido à rotatividade e a quem vai sair, sobre onde e em que setor vai recair a rotatividade. As mulheres jovens negras cumprem o conjunto das cotas e na maioria das vezes são tratadas como ou só jovens ou só mulheres, ou de qualquer outra forma, menos da maneira que realmente seja decorrente de um processo de direção real. Não é só pela cota e pela paridade, é reconhecer as mulheres como protagonistas neste processo da ocupação desses espaços.

O feminismo busca compreender a história do mundo sob o ponto de vista do segmento mais oprimido. Atuar sobre essa perspectiva nos ajuda a mudar nossos valores e nos aproxima mais do socialismo. Ajuda a entender os mecanismos de dominação do capital. Portanto, o feminismo deveria estar sempre presente nas nossas análises, pois é a luta dos setores oprimidos, mulheres, mulheres negras principalmente, negros, LGBTQs, jovens e indígenas, que ajudará a reconstruir um projeto socialista de sociedade justa, igualitária e livre.

2. CONTEXTO MUNDIAL

Os primeiros indicadores – econômicos e sociais – que chegam a público em 2017 mostram que ainda nos encontramos sob os efeitos da crise iniciada no fim da década passada. As notícias, em sua maioria, não são animadoras: freada da economia chinesa, as incertezas provocadas pela gestão econômica do presidente Donald Trump, o Brexit e a expansão do fenômeno dos juros negativos em países ricos sugerem um longo caminho para a recuperação.

Está nítido que a crise econômico-financeira que se iniciou nos Estados Unidos com a quebra do Banco de investimentos Lehman Brothers em setembro/2008 está viva e dá sinais inequívocos que continuará provocando estragos. Considerada a mais grave crise econômica mundial desde 1929, os prognósticos de que os seus efeitos se fariam sentir por muito tempo parecem se confirmar. Ainda mais quando

os países - com raras exceções - respondem com ajustes, ortodoxia e arrocho. Essa crise teve consequências – de desaceleração ou de recessão econômica – sobre o conjunto dos países do mundo e também trouxe impactos negativos sobre o Brasil e boa parte da América Latina.

Do ponto de vista político, que está completamente contaminado pela economia, a eleição de Donald Trump (EUA) faz parte de uma série de grandes revoltas políticas que, juntas, sinalizam um profundo estremecimento da hegemonia neoliberal. Elas incluem a votação pela saída do Reino Unido da União Européia (Brexit), a rejeição das reformas do então primeiro-ministro Matteo Renzi (Itália) e o crescente apoio à direita Marine Le Pen da Frente Nacional francesa, dentre outras.

Estes são sinais de que o programa neoliberal já não tem a mesma força política-ideológica hegemônica que já teve na Europa durante os anos 1980 ou na América Latina na década seguinte. O que vemos agora é uma disputa que envolve forças conservadoras que disputam essa hegemonia com a xenofobia, a perseguição aos migrantes das periferias do capitalismo e muçulmanos, o racismo, o machismo, a reivindicação da violência policial em resposta ao medo da população pela insegurança cidadã etc.

No que se refere a região da América Latina e do Caribe, vivemos a pior crise econômica em muitas décadas, que sacrifica muito fortemente a classe trabalhadora, com particular crueldade para os jovens e as mulheres. São justamente entre estes “setores” que estão as piores condições de trabalho.

A crise política, social, ecológica e econômica da região foi agravada fortemente pela política de ajuste estrutural praticada em vários países, que só aprofundou o ciclo vicioso de desigualdade na distribuição da renda, com maior informalidade e exclusão, favorecendo a apropriação da renda, a concentração da riqueza e a espoliação dos direitos das populações indígenas, camponesas, dos trabalhadores, das mulheres, jovens e das diversidades raciais, culturais e sexuais.

Este cenário preocupante é agravado pela crise democrática que passa a região. As dificuldades econômicas, os escândalos de corrupção e a insatisfação com os serviços públicos estão fazendo estragos na opinião que os latino-americanos têm da democracia.

Objetivamente esta crise se materializou na última década no golpe jurídico parlamentar em dois países da região (Paraguai e Brasil) precedidos pelo golpe em Honduras (2009) e tentativas na Venezuela de Hugo Chávez e no Equador de Rafael Correa.

As lutas nacionais contra a direita, contra os golpistas, as lutas democráticas e lutas sociais por reivindicações econômicas, deverão se combinar necessariamente com a reivindicação por soberania nacional e pelo projeto de integração regional com uma inserção soberana, ativa e ativa no hemisfério e no Mundo, livres do machismo, do racismo e do patriarcado.

3. CONTEXTO NACIONAL

A realidade política, econômica e social presente e o sentido de futuro que o governo golpista busca imprimir a cada iniciativa contrastam com as conquistas sociais iniciadas em 2003. O Brasil estava se transformando em um país

com maior igualdade e com mais direitos, resultado de uma trajetória de desenvolvimento com transformação social. O enfrentamento a todas as formas de discriminação tinha na redução da pobreza e da desigualdade seu maior desafio.

Avanços econômicos e sociais impulsionaram o mercado de trabalho, com ampliação substantiva dos níveis de emprego e renda, fazendo do emprego um dos principais motores para o enfrentamento desse desafio. Os avanços podem ser constatados através da recuperação dos principais indicadores econômicos e sociais consubstanciadas fundamentalmente em uma melhora nas condições de vida de mulheres e homens em nossa sociedade.

É nesse contexto que os/as trabalhadores/as ampliaram suas pautas de reivindicações, incorporando novos temas, especialmente aqueles ligados à igualdade de oportunidades e ampliação de direitos. A formalização do trabalho e a elevação média dos rendimentos são os aspectos mais marcantes do desempenho do mercado de trabalho entre 2003 e 2014.

Esse resultado está associado à elevação dos componentes de melhora da situação geral da classe trabalhadora, tanto no que concerne a geração de empregos - 12 milhões gerados entre 2004 e 2013, quanto à crescente formalização - 20 milhões formalizados no mesmo período, além da queda da miséria que atingia 26,2 milhões em 2003, e chega a 8,2 milhões em 2014.

A presença ativa do Estado na economia estimulando a consolidação de um mercado de consumo interno forte, através da transferência de renda para combate à pobreza, do financiamento da atividade econômica com juros mais próximos da realidade internacional, do investimento direto em infraestrutura e habitação ou ainda pela atualização de marcos regulatórios de setores estruturantes da economia, resultou num contínuo crescimento dos salários na renda nacional e despertou a reação dos setores contrariados, especialmente do rentismo, que vinham reacumulando forças depois de sucessivas derrotas eleitorais.

Isso significou, ainda durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma, a aposta num crescente lockout do investimento privado, que encontrava nas políticas de subsídio abrigo para confortável manutenção de suas taxas de lucro. No congresso, os patrocinadores cobraram a conta de seus subordinados e o governo perdeu força. As manifestações de junho de 2013, a despeito do debate sobre sua natureza, atores e forma de ação, foram capturadas pela grande mídia, especialmente a Rede Globo, convertendo-se de legítimas manifestações políticas por mais direitos em instrumento de enfraquecimento da política e do governo, impactando negativamente a economia.

Finalmente, às vésperas da eleição presidencial, tem início a Operação Lava Jato, que além de se constituir em instrumento eleitoral da direita, trazendo o judiciário escancaradamente à arena política, produziu impactos já em 2014 na economia, certamente ampliados em 2015.

Em que pese esse acirramento da disputa com os setores contrariados por um programa de desenvolvimento nacional soberano, a Presidenta Dilma vence democraticamente as eleições de 2014 num dos debates mais transparentes da história política nacional a respeito das prioridades da nação. Contudo a ação governamental que se estabeleceu a partir da vitória foi uma réplica do programa econômico do adversário derrotado: alta dos juros, restrição em importantes

1 políticas sociais (pensões, seguro-desemprego, PRONATEC,
2 FIES), aumento generalizado de preços administrados pelo
3 governo, impactando fortemente os índices de inflação, cor-
4 te no orçamento público e no financiamento da atividade
5 econômica pelo BNDES.

6 A tentativa aparente de recuperar a tolerância de setores
7 contrariados pela agenda econômica em curso teve como
8 consequência prática a paralisação da economia, o desem-
9 prego e a queda da massa salarial na renda nacional. Essa
10 conduta levou a rápida revisão das expectativas quanto ao
11 crescimento da economia.

12 As escolhas econômicas contraditórias com o programa
13 eleitoral levaram a deterioração econômica - com encolhi-
14 mento do PIB em 3,8% em 2015, perda drástica do apoio
15 popular e abriu as portas para o golpismo que espreitava
16 desde o resultado das eleições a partir de todos os flancos.

17 A unificação da oposição dirigida pelo PSDB com o
18 PMDB, que passou a vislumbrar a real possibilidade de to-
19 mar de assalto o poder, foi o alicerce parlamentar do golpe.
20 O ativismo político da mídia, num novo padrão de enfren-
21 tamento, somado à ação coordenada e patrocinada de mo-
22 vimentos de direita foram o caldeirão da confusão a que a
23 opinião pública foi submetida, sem que houvesse reação dos
24 setores de esquerda à altura dos ataques.

25 Apesar dos avanços nas políticas sociais durante o pe-
26 ríodo de 2003 a 2014, os setores de esquerda não tiveram
27 capacidade de desenvolver uma política de comunicação so-
28 cial que difundisse e consolidasse no imaginário popular, o
29 programa aplicado e as conquistas do período. A motivação
30 já não era relevante, qualquer pretexto ou neologismo que
31 justificasse a ruptura democrática era suficiente. O ponto de
32 unidade foi a interrupção do governo eleito por meio de um
33 golpe e a retomada plena do programa neoliberal.

34 As famosas “pedaladas” eram e são uma farsa comple-
35 ta. Foi construída uma tese sem nenhuma sustentação téc-
36 nica, que nunca havia sido usada para fatos idênticos que
37 ocorreram anos anteriores, desde o governo FHC e mesmo
38 antes, sem ter sido caracterizadas como crime, com o ob-
39 jetivo exclusivo de condenar o passado e depois derrubar
40 a presidenta.

41 A narrativa econômica de um país no vermelho, par-
42 cialmente assimilada pelo próprio governo, aos poucos se
43 converteu em realidade pela força da mídia, da política e
44 dos equívocos na condução da economia.

45 Na verdade, não houve um aumento irresponsável dos
46 gastos do governo, mas sim uma grande queda na arrecada-
47 ção, resultado da queda do crescimento econômico. A de-
48 saceleração do crescimento foi resultado do prolongamento
49 da crise econômica internacional e foi agravada pela política
50 de austeridade. A queda da arrecadação, associada ao au-
51 mento da taxa de juros foram os verdadeiros responsáveis
52 pela elevação do déficit. Não foi o desequilíbrio fiscal que
53 interrompeu o crescimento, mas a desaceleração do cresci-
54 mento que produziu a crise fiscal.

55 Os gastos sociais e em investimentos do governo nunca
56 estiveram fora do controle, mas sim os juros aviltantes pagos
57 em decorrência de uma taxa de juros estratosférica que só
58 fez a dívida pública crescer de forma exponencial. Para que
59 se tenha uma ideia, a totalidade da dívida pública líquida do
60 Brasil em 2014 correspondia a 32,6% do PIB. Já os juros da
61 dívida pagos em 2015 foram de 8,5% do PIB. Ou seja, menos
62 de quatro anos de pagamentos de juros nesses patamares já

63 equivaleria à totalidade da dívida existente em 2014.

64 O tamanho da dívida não é expressivo sob qualquer pa-
65 râmetro, em especial internacional. O problema está niti-
66 damente na dimensão distorcida do juro pago. Na verdade,
67 ao contrário do que nos querem fazer crer a grande mídia
68 e os economistas dos bancos, não temos dívida por gastar
69 demais. Temos dívida por pagar juro demasiado e desvin-
70 culado dos fundamentos da economia.

71 A política de ajuste fiscal implementada a partir de 2015
72 se radicaliza e transforma, a partir do golpe, num verdadeiro
73 acerto de contas com a Constituição de 1988. O governo
74 ilegítimo caminha na direção de reformas estruturais de
75 caráter neoliberal, visando comprometer o país com uma
76 trajetória de longo prazo de redução do papel do Estado na
77 economia, esvaziamento das políticas sociais e preservação
78 das receitas provenientes dos lucros.

79 A principal medida de esvaziamento do estado imple-
80 mentada pelo governo golpista no ano de 2016 foi a Emenda
81 Constitucional nº 95, que congela os gastos sociais do gover-
82 no federal pelos 20 anos. Essa medida, que não leva em conta
83 o crescimento populacional, ou as necessidades do povo
84 num cenário de aumento do desemprego e crise econômica,
85 ainda toma como referência os gastos do ano de 2016, redu-
86 zidos em termos históricos por conta da crise econômica.

87 A EC 95 é a mais dura lei de austeridade de todo o
88 mundo e compromete qualquer iniciativa de ampliação de
89 universalização de serviços públicos essenciais como saúde
90 e educação. Ou seja, um governo não diretamente eleito,
91 implementa uma lei que engessa as políticas sociais dos pró-
92 ximos quatro governos.

93 Essa conduta não contribuiu em nada para a recupera-
94 ção da economia e do nível de emprego. Na contramão do
95 ocorrido nos anos anteriores em termos de política social e
96 de emprego, chegamos no final de 2016 com uma taxa de de-
97 semprego, de 11,5% e uma perda de 2,9 milhões de postos de
98 trabalho entre 2015 e 2016. Entre aqueles que conseguiram
99 se manter no mercado de trabalho, amplia-se a informalidade
100 e são reduzidos os rendimentos médios provenientes
101 do trabalho.

102 Já para os patrocinadores do golpe, a conta é paga religio-
103 samente em dia. Somente em 2016 foram transferidos para
104 o sistema financeiro mais de R\$ 1,35 trilhão com refinan-
105 ciamento, amortização, juros e encargos da dívida pública,
106 enquanto que o orçamento da seguridade social, que envolve
107 previdência, assistência e saúde totalizou para o mesmo ano
108 praticamente metade disso, R\$ 750,9 bilhões.

109 Enquanto desmonta as políticas sociais e busca redu-
110 zir os rendimentos do trabalho, o governo golpista avança
111 na entrega de setores estratégicos da economia nacional,
112 retirando a exclusividade da Petrobras sobre a exploração
113 do Pré-Sal, atraindo capital estrangeiro para concessões de
114 infraestrutura e projetando a venda de terras a estrangeiros.

115 Ao mesmo tempo, frente ao desmonte de setores es-
116 tratégicos da economia nacional e a retração na indústria,
117 ganham ainda maior influência os setores ligados ao agro-
118 negócio para exportação. O projeto de desenvolvimento com
119 inclusão social é substituído pela estratégia de liquidação de
120 direitos, a exemplo das propostas de reforma da previdência
121 e trabalhista, em favor dos interesses e exigências do capital.

122 Apesar do esforço da grande mídia, tentando mascarar a
123 grave crise política, social e econômica e a responsabilidade
124 do governo ilegítimo de Temer e seus aliados pela histórica

1 taxa de desemprego e empobrecimento dos trabalhadores,
2 cresce na sociedade a consciência de que a única saída para
3 a crise é a democracia, com eleições diretas imediatamente.

4 Ao mesmo tempo, os mesmos setores do capital e do con-
5 servadorismo, que avalizaram o impedimento da presidenta
6 eleita para a implementação da sua agenda de retirada de
7 direitos e desmonte do Estado, buscam desqualificar a reação
8 popular frente à crise, demonstrada no amplo engajamento
9 ao dia da Greve Geral em 28 de abril.

10 É nesse cenário de profundo descrédito e de grandes
11 incertezas que a categoria bancária inicia o processo de
12 organização para a Campanha Nacional 2017. Campanha
13 que se reveste de um caráter extraordinário, onde seremos
14 testados em nossa estratégia nacional em nossa capacidade
15 de organização e mobilização como nunca fomos.

16 Estamos vivendo uma verdadeira crise de representati-
17 vidade democrática, num cenário de descrédito e ataque aos
18 movimentos sociais e de grandes incertezas. Nosso desafio
19 para esse ano é ampliar o enfrentamento, nas negociações
20 e nas ruas, contra a tentativa dos bancos de retirar direitos,
21 principalmente em relação ao emprego bancário, à flexi-
22 bilização e retrocessos previstos na reforma trabalhista e
23 fazer uma forte defesa dos bancos públicos e sua atuação
24 no desenvolvimento social do país.

25 Com a definição das questões econômicas também po-
26 demos avançar em cláusulas muito importantes, mas histo-
27 ricamente secundarizadas nas mesas de negociação, como o
28 combate ao assédio moral e sexual e a todas as suas formas
29 de manifestação, entre vários outros pontos.

30 Somente com a unidade dos trabalhadores e trabalhado-
31 ras seremos capazes de evitar os prejuízos que virão com as
32 reformas. É o momento de defender conquistas, combater
33 os retrocessos e resgatar a democracia.

34 **Grupo 1 – Saúde Caixa/Saúde e Condições de trabalho**

35 **Grupo 2 – Funcef / Aposentados / Previdência**

36 **Grupo 3 – Reestruturação / Reformas Trabalhistas**
37 **/ Terceirização**

38 **Grupo 4 – Defesa da Caixa / Defesa dos Bancos Públicos**

41 4. DEFESA DA CAIXA

42
43 Interessa-nos unicamente que a CAIXA se mantenha
44 100% pública, com seu papel de indução ao crescimento e
45 de incentivo ao desenvolvimento econômico brasileiro. A
46 CAIXA foi e ainda é instrumento fundamental no processo
47 de desenvolvimento social e econômico do País. Portanto
48 deve ser fortalecida enquanto instituição pública, para que
49 funcione como ferramenta para a aplicação das políticas
50 sociais e para a regulação do mercado financeiro.

51 Em particular no financiamento de longo prazo de gran-
52 des projetos de investimentos, no financiamento habitacio-
53 nal e na facilitação do acesso da sociedade aos programas
54 sociais, suprimindo importantes lacunas deixadas pela ini-
55 ciativa privada.

56 Sabemos que o Governo golpista de Michel Temer visa
57 o desmonte das empresas públicas, entre elas os bancos pú-
58 blicos. O próprio corte das políticas sociais como MCMV,
59 FIES e outros, operados pela Caixa, já implica num enfra-
60 quecimento da empresa.

61 Somos contrários ao enfraquecimento dos bancos públi-
62 cos para financiar o desenvolvimento do país e sabemos que

63 a CAIXA tem um papel importante nesse contexto, motivo
64 pelo qual somos frontalmente contrários à sua privatiza-
65 ção. Seu papel deve ser o de fomentar o desenvolvimento
66 econômico e social brasileiro, ofertando créditos e serviços
67 financeiros, em condições diferenciadas dos bancos “de mer-
68 cado” para um público o mais amplo possível, promovendo
69 a bancarização de setores sociais habitualmente rejeitados
70 pelo setor bancário privado.

71 Um aspecto importante a ser considerado é a respon-
72 sabilidade socioambiental, ou a pouca importância dela.
73 Demonstrando um discurso destoante da prática, como o
74 da economia verde, tão comum no setor bancário brasileiro,
75 que se diz responsável com o meio ambiente, mas ainda tem
76 muitos gargalos a serem resolvidos, a CAIXA e demais ban-
77 cos públicos precisam apresentar uma responsabilidade que
78 se reflita em suas políticas de crédito, de gestão empresarial
79 e de valorização de seus funcionários.

80 A concessão de empréstimos apenas a empresas que res-
81 peitem as leis trabalhistas e ao meio ambiente, a adoção de
82 programas de reciclagem, reutilização e redução de materiais
83 e recursos, o respeito e a valorização de seus trabalhadores
84 e trabalhadoras através da transparência administrativa e
85 do respeito aos direitos e conquistas e às entidades sindi-
86 cais são alguns dos caminhos a serem tomados na busca da
87 verdadeira responsabilidade socioambiental.

88 Entendemos que as ações de responsabilidade socio-
89 ambiental adotadas atualmente são insuficientes diante do
90 processo de consumo e esgotamento dos recursos naturais
91 e lutamos para que o tema seja tratado com seriedade, não
92 apenas na lógica das estratégias de marketing, cujo objetivo
93 final é o de acelerar ainda mais o consumo.

94 5. SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

95
96 A Caixa, como empresa pública, tem por obrigação ser
97 exemplo no cumprimento das normas de saúde e na ga-
98 rantia de condições de trabalho dignas para seus emprega-
99 dos e empregadas. Mas não é isso que vemos no dia a dia.
100 Inadequação do mobiliário, falta de pessoal, sobrecarga de
101 trabalho e sobre-jornada, muitas vezes sem o pagamento
102 das horas extras trabalhadas, são apenas alguns dos proble-
103 mas vividos.

104
105 As doenças psíquicas são, ao lado das LER-DORT, as
106 principais causas de absenteísmo na Caixa, tendo origem nas
107 pressões sofridas para o atingimento de metas, nos riscos
108 agravados pelos problemas de segurança e pelo não cumpri-
109 mento de acordos firmados com as representações sindicais,
110 na inadequação do mobiliário e dos equipamentos.

111 Outro fator de adoecimento cada vez mais presente é a
112 sobrecarga de trabalho. Fechamento e fusão de unidades,
113 abertura de agências com número insuficiente de empre-
114 gados, novas atividades assumidas pela Caixa e, sobretudo,
115 falta generalizada de pessoal são alguns dos motivos que
116 têm levado os trabalhadores e as trabalhadoras a jornadas
117 extenuantes.

118 Os Programas de Apoio à Aposentadoria (PAAs) e Plano
119 de Demissão Voluntária Extraordinário (PDVE) implanta-
120 dos pela empresa nos últimos anos reduziram o quadro de
121 pessoal a números insustentáveis. É fundamental a reposição
122 das vagas abertas pela saída dos aposentados e também o
123 aumento do número de empregados e de empregadas para
124 que se garanta a qualidade no atendimento aos clientes e

usuários, sem que isso signifique mais adoecimento, uma vez que o contingente atual não é suficiente para atender às demandas crescentes.

Além disso, também é extremamente preocupante todo o processo de reestruturação, que vem sendo implantado visando à redução de custos. Isso irá precarizar ainda mais as condições de trabalho, aumentando o adoecimento e o absenteísmo. Tais medidas são um desrespeito aos direitos dos trabalhadores e criam um passivo trabalhista gigantesco, além de fragilizarem a imagem da Caixa perante a sociedade, impedindo a correta execução de seu papel de banco público e social.

Os Serviços de Engenharia, Medicina e Segurança do Trabalho (SESMTs) vem sendo diminuídos e sucateados sistematicamente, com falta de profissionais para dar assistência às unidades atendidas, os Médicos e Auxiliares de Enfermagem do Trabalho acumulam, muitas vezes, tarefas do SESMT e do Saúde Caixa, os Engenheiros e Técnicos de Segurança do Trabalho são em número insuficiente. Tudo isso sem que se leve em conta as dimensões geográficas das áreas atendidas por eles.

Propostas:

- Respeito às instâncias negociais, com a discussão prévia e implementação somente após acordo entre as representações em caso de mudanças normativas significativas;
- Programa adequado para prevenção e tratamento de doenças ocupacionais;
- Implantação de, no mínimo, uma GIPES em cada unidade da Federação, com a separação em unidades diferentes das atividades de Saúde do Trabalhador, de Gestão de Pessoas (incluindo contratação e treinamento) e de gestão do Saúde Caixa, e o dimensionamento adequado do número de empregados em cada uma delas;
- Reposição das vagas abertas por aposentadorias e demissões, e aumento do número de empregados e de empregadas;
- Respeito à ergonomia em todas as estações de trabalho;
- Adequação do mobiliário, sistemas e locais de trabalho às necessidades das pessoas com deficiências;
- Revisão das transferências e descomissionamentos realizados pela reestruturação;
- Implantação de SESMTs em todas as UFs, com dimensionamento adequado do número de profissionais, levando-se em conta a quantidade de unidades atendidas, a área de cobertura e questões regionais, como dificuldades de locomoção.

6. SAÚDE CAIXA

Após a concretização da primeira fase do golpe midiático-jurídico-parlamentar, as relações entre a Caixa e as representações de seus trabalhadores sofreram uma piora significativa. Ao longo deste período, a Mesa Permanente, o Grupo de Trabalho de Saúde Caixa e o Conselho de Usuários foram desrespeitados sistematicamente, com as negociações não andando, uma reunião chegando a ser desmarcada já com a representação dos empregados em Brasília.

O maior exemplo desse desrespeito foram as modificações unilaterais que a empresa tentou implementar no

modelo de custeio do Saúde Caixa, no início de 2017, com o aumento das mensalidades e do percentual de participação dos empregados, além do reajuste no teto de coparticipação. Este ataque frontal aos acordos coletivos firmados foi barrado pela mobilização da categoria e pela interposição de ação judicial pela CONTAF-CUT e pela FENAE, que garantiu a suspensão das mudanças.

Outro problema muito sério é a falta de transparência na gestão do Saúde Caixa, por parte da empresa. Ao longo dos anos, por inúmeras vezes, a representação dos empregados vem cobrando informações detalhadas sobre os dados de utilização, arrecadação e despesas do plano, sem sucesso.

Ao mesmo tempo tem ficado nítida a inadequação dos dados utilizados na elaboração dos cálculos pelas consultorias atuariais contratadas pela empresa, uma vez que os déficits, apontados em todos os relatórios para os períodos seguintes, nunca se realizaram, mesmo sem a adoção dos reajustes sugeridos, sendo o Saúde Caixa amplamente superavitário.

Um risco para a viabilidade do plano, porém, é a crescente demanda judicial, que vem aumentando as despesas assistenciais de forma imprevisível. Para minimizarmos tais demandas, consideramos fundamental a implantação de uma GIPES por estado, com célula independente do Saúde Caixa, de forma a dar um atendimento de qualidade, atendendo às necessidades dos empregados da melhor forma, minimizando ações judiciais desnecessárias, causadas por má gestão devido à insuficiência de infraestrutura e empregados.

Além disso, é fundamental que as Auditorias Médicas sejam orientadas a avaliar criteriosamente os pedidos de autorização, eliminando a negação de procedimentos necessários, que possam vir a gerar questionamentos judiciais, além de aumentar o risco à saúde dos participantes.

Outra necessidade é a implementação do Plano Saúde Caixa Família, com o objetivo de atender a pais, filhos maiores e ex-usuários que se desligaram nos PADV, por exemplo. A Caixa recusa-se a implantar o plano, sob a alegação de “riscos jurídicos e financeiros”, mas não esclarece que riscos seriam estes. Sendo este tipo de cobertura oferecido por diversos planos de autogestão ligados a empresas estatais, compreendemos que a Caixa se esconde por meio de desculpas, para evitar a concessão de novos direitos a seus trabalhadores e suas trabalhadoras.

Ao mesmo tempo precisamos criar melhores condições para a atuação dos representantes dos usuários, com a mudança do caráter do Conselho de usuários, de consultivo para deliberativo, com manutenção da paridade na composição. Os Comitês Regionais de Credenciamento e Descredenciamento devem ter seu funcionamento garantido, com reuniões periódicas e que tenham desdobramentos, para a ampliação da rede credenciada.

Além disso a Caixa deve apresentar os dados do plano sempre que solicitados, seja pelo Conselho de Usuários ou pelo GT Saúde Caixa, como forma de viabilizar a correta atuação da representação dos empregados.

Propostas:

- Garantia do funcionamento e efetividade dos Comitês Regionais de Credenciamento e Descredenciamento;
- Mudança do caráter do Conselho de Usuários, de consultivo para deliberativo;
- Melhorias no atendimento e ampliação das coberturas do Saúde CAIXA;

63 1
64 2
65 3
66 4
67 5
68 6
69 7
70 8
71 9
72 10
73 11
74 12
75 13
76 14
77 15
78 16
79 17
80 18
81 19
82 20
83 21
84 22
85 23
86 24
87 25
88 26
89 27
90 28
91 29
92 30
93 31
94 32
95 33
96 34
97 35
98 36
99 37
100 38
101 39
102 40
103 41
104 42
105 43
106 44
107 45
108 46
109 47
110 48
111 49
112 50
113 51
114 52
115 53
116 54
117 55
118 56
119 57
120 58
121 59
122 60
123 61
124 62

- 1 - Implantação do Plano Saúde Família, após estudos atu-
- 2 riais e assistenciais que embasem seu dimensionamento;
- 3 - Aplicação do superávit na melhoria do atendimento,
- 4 da rede credenciada e das coberturas do plano e na
- 5 adoção de programas de saúde preventiva;
- 6 - Custeio integral pela Caixa das despesas de tratamento
- 7 dos aposentados por invalidez, sem impacto nos custos
- 8 do Saúde Caixa nem coparticipação;
- 9 - Estudo técnico e jurídico sobre novas coberturas e au-
- 10 mento de sessões de procedimentos cobertos;
- 11 - Verificação in loco, pelos conselheiros, das dificuldades
- 12 vividas pelos usuários e pelas áreas responsáveis pela
- 13 administração do plano;
- 14 - Canal constante de comunicação independente entre
- 15 conselheiros eleitos e os usuários, ativos e aposenta-
- 16 dos, onde sejam veiculadas as posições e opiniões de
- 17 quem representa os empregados e as empregadas no
- 18 Conselho de Usuários, sem vínculo com a posição ofi-
- 19 cial da Caixa;
- 20 - Atualização contínua da rede credenciada no portal
- 21 para melhor acesso e possibilidade de impressão da
- 22 rede credenciada para auxiliar que não tem acesso fá-
- 23 cil à internet;
- 24 - Implantação de, no mínimo, uma GIPES em cada
- 25 unidade da Federação, com a separação em unidades
- 26 diferentes das atividades de Saúde do Trabalhador, de
- 27 Gestão de Pessoas (incluindo contratação e treinamen-
- 28 to) e de gestão do Saúde Caixa, e o dimensionamento
- 29 adequado do número de empregados em cada uma
- 30 delas;
- 31 - Respeito às instâncias negociais, com a discussão prévia
- 32 e implementação somente após acordo entre as represen-
- 33 tações em caso de mudanças normativas significativas.

7. PREVIDÊNCIA

No Brasil, a Previdência Social é um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 entre os Direitos e Garantias Fundamentais, que garante renda não inferior ao salário mínimo ao trabalhador e a sua família nas seguintes situações, previstas no art. nº 201 da Carta Magna:

- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Como é organizada a Previdência Social?

A Previdência Social é organizada em três regimes distintos, independentes entre si:

• Regime Geral – Benefícios da Previdência Social (art. 201, CF/88)

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal a ele vinculada. Este

Regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

• Regime Próprio – Servidores Públicos (art. 40, CF/88)

O Regime de Previdência dos Servidores Públicos, denominado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tem suas políticas elaboradas e executadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS). Neste Regime, é compulsório para o servidor público do ente federativo que o tenha instituído, com teto e subtetos definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Excluem-se deste grupo os empregados das empresas públicas, os agentes políticos, servidores temporários e detentores de cargos de confiança, todos filiados obrigatórios ao Regime Geral.

• Regime Complementar – Previdência Complementar (art. 202, CF/88)

O Regime de Previdência complementar (RPC) tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Este Regime é facultativo, organizado de forma autônoma ao RGPS. No Brasil o RPC é organizado em dois segmentos: o segmento operado pelas entidades abertas – com acesso individual, e o segmento operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresa ou grupo destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Uma linha temporal da criação da previdência social no Brasil:

- 1923: Lei Elói Chaves, cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária;
- 1930: Ministério do Trabalho é criado com atribuição de orientar e supervisionar a previdência social;
- 1932: é criada a Carteira profissional;
- 1939: É concedida a primeira pensão;
- 1960: Nasce o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- 1970: Surge o Ministério da Previdência e Assistência Social;
- 1990: O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) substitui o INPS.

Reforma da Previdência

Hoje, está em pauta a reforma da Previdência (PEC 287/16) que alega que a previdência está quebrada, que sem essa reforma as pensões e aposentadorias não se sustentarão.

Porém sabemos que é uma falácia pois, o orçamento da Previdência tem que ser analisado levando em conta toda a Seguridade Social, o sistema que engloba os recursos da área da saúde, de assistência social, além das aposentadorias e pensões. Segundo a Constituição, a Previdência é um dos braços da Seguridade. Isoladamente, os recursos da Previdência são levantados por meio da contribuição de trabalhadores e empresas.

1 Quando considerada toda a Seguridade, as despesas
2 são muito maiores que as da Previdência, já que englobam
3 gastos com o SUS e o Bolsa Família, por exemplo. Só que a
4 fonte dos recursos também é mais ampla, incluindo CSLL
5 (Contribuição Sobre Lucro Líquido), COFINS (Contribuição
6 para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS/Pasep.

7 Mas por que se fala tanto nesse rombo previdenciário,
8 de onde ele vem?

9 Podemos iniciar essa discussão com o seguinte ponto: o
10 Governo paga juros altíssimos pela dívida pública e, afinal,
11 o que os recursos arrecadados para a Previdência têm a ver
12 com esses juros?

13 O Governo se apropria do superávit da Seguridade Social
14 e aplica este dinheiro em outras despesas, principalmente, o
15 pagamento desses juros. E faz isso através da DRU.

16 Desvinculação de Receitas da União

17 A DRU nada mais é do que uma regra que estipula que
18 20% das receitas da União ficariam provisoriamente desvin-
19 culadas das destinações fixadas na Constituição. Portanto,
20 com essa regra, as receitas não precisariam ser gastas nas
21 áreas de saúde, assistência social ou previdência social.
22 Ainda existe uma PEC que pretende alterar a alíquota de
23 20% para 30%.

24 A DRU foi criada em 1994 com o nome de Fundo Social
25 de Emergência (FSE), logo após o Plano Real. No ano 2000,
26 o nome foi trocado para Desvinculação de Receitas da
27 União.

28 Na verdade, o orçamento que é deficitário não é o or-
29 çamento da Seguridade Social. Orçamento deficitário é
30 o orçamento fiscal do Governo. Então, o Governo vem
31 dilapidando o patrimônio da Seguridade Social para cobrir
32 outros gastos.

33 Por outro lado, o Governo Federal tenta convencer
34 a população da necessidade de tal reforma. Gastos com
35 propagandas divulgadas pela Globo, Veja, e outros meios
36 de comunicação demonstram investimento pesado para
37 passar a ideia de que ser idoso é bom, que vamos viver
38 até os cem anos e, por isso, não há problema na aposen-
39 tadoria tardia.

40 O Jornal Nacional e o Fantástico têm se empenhado bas-
41 tante para nos mostrar idosos ‘sarados’, nas praias, saltando
42 de paraquedas, fazendo academia, super saudáveis e felizes,
43 sem mostrar a realidade financeira destes felizes viventes da
44 boa idade. E apesar de toda propaganda, o tratamento com
45 os mais velhos está longe de ser o comercial de margarina.

46 Um fato que chama atenção é a expectativa de vida que
47 se diferencia muito de estado para estado. Nas regiões Sul e
48 Sudeste fica entre 77 e 79 anos. No Nordeste é de 73 anos. Na
49 região Norte, em torno de 72. No geral, se a idade mínima
50 passasse a ser de 65 anos, muitos trabalhadores de regiões
51 mais pobres morreriam antes de se aposentar. Ou iriam
52 usufruir da aposentadoria por um ou dois anos.

53 Propostas

- 54 - A CSD defende o FIM da PEC da Reforma Previdenciária
- 55 e da Reforma Trabalhista;
- 56 - Abertura de um grande processo de discussão com a
- 57 sociedade organizada e suas representações;
- 58 - Auditoria ampla e geral nas contas da Previdência Social;
- 59 - Auditoria da Dívida Pública

63 8. TERCEIRIZAÇÃO

64 São as motivações econômicas, através da busca por
65 maior competitividade e redução de custos, que estão no
66 centro das iniciativas de terceirização. Nos anos 90 foi dis-
67 farçado pelo discurso neoliberal de que a prática estimularia
68 a geração de postos de trabalho, o que não se confirmou,
69 pois ao final da década o desemprego havia evoluído 70%.

70 O projeto de Lei da Terceirização aprovada no dia 22 de
71 março de 2017 coloca em risco os empregos públicos, visto
72 que possibilita a contratação de terceirizados para as mais
73 diversas áreas, inclusive para a atividade fim. É a melhor
74 expressão do perverso entendimento sobre modernidade e
75 competitividade, ao permitir que todas as atividades da em-
76 presa sejam terceirizadas, chegando-se ao limite das empre-
77 sas se tornarem apenas um CNPJ sem um único trabalhador
78 ou trabalhadora contratado/a diretamente pela empresa.

79 A sua aprovação representa um futuro para o trabalho
80 desprovido de direitos, salários dignos e uma enorme inse-
81 gurança uma vez que a prestadora de serviços pode designar
82 a sua vontade onde o/a trabalhador/a cumprirá sua jornada
83 diária, que poderá ser uma fábrica, amanhã um supermerca-
84 do e depois sabe lá, porque são infinitas as possibilidades e
85 isso tudo independentemente se está ocupado/a em serviços
86 de limpeza, caixa, produção, manutenção ou escritório.

87 Por esse motivo, esse projeto ameaça os bancários de
88 bancos públicos e os concursos que são o meio de contra-
89 tação dos mesmos. A terceirização abre caminho para con-
90 tratos de trabalho com condições muito mais precárias, dei-
91 xando as trabalhadoras e os trabalhadores de bancos muito
92 mais vulneráveis no mercado de trabalho.

93 Até então a terceirização era regulada através da Súmula
94 331 de 1994, que proibia a terceirização em atividade fim,
95 mas permitia naquelas atividades previstas em lei como as-
96 seio, limpeza e vigilância e as atividades consideradas meio
97 ou não essenciais para a empresa. Quando se identificava a
98 presença de prestação de serviços em atividades fins, nesses
99 casos, as empresas que praticavam a terceirização de forma
100 ilegal eram condenadas a pagar vultuosas multas e obrigadas
101 a reconhecer os vínculos empregatícios com a tomadora. Há
102 milhares de processos na justiça do trabalho nesse sentido.

103 A terceirização visa a intermediação entre o capital e o
104 trabalho e se mostra como um meio para descumprimento
105 das leis e precarização dos serviços, afinal os trabalhadores
106 são submetidos a carga horárias muito mais exaustivas, sem
107 garantias relacionadas à segurança, saúde e outros benefícios
108 e ainda estão sujeitos a remunerações menores.

109 Esse é um dos lados mais perversos da terceirização:
110 dispor do/a trabalhador/a como uma mercadoria que pode-
111 rá servir a distintas finalidades e realizar várias atividades
112 de forma simultânea sem o treinamento ou a qualificação
113 indispensável para a realização das tarefas.

114 Uma das primeiras áreas que sofrerá com a intensifi-
115 cação da terceirização dentro do banco é a de Tecnologia,
116 que já conta com parte da sua força de trabalho terceirizada
117 ou, como também é chamada, pejetizada. Outra linha de
118 frente da terceirização são os caixas das agências, por serem
119 considerados menos importante para o chamado “negocial”
120 do banco.

121 Com a terceirização, se perdem todos os valores de soli-
122 daria e o espírito de cooperação que emerge do próprio
123 ambiente de trabalho, que subordina a todos e todas a uma
124

mesma lógica de exploração, a identidade com o trabalho desaparece para dar lugar a tarefas individualizadas, fragmentadas, inseguras e precárias.

Realidade do mercado de trabalho

Não há dados disponíveis para medir a sua verdadeira magnitude, apenas aproximações, o Dieese identifica em torno de 12,4 milhões de homens e mulheres trabalhando nessas condições de terceirizados. Desse total as mulheres respondem por 32%, mas esse número pode estar subestimado uma vez que não inclui as trabalhadoras em confecções e que trabalham em casa, no trabalho a domicílio, seja as sem registro ou por conta própria uma forma disfarçada de terceirização.

Os dados da PNAD de 2013 indicavam a presença de mais de 1,2 milhão de mulheres trabalhando nessas condições. A regulamentação da terceirização não vai mudar essa realidade, pelo contrário, tende a ser ampliada sem que se constitua nenhum mecanismo de proteção a essas mulheres.

A terceirização faz parte da racionalidade econômica, as empresas só adotarão se essa modalidade de contratação representar redução de custos. Além disso, também se identifica uma outra motivação pouco discutida que são as áreas em que as possibilidades de adoecimento sejam maiores, principalmente em linhas de produção com processos repetitivos. Nessas áreas é muito comum as empresas terceirizarem toda a sua linha de produção para evitar passivos trabalhistas futuros e são as mulheres que trabalham nessas áreas.

Impactos imediatos com a aprovação da Terceirização

As empresas, para reduzir seus custos, poderão transferir parte ou todo o processo produtivo que poderá ser realizado dentro ou fora das dependências da empresa. Imediatamente todas as ocupações que não necessitam de qualificação ou se configuram como trabalho não especializado serão terceirizadas, especialmente nas categorias profissionais em que as convenções coletivas proporcionaram avanços salariais e benefícios significativos, como vale alimentação e refeição, auxílio creche, ampliação da licença maternidade, entre outras.

A aplicação destes instrumentos se restringirá aos trabalhadores e às trabalhadoras cuja atividade é definida pela empresa como essencial para o seu negócio, transferindo o restante para uma prestadora de serviços cuja atividade econômica não corresponderá necessariamente a mesma da tomadora de serviços. Nesse movimento serão os jovens e as mulheres os primeiros a terem seus postos de trabalho eliminados, as mulheres por estarem nas ocupações mais facilmente transferíveis e os jovens porque seu ingresso no mercado de trabalho se dará através de uma terceirizada.

Em um primeiro momento serão mais afetados os trabalhadores e as trabalhadoras que estão ocupados/as em categorias profissionais que por força da convenção ou de acordos coletivos conquistaram mais direitos e benefícios, embora se encontrem nas tarefas menos qualificadas, condição em que se encontra a maior parte das mulheres.

9. REFORMA TRABALHISTA

A agenda precarizante e de retirada de direitos, suspensa nesta última década por um ambiente mais favorável aos trabalhadores, voltou a emergir. Em 2016 voltaram à agenda

aqueles propostas que, nos anos liberais de FHC, protagonizaram a flexibilização das normas de proteção social ao trabalho, com retirada de direitos, agora pelas mãos de um governo ilegítimo e sem mandato popular.

Trata-se da agenda prioritária do capital, a Reforma Trabalhista, que ainda em 2012 foi retomada pelo documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “101 propostas para Modernização Trabalhista, publicado em 2012”.

Em 2015, ao reeditar sua agenda anual, “Agenda legislativa da Indústria 2015”, a CNI deu ênfase a dois temas: o negociado sobre o legislado e a terceirização. No mesmo ano, o PMDB publicou o documento intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, com destaque para a redução das políticas sociais e do trabalho. No final de 2016 o governo golpista enviou para o Congresso o PL 6787/16 que trata da Reforma Trabalhista.

A Reforma Trabalhista prevê a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vai priorizar as convenções coletivas para decisões importantes como sobre jornada e sobre salário. Sob a improcedente alegação de que “A CLT virou uma colcha de retalhos que permite interpretações subjetivas”, setores do governo e até do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem modificado sua interpretação do regramento jurídico já existente, tem dado subsídios a Reforma Trabalhista.

Diversos itens da Reforma tentam ser justificados pelo argumento de “proteger o trabalhador”, mas, ao invés de atacar o problema e permitir condições dignas em contextos de informalidade ou vulnerabilidade, as medidas propostas pela Reforma caminham no sentido de tornar legais relações de trabalho com menos direitos: o problema da precariedade é mascarado.

Nas relações de trabalho do modo de produção capitalista, existe uma assimetria entre trabalhadores e empregadores, de forma que, de um lado, os empregadores demandam trabalho e formulam as condições em que um posto de trabalho é ofertado e de outro, os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Nesse cenário, o direito do trabalho existe para atenuar essa assimetria no mercado de trabalho.

Desse modo, medidas que flexibilizem leis trabalhistas ou que retirem direitos são prejudiciais ao trabalhador e à trabalhadora, em uma perspectiva individual (pela perda de direitos) e coletiva (pela desconstrução de uma repartição mais justa dos recursos da sociedade).

O argumento usado para a Reforma Trabalhista é o de que há um excesso de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943, sendo afirmado que tal “excesso de rigidez” impede que a iniciativa privada realize os investimentos necessários para a retomada dos níveis de atividade econômica e do emprego.

O cenário político atual se abriu para iniciativas de flexibilização das leis trabalhistas em diálogo com a antiga e falsa ideia de que “os trabalhadores têm muitos direitos” ou que “as leis trabalhistas engessam o trabalho”, argumento que propicia o crescimento da ofensiva patronal e governamental e coloca em risco de regressão a regulação trabalhista, tudo isso feito com forte apoio da mídia tradicional.

Assim, não se altera para melhor a situação concreta dos trabalhadores e trabalhadoras, pelo contrário, na maioria dos casos, a perspectiva é de piora. A tendência para a

1 flexibilização abre espaço para a perda de direitos pura e
2 simples ou para a possibilidade de negociação com o em-
3 pregador, que também dá margem a pressão para aceitar
4 piores condições e maior precarização.

5 Abrindo espaço para a Reforma Trabalhista, o governo
6 joga a conta da crise para os trabalhadores, como já tem
7 sido indicado pela redução do montante da massa salarial
8 em 2016 (PNADC) e piora dos vínculos trabalhistas, com
9 aumento da informalidade e do desemprego.

11 **Negociado sobre o legislado: 12 transformar direitos em contrapartidas**

13 No Congresso se encontram três projetos que tratam do
14 negociado sobre o legislado e da reforma trabalhista: dois
15 projetos de Lei, o PL 4193/12 e o PL 4962/16, ambos tratando
16 do negociado sobre o legislado. O negociado sobre o legis-
17 lado tem sua origem no segundo mandato do governo FHC
18 (1998-2002), período em que várias medidas provisórias e
19 projetos de lei propunham a flexibilização dos direitos dos
20 trabalhadores com a justificativa de serem medidas essen-
21 ciais para a geração de emprego.

22 As conquistas sindicais contribuíram para elevar os
23 padrões salariais e os benefícios de setores mais estru-
24 turados da classe trabalhadora. Nesse cenário, os resultados
25 das Convenções Coletivas se estendem para o conjunto dos
26 trabalhadores independentemente da posição que ocupam
27 ou da função que exercem no local de trabalho. Para o capi-
28 tal, esse padrão se torna insustentável e, na ânsia de manter
29 as margens de lucro e ampliar a exploração do trabalho,
30 em nome de discurso “modernizador”, a via adotada é a da
31 flexibilização dos direitos da classe trabalhadora.

32 Diferentemente do propalado pelos setores empresariais,
33 não há nenhuma possibilidade de que as Negociações
34 Coletivas se fortaleçam com a aprovação do “negociado
35 sobre o legislado”. No Brasil, ampla legislação regula as
36 relações de trabalho, protegendo os trabalhadores com a
37 garantia de direitos mínimos. Os Acordos ou as Convenções
38 Coletivas historicamente têm como objetivo elevar os pata-
39 mares civilizatórios mínimos expressos na lei, ampliando
40 a proteção social, fortalecendo o instituto da negociação, a
41 representação sindical e os próprios trabalhadores.

42 A possibilidade de renúncia a direitos pela via da flexi-
43 bilização que a supremacia do negociado sobre o legislado
44 pode significar, ao contrário do propalado pelos defensores
45 da ideia, fragmenta a organização dos trabalhadores e a
46 própria luta sindical. No limite, poderá haver Acordos por
47 empresa em um contexto em que as práticas antissindicais,
48 perseguição a dirigentes sindicais e desrespeito à organiza-
49 ção sindical é uma realidade no Brasil.

50 O projeto de reforma trabalhista serve a claros propó-
51 sitos: reduzir os trabalhadores a um contingente de baixa
52 remuneração, disponíveis ao capital com jornadas flexíveis,
53 remuneração instável e com direitos atingidos, romper os
54 laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento de
55 classe, pulverizar a ação sindical com uma multiplicidade
56 de instrumentos normativos que, no limite, poderão ser
57 ajustados por empresa.

58 Portanto, trata-se da agenda precarizante que, de FHC
59 para Temer, mudou apenas o algoz, mas o alvo é exatamente
60 o mesmo: atacar os direitos dos trabalhadores para salvar
61 os interesses do capital.

63 **10. DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS**

64 Um banco público é uma instituição criada pelo Estado,
65 mantendo para si o seu controle acionário. Por isso, ele pode
66 e deve buscar outros retornos além do financeiro. Dentre as
67 suas atividades, pode oferecer prazos e taxas diferenciadas
68 para setores específicos da economia.

69 Pode ainda trabalhar de maneira anticíclica, para indu-
70 zir o mercado a atuar de forma diferenciada em momentos
71 de crise, quando há expectativa de encolhimento do setor
72 privado. A redução do spread promovida pelo Banco do
73 Brasil e CEF em 2009 e 2012, por exemplo, obrigaram outros
74 bancos a fazer o mesmo, estimulando a atividade produtiva
75 e o consumo, apesar do baque financeiro americano.

76 Portanto, os bancos públicos são os verdadeiros pro-
77 motores do mercado de crédito bancário, responsáveis por
78 corrigir um padrão de desenvolvimento desigual, modifi-
79 cando a distribuição dos recursos, via operações de crédito,
80 e executando políticas públicas em outra direção social, seto-
81 rial e/ou regional do que a induzida apenas pela demanda
82 de mercado.

83 São instrumentos fundamentais no processo de desen-
84 volvimento social e econômico do País e por isso devem
85 ser fortalecidos enquanto instituições públicas, tal como
86 a Petrobrás, para que funcionem como ferramentas para a
87 aplicação das políticas sociais do Governo Federal e para a
88 regulação do mercado financeiro.

89 Um banco público deve participar onde o setor privado
90 reluta em atuar, corrigindo falhas de mercado e direcionan-
91 do crédito para setores e regiões com o objetivo de promover
92 o desenvolvimento econômico. Isso muitas vezes pode ocorrer
93 em oposição ao desempenho financeiro do próprio ban-
94 co, em comparação ao resultado dos concorrentes privados.

95 É responsabilidade da categoria bancária construir uma
96 proposta democrática para o Sistema Financeiro Nacional,
97 que atenda aos interesses do desenvolvimento sustentável do
98 país. A valorização dos bancos públicos, a regulação do setor
99 privado para atender ao interesse público prioritariamente e
100 o respeito aos direitos dos clientes e trabalhadores das ins-
101 tituições financeiras devem ser contemplados. A realização
102 de Seminários sobre o tema e a discussão e construção de
103 propostas para essa regulamentação devem estar na pauta
104 dos eventos sindicais.

105 O novo modelo de negócios que vem sendo implantado
106 pelos grandes bancos no país segue o que há muito vem ocor-
107 rendo nos Estados Unidos e em muitos países na Europa,
108 com forte investimento em tecnologia e automação, redução
109 do número de agências e demissão de trabalhadores.

110 O Banco do Futuro será cada vez mais elitista e discrimi-
111 natório, privilegiando os que possuem capacidade financeira
112 de rapidamente atualizar seus equipamentos tecnológicos.
113 Para o restante da sociedade, a maioria da população, res-
114 tará a alternativa do atendimento presencial precarizado,
115 dominado pela lógica da terceirização e do desrespeito às
116 leis de segurança bancária e regulamentos.

117 Esses problemas afetam diretamente o atendimento
118 aos clientes, visto que muitos deles não estão preparados
119 para as mudanças, como o fechamento de suas agências de
120 relacionamento, tendo que mudar muitas vezes para uma
121 agência muito mais distante. Ou mesmo a migração para o
122 atendimento digital, que muitos ainda não têm a facilidade
123 de acesso e a confiança necessária com os meios eletrônicos.

O sistema bancário do Brasil deve contribuir para consolidar a democracia, ampliar a justiça social e melhorar a qualidade de vida da população, sabendo aproveitar as oportunidades de negócios e investimentos que se apresentam e crescendo junto com a mobilidade social de seus clientes, como por exemplo o crédito imobiliário utilizado como oportunidade de urbanização de favelas e integração com as cidades a partir de um planejamento urbano delineado pelo Estado.

Outra questão é a securitização do crédito imobiliário voltado ao mercado de “classe média”, para que seja transformado em títulos financeiros a serem vendidos a investidores institucionais, particularmente os fundos de pensão, que fazem investimentos a longo prazo.

Uma terceira perspectiva de negócio voltada para a inclusão social é o financiamento do consumo, por meio da atração de capital para criação de investimentos e empregos, de modo a promover cada vez mais a inclusão de novas fatias da população no mercado consumidor.

E a reinserção da economia brasileira no mundo, que historicamente tem sido feita pelos bancos estrangeiros, que lidam com câmbio e financiamento externo, também seria uma função importante para bancos públicos brasileiros, que devem ganhar escala e promover, eles mesmos, essa internacionalização.

11. FUNCEF

A FUNCEF é o 3º maior fundo de pensão desse País, de uma importância tamanha para o País e seus associados. Alcançamos a marca patrimonial de 56 bilhões. Muito se fala em déficit nos últimos anos perante seus 147 mil associados, suas origens, suas soluções.

A FUNCEF está inserida em um arcabouço de regras e leis muito claras quanto aos destinos e percentuais a serem aplicados de seus recursos. No mês de maio/2016 começou a cobrança extraordinária de 2,78% de seus associados e da patrocinadora. E já se fala que em 2017 nova equalização se fará necessária, os valores que deverão ser aportados pelos associados e pela Caixa logo serão conhecidos.

A CSD está atenta as movimentações que se darão patrimonialmente para saldar esse déficit o quanto antes, é dever de todos e todas defender incondicionalmente nossa Fundação, defendemos de forma incontestável a transparência dos resultados e a manutenção das conquistas dentro da FUNCEF.

Muitos avanços foram conquistados na FUNCEF nos últimos 15 anos, em função das negociações entre a CAIXA e os empregados. Problemas decorrentes da política salarial e de pessoal adotada pelo governo FHC, entre 1994 e 2002, oriundos da má administração naquele período, foram solucionados.

São dois importantes exemplos, a aprovação da mudança do método de financiamento do REG/REPLAN não saldado, o que ajudou a garantir a solvência do plano. E a criação de um grupo tripartite composto por representantes da FUNCEF, da Caixa e dos trabalhadores e trabalhadoras, para aperfeiçoar os processos de seleção em conselhos de empresas onde tenha participação acionária.

Todavia ainda há muito a se avançar. Uma das mais importantes questões a ser conquistada é o fim do chamado “Voto de Qualidade” do Presidente do Conselho

Deliberativo da Fundação, que é indicado pela patrocinadora. Mais conhecido como Voto de Minerva, este ainda é uma exigência legal e, portanto, não pode ser excluído do Estatuto da FUNCEF. Devemos, porém, exigir que a Caixa se abstenha de usá-lo, ficando sua utilização restrita a assuntos que já tenham sido discutidos em, pelo menos, três reuniões anteriores do Conselho Deliberativo sem que tenha havido uma decisão.

O REB foi um plano criado no período do desmonte da Caixa, com o objetivo de desonerar a empresa e torná-la mais atrativa num processo de privatização. Através da atuação dos representantes eleitos e da pressão dos movimentos sindical e associativo conquistamos a implantação do Novo Plano a partir de 2006, para onde puderam migrar os ex-participantes do REG/REPLAN, através do saldamento. Dentre as vantagens do Novo Plano destacamos a possibilidade de contribuição paritária de até 12% da remuneração bruta, incluído o CTVA, além de uma série de benefício acessórios inexistentes no REB.

Os empregados pós-98 que aderiram ao REB não tiveram até hoje o direito à migração garantido. O projeto que tornará isto possível vem sendo tramitado entre a CAIXA, os órgãos controladores da Caixa como o DEST, o Ministério do Planejamento e a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, sem uma solução definitiva.

Devemos cobrar a imediata incorporação do REB pelo Novo Plano, com a possibilidade de contribuições retroativas a 14 de junho de 2006, data da sua implantação. Estas contribuições deverão respeitar a paridade entre patrocinadora e participantes, devendo a FUNCEF criar opções de parcelamento dos valores a serem aportados por estes últimos, face à sua hipossuficiência financeira para realizar um aporte desta monta de maneira imediata.

Nas ações judiciais impetradas contra a FUNCEF, por exemplo para a correção dos benefícios do REG/REPLAN Saldado e não Saldado, a patrocinadora e o participante beneficiado pela sentença devem obrigatoriamente efetuar aporte dos valores necessários à constituição de reservas para o atendimento de sentenças.

Caso contrário, isto pode levar os planos, que se baseiam na solidariedade entre todos os beneficiários e beneficiárias, a uma situação que obrigue à cobrança de contribuições extras de todos e todas participantes, para que se arque com esse custo não previsto. Defendemos ainda que a Caixa efetue o pagamento imediato dos valores decorrentes das ações trabalhistas com reflexos previdenciários na FUNCEF, bem como as despesas judiciais inerente a essas ações.

Os membros eleitos para os Conselhos da FUNCEF devem sempre trabalhar com a postura transparente a tempo de esclarecer os resultados, inclusive em caso de déficit, explicando sua origem, com justificativas e comparações com outros fundos. Em caso de necessidade de aporte, esclarecer o porquê e como se dará.

Propostas:

- Imediata incorporação do REB pelo Novo Plano;
- Restrição do voto de qualidade, também conhecido como voto de minerva;
- Em caso de resultados negativos, os membros eleitos para os Conselhos devem ter postura transparente, explicando sua origem, com justificativas e comparações com outros fundos;

- 1 - Nomeações das vagas em conselhos onde a FUNCEF
2 tenha participação acionária, baseada em critérios de
3 competência, capacidade técnica e formação adequada
4 e não em compadrios. Limitar tempo de participação;
5 - Divulgação dos nomes, imposto de renda e jetons, nos
6 casos em que tais conselheiros o recebam, bem como
7 parâmetros de participação e funcionamento do gru-
8 po de negociação das ações previdenciárias dentro da
9 Fundação;
10 - Divulgação da publicação periódica pela fundação
11 dos balanços e balancetes das empresas nas quais a
12 FUNCEF tem participação;
13 - Ocupação de cargos de gestão na FUNCEF somente
14 por participantes e empregados CAIXA;
15 - Em ações judiciais contra a FUNCEF, realização de
16 aporte, pela patrocinadora e pelo patrocinado benefi-
17 ciado, para constituição de reservas para fins de aten-
18 dimento de sentenças;
19 - Efetivação, pela patrocinadora, do pagamento imedia-
20 to dos valores decorrentes das ações trabalhistas com
21 reflexos previdenciários na FUNCEF;
22 - Ter uma política de controle das despesas adminis-
23 trativas;
24 - A CSD apoia e defende toda e qualquer investigação
25 que trata das aplicações de recursos da FUNCEF, se
26 houve negligência, má-fé ou malversação dos recursos
27 aplicados, que os valores sejam devidamente investi-
28 gados, provados e ressarcidos à FUNCEF.

30 12. APOSENTADOS

31 Os aposentados são parte da história e das lutas dos tra-
32 balhadores da Caixa. Muitos daqueles que hoje estão aposen-
33 tados são os mesmos que, num passado não muito distante,
34 lutaram pelo reconhecimento ao direito de sindicalização e
35 pela Jornada Legal de 6 Horas. Num momento ainda mais
36 próximo, pela manutenção da Caixa como banco público,
37 contra os desmandos e perseguições perpetrados nos anos
38 de ditadura vividos no Brasil.

39 Durante todo o período neoliberal foram vítimas de
40 discriminações e ataques por parte da direção da Caixa e
41 do Governo que tentavam cortar direitos como forma de
42 diminuir custos e preparar a empresa para a privatização.
43 Perderam diversos direitos, como o tíquete refeição, viram
44 seus salários aviltados por conta da falta de reposição da
45 inflação nos proventos pelos anos de reajuste zero.

46 Propostas:

- 47
48 - Recuperação do poder de compra dos salários;
49 - Garantia dos vales refeição e alimentação, independen-
50 temente da existência de ações judiciais;
51 - Melhorar as condições do Saúde Caixa;
52 - Garantir a participação na definição das reivindicações
53 da categoria e na luta por conquistas.

54 PREVHAB

55 Parte dos empregados que estão hoje na PREVHAB
56 reivindicam a reabertura de negociação com a CAIXA e
57 FUNCEF, para que ocorra a migração dos que assim dese-
58 jarem para um plano de benefícios específico, em que man-
59 tenham os mesmos benefícios que já possuem.

60 Essa reivindicação parte da realidade de que as reservas
61 matemáticas de que dispõe na PREVHAB são suficientes ou
62 mesmo superavitárias em relação aos compromissos futuros
63 e, portanto, não colocam em risco os demais participantes
64 e planos existentes na FUNCEF.

65 Proposta:

- 66 - Reabertura imediata das negociações de migração
67 dos participantes da PREVHAB pela FUNCEF e que
68 a CAIXA reconheça sua responsabilidade na viabili-
69 zação dessa migração.

70 13. MAIS EMPREGADOS

71 O aumento das atribuições da Caixa bem como a aber-
72 tura de novas unidades em grande velocidade acaba por
73 reforçar os problemas oriundos da falta de pessoal. Além
74 disso, os Planos de Apoio à Aposentadoria (PAA), (PDVE)
75 aliados às pressões crescentes e às condições de trabalho,
76 acabam por expulsar grande número de empregados e em-
77 pregadas, em sua maioria com maior expertise, mas também
78 vários com pouco tempo de empresa, que vão em busca de
79 outras oportunidades.

80 A falta de estrutura da empresa também impede que as
81 contratações sejam feitas em uma velocidade que seja capaz
82 de atender às necessidades destes aumentos de atribuições,
83 praticamente anulando os efeitos positivos das cláusulas
84 que garantem novas contratações, mesmo que estas sejam
85 integralmente cumpridas. E, como agravante, os concursos
86 acabam vencendo, sem que os aprovados sejam convocados.

87 Desta forma é fundamental que nos acordos coletivos,
88 as cláusulas prevejam não um número de contratações, mas
89 sim o número total de empregados e empregadas a ser atin-
90 gido ao término do período em questão. Por outro lado,
91 devemos exigir, ainda, que a Caixa amplie as estruturas de
92 contratação e treinamento, de modo a viabilizar a entrada
93 de um maior número de novos empregados e empregadas
94 a cada convocação.

95 Propostas:

- 96 - Reposição das vagas abertas pela saída dos aposentados;
97 - Ampliação do quadro de pessoal para 110 mil empre-
98 gados conforme acordado em mesa de negociação.

99 14. VERTICALIZAÇÃO

100 Recentemente a Caixa lançou o programa de verticali-
101 zação em suas unidades, copiando praticamente o modelo
102 dos bancos privados, buscando a rentabilidade simples, sem
103 se preocupar com o lado social que caracteriza a Caixa. A
104 CSD tem por compreensão a necessidade da rentabilidade
105 necessária à Caixa, mas sem deixar de lado essa questão
106 tão ímpar, que é a questão social. Onde grande parcela da
107 população que não é atendida pelos Bancos privados tenha
108 seu acolhimento.

109 Porém, para que esse novo modelo seja posto à prova, é
110 condicionante básica, que o quadro de pessoas seja adequado
111 a essa nova visão. E a realidade que hoje vivemos está bem
112 distante disso. A sobrecarga de trabalho, o assédio para o
113 cumprimento de metas, muitas vezes descoladas da realida-
114 de daquela unidade, são pontos que merecem ser resolvidos

antes de qualquer implementação; bem como uma ampla discussão com o movimento sindical.

Por conta da busca desmesurada pelo atingimento de metas abusivas e do lucro, práticas inadmissíveis são adotadas por gestores mal preparados para exercerem o comando de equipes, fazendo crescer o assédio organizacional em todas as suas formas. O funcionalismo, despreparado e mal orientado, torna-se um mero vendedor de produtos financeiros, descumprindo muitas vezes princípios éticos elementares.

Em relação à igualdade de oportunidades, ainda há muito a se caminhar. Apesar de ser um tema que tem aparecido com mais frequência nas discussões internas, especialmente nas mesas de negociação, na prática a CAIXA mostra-se ainda muito aquém de uma verdadeira representatividade para as mulheres nos mais diversos espaços.

Ainda hoje os principais cargos estratégicos, presidência, vice-presidências e diretorias, são ocupados por homens, assim como a maioria dos cargos gerenciais.

A questão racial encontra-se mais retardada, visto que a discussão não tem tido o mesmo destaque que a questão de gênero. Dessa maneira, essa questão precisa de aprofundamento e ênfase tanto no espaço de construção das pautas de reivindicação, como também internamente dentro da CAIXA, a fim de superar as desigualdades históricas as quais a população negra foi e é submetida, dentro e fora do banco. Afinal, um banco público tem o papel de ser propulsor nas questões de grande relevância social como é a questão racial no Brasil.

Propostas:

- Reposição das vagas abertas pela saída dos aposentados;
- Ampliação do quadro de pessoal para 110 mil empregados conforme acordado em mesa de negociação;
- Ampla discussão com o movimento sindical, para uma melhor compreensão do modelo de gestão e sua aplicabilidade frente a realidade do quantitativo de empregados atualmente existente, da desigualdade de gênero e da discriminação racial.

15. REESTRUTURAÇÃO

Mais uma vez a Caixa prepara uma nova reestruturação, ou “onda”, como já circula internamente. Já houveram tantas outras no passado que deixaram muito a desejar em seu objetivo final e em sua aplicabilidade. A CSD julga que se não houver a participação das entidades representativas dos empregados e empregadas, estas mudanças sempre irão causar mais inquietações do que soluções propriamente ditas.

A cada mudança nos normativos que tratam de recursos humanos, novos itens com conteúdos relacionados ao desmonte e à privatização da Caixa são acrescentados. Não podemos pactuar com isso. Rever processos e pessoas de maneira democrática, em conjunto com as entidades sindicais representativas dos empregados e empregadas é um modelo de gestão democrática que deve ser seguido.

Propostas

- Que toda alteração das normas que tratam de pessoas seja amplamente discutida com as representações sindicais;

- Que antes da aplicabilidade de qualquer reestruturação na Caixa seja esta também discutida com as entidades sindicais.





TESE 5

EnFrente

TESE ENFRETE – CONECEF 2017

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da razão, otimismo da vontade”. Antônio Gramsci

CONJUNTURA

Não às Contrarreformas! Contra o Golpe, eleições diretas gerais já!

Apartado mais uma vez de sua ainda tão frágil democracia, o Brasil encontra-se mergulhado numa brutal crise econômica e política. Na economia, a face mais cruel da moeda é percebida pelo elevadíssimo índice de desemprego. São milhões de brasileiros e brasileiras jogados à própria sorte e sem condições de sustentar a si próprios e a suas famílias. Essa situação tem piorado dia a dia após o Golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e a instalação de um governo ilegítimo no país. Com as mais altas instâncias do executivo, do legislativo e do judiciário, além dos grandes empresários dos mais variados setores econômicos, envoltos em denúncias de corrupção, o Brasil e a política são vítimas de uma crise de credibilidade que estanca investimentos, desalenta a população para a participação política e penaliza sobremaneira a classe trabalhadora.

O governo ilegítimo de Michel Temer, aliado ao que há de mais conservador, retrógrado, elitista e neoliberal no país, mostrou claramente a quem representa ao aprovar medidas como a PEC do teto dos gastos, as mudanças no ensino médio, a Terceirização, a entrega do pré-sal e tenta neste momento aprovar as contrarreformas da previdência e trabalhista, que têm como principal intento destruir a seguridade social pública e intensificar a exploração do trabalhador e da trabalhadora a fim de aumentar os lucros do empresariado e do capital financeiro. Esses projetos de desmonte não podem ser considerados reformas, mas sim tentativas de extinguir direitos sociais historicamente conquistados através da luta pela classe trabalhadora organizada.

Dada a gravidade dos ataques, o movimento sindical precisa reconquistar a categoria e, junto com o movimento social, intensificar a luta nas ruas e exigir eleições gerais diretas além da rejeição dessas contrarreformas. O golpe sofrido pelo Brasil coloca-nos em um estágio social de barbárie no qual a população não consegue nem ter direito à limitada democracia representativa.

Apenas após o restabelecimento da democracia através do voto direto o Brasil poderá se debruçar sobre seus desafios sociais e discutir soluções e saídas. Defendemos a radicalização da democracia a partir de mecanismos de democracia direta e participativa que possam, para além do voto, inserir a sociedade como protagonista da atuação política.

Toda essa conjuntura desfavorável requer que os empregados e empregadas da Caixa dialoguem e unam-se, não só

aos demais bancários e bancárias, mas a toda a classe trabalhadora por uma defesa intransigente dos direitos sociais.

DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

O ataque às empresas públicas está muito bem configurado pelas ações de governo golpista. Planos de demissão e aposentadoria, fechamento de unidades de trabalho, retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, precarização do trabalho e do atendimento à população e corte nos programas sociais operados por esses bancos configuram um caminho claro ao desmonte e à privatização.

Os bancos públicos estão no centro desse redemoinho, principalmente porque representam uma concorrência para os grandes bancos comerciais, aliados ao golpista. Num país onde as taxas de juros são imorais e a atuação do sistema financeiro não possui lei que a regule, os bancos públicos são o instrumento mais eficaz na tentativa de impor qualquer controle, ainda que mínimo, nessa realidade indecente. Foi o que observamos, mesmo que de maneira tímida, nos governos de Lula e Dilma Rousseff.

Os cortes de direitos, projetos e programas sociais já significam um grande baque para essas instituições. Os bancos federais, regionais e estaduais são os grandes agentes de fomento de desenvolvimento e viabilidade de acesso ao crédito, principalmente para a população de baixa renda.

Por essa razão, a desestruturação dessas instituições coaduna com os interesses do governo ilegítimo e da elite brasileira que deseja acumular mais riqueza às custas da pobreza e da miséria da maioria da sociedade.

A campanha “Se é público é para todos” criada pela CONTRAF/CUT e o Comitê em defesa das empresas públicas tem se mostrado insuficiente para gerar o debate necessário sobre o tema, tanto entre os bancários e bancárias quanto na sociedade em geral. A inércia e ausência de um plano de lutas nacional que fomentasse o enfrentamento contra as reestruturações e desmontes dos bancos públicos por parte da Confederação é deveras preocupante.

Cerca de 15 mil bancários e bancárias foram “expulsos” dos seus locais de trabalho, “obrigados” a aderir a planos de demissão e aposentadoria lançados em conjunto com uma realidade de assédio, fechamento de unidades, perda de comissões e direitos e condições de trabalho cada vez mais precarizados.

Diante desse cenário ultrajante, os trabalhadores e trabalhadoras precisam que suas entidades representativas tenham uma atuação mais radical. As campanhas precisam sair dos encontros de dirigentes e chegar aos locais de trabalho e às ruas.

- Envolvimento das bases na campanha em defesa dos bancos públicos;
- Regulação do sistema financeiro;
- Campanha de mídia voltada para a população em geral;
- Interação com outros movimentos sociais;
- Plano de lutas e ação em defesa dos bancos públicos;

DEFESA DA CAIXA

A defesa da Caixa 100% pública passa necessariamente pela defesa do seu papel social. A instituição bancária, enquanto uma concessão pública, tem obrigação de oferecer

alguma forma de contrapartida social. Sabemos que, na prática, toda essa responsabilidade recai sobre os bancos públicos, os quais agem como instrumentos de fomento às políticas públicas e aos projetos de desenvolvimento da sociedade.

Dentre os poucos bancos públicos que restaram após o processo de privatização dos anos 1990, a Caixa tem assumido um protagonismo nas questões sociais do Estado, principalmente após o ano de 2003. Esse ano representa um marco não somente no maior investimento em programas sociais, mas também no processo de crescimento da empresa com a contratação de vários empregados e empregadas e no aumento de sua rede de agências e áreas meio.

Bolsa família, Minha casa minha vida, FIES, saneamento, infraestrutura, oferta de crédito, PIS, seguro-desemprego, FGTS, etc. A concentração da operacionalização desses programas na Caixa comprovaram a importância da sua atuação no conjunto da sociedade e imprimiram sentido ao conceito de “banco social”.

Esse importante papel encontra-se, nesse momento, claramente fragilizado, por um lado pelo enfraquecimento dos programas sociais pelo governo golpista e por outro pelo viés cada vez mais comercial que o banco tem assumido.

Num processo chamado de “verticalização”, a Caixa tem o objetivo de intensificar sua atuação comercial com a busca de clientes de alta renda. Nesse sentido, a instituição corre um sério risco de transformar-se em “apenas mais um” banco comercial, ameaçando a sua própria existência.

- Campanha nacional em defesa da Caixa;
- Campanha para conscientização dos empregados sobre o papel e importância da Caixa 100% pública.

MAIS EMPREGADOS E VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

A Caixa fechou cerca de 10 mil postos de trabalho nos últimos anos. As condições de trabalho que vinham precarizadas ao longo dos anos, tornaram-se insustentáveis. Todo esse enxugamento do quadro de empregados e empregadas vem na contramão do que reivindica o movimento organizado dos trabalhadores e trabalhadoras e o próprio Ministério Público do Trabalho, que já condenou a Caixa a contratar parte dos aprovados no concurso de 2014.

O lançamento em 2017 de um plano de demissões e aposentadoria (PDVE), que contou com a adesão de quase 5 mil empregados e empregadas, quando toda a sociedade debatia as cruéis mudanças no regime geral de aposentadoria, demonstra uma total falta de compromisso com a sociedade, com os que se sentiram forçados a aderir ao plano e também com os trabalhadores e trabalhadoras que, permanecendo na empresa, assumiram uma carga de trabalho descomunal.

O resultado pode ser visto por todos os cantos do país: agências lotadas, atendimento à população de maneira precária, trabalhadores e trabalhadoras com jornadas extenuantes e vulneráveis a vários tipos de adoecimentos. Tudo isso serve também para jogar a sociedade contra a empresa imputando uma aparência de ineficiência que é muito útil ao projeto de privatização.

Aliado a isso presenciamos a volta de um outro fantasma dos anos 1990: o achatamento dos salários e dos direitos.

A volta da política de abono e a não valorização do piso significam uma interrupção no processo importante iniciado em 2003. Com o acordo bianual assinado em 2016, sem nenhuma discussão com a categoria é crucial ressaltar, já se pode contabilizar dois anos seguidos de corrosão dos salários pela inflação. Enfrentamos barreiras também na melhoria de nosso PCS e na isonomia de direitos.

Esse conjunto de retrocessos é uma clara mostra de que os lucros atingidos pela Caixa são conseguidos pelo trabalhador e trabalhadora, mas não para os mesmos. Muito além da participação nos lucros pela PLR, que também tem se configurado num problema, a justa medida da valorização dos empregados e empregadas deve se dar pela ampliação dos direitos e pela melhoria nas condições de trabalho e de vida.

- Mais contratações já!
- Valorização do Piso e do PCS;
- Isonomia.

DEFESA DO FGTS

Embora tenha surgido na ditadura militar como um mecanismo de retirada do advento da estabilidade no emprego, o FGTS converteu-se num importante direito para os trabalhadores em momentos de vulnerabilidade (demissão, aposentadoria, doença grave, etc.), além de ser hoje o gerador do principal recurso investido pelo Governo Federal na habitação popular, saneamento e infraestrutura do país.

Esse importante fundo encontra-se ameaçado pelas ações irresponsáveis do governo ilegítimo. O pagamento das contas do FGTS Inativo foi apresentada como um benefício para os trabalhadores e trabalhadoras e para mover a economia, entretanto o argumento é falacioso em ambos os sentidos. O que se coloca de fato é um esvaziamento dos recursos do fundo em prol das instituições financeiras que buscam receber suas dívidas, alimentadas pelas maiores taxas de juros do mundo. O saque indiscriminado das contas do FGTS corroem a essência desse fundo, que é de ter um saldo acumulado para um momento específico de dificuldade do trabalhador e trabalhadora.

Todavia as ameaças vão além, visto que há mais de 200 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que tentam flexibilizar as possibilidades de saque das contas vinculadas, o que poderá causar um completo esvaziamento do patrimônio do fundo. A maioria absoluta dos projetos argumenta que os trabalhadores e trabalhadoras precisam ter mais acesso, já que os recursos são seus. O que não é explicitado, por outro lado, é que tais medidas beneficiariam uma parcela muito restrita da classe trabalhadora, já que a enorme maioria das contas possui um saldo muito baixo, e tornaria inviável os investimentos em habitação e saneamento que beneficiam a parte mais pobre da população brasileira.

As discussões em torno do fundo de garantia devem levar em conta todos os aspectos em que a preservação desse fundo é benéfica para os trabalhadores e trabalhadoras.

Outra discussão colocada na ordem do dia do governo golpista é a retirada da administração do FGTS da Caixa. Basta recorrermos à história recente, antes de 1992, para perceber que a disseminação dos depósitos nos mais diversos bancos causou inúmeros prejuízos à classe trabalhadora. A centralização na Caixa trouxe facilidades no controle e nos investimentos que representam ganhos para o banco e para

1 todos os usuários do FGTS. Passar esse enorme volume de
2 recurso dos trabalhadores e trabalhadoras para os bancos
3 privados representa uma temeridade.

4 Embora possua um conselho curador tripartite (com
5 representação do governo, patrões e centrais sindicais), as
6 decisões tomadas não são suficientemente debatidas pelo
7 movimento sindical. Entendemos que a democratização
8 desse debate é de vital importância para resguardar o pa-
9 trimônio da classe trabalhadora de abusos e dilapidação.

- 10
- 11 • Campanha pela manutenção do FGTS na Caixa;
- 12 • Criação de comitês estaduais nos sindicatos para de-
13 bater o tema;
- 14 • Maior investimento em habitação popular e sanea-
15 mento.

16 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

17 Todos os problemas presentes na sociedade e especi-
18 ficamente na categoria bancária reverberam de maneira
19 significativa no cotidiano de trabalho dos empregados e
20 empregadas da Caixa. O aumento do desemprego significa
21 mais pessoas nas agências demandando programas sociais
22 como seguro-desemprego, PIS, FGTS ou bolsa família.

23 Por outro lado, o aumento da violência é uma cruel res-
24 posta ao desemprego. As agências bancárias são alvo cons-
25 tante do ataque de bandidos, gerando uma tensão cotidiana
26 aos bancários e bancárias.

27 Para além disso temos enfrentado as mudanças estrutu-
28 rais nas atividades dos empregados e empregadas da Caixa
29 que tem causado mais insegurança, como é o caso da ex-
30 tinção da função de caixa, e sobrecarga em várias funções
31 gerenciais e de supervisão.

32 A reestruturação das RERET's com a consequente sub-
33 missão hierárquica das funções de tesoureiro e das análises
34 de conformidade aos gerentes das agências causaram difi-
35 culdades no cumprimento das normas, sejam relacionadas
36 à matriz de atividades ou à análise de documentação.

37 Se somarmos isso à latente falta de empregados e em-
38 pregadas e as cobranças individuais de metas através da
39 GDP vamos encarar uma equação cruel de precarização,
40 insegurança, adoecimento e instabilidade. Ambiente fér-
41 til para assédios moral e sexual, além de outras formas de
42 opressão nos locais de trabalho.

43 A terceirização, já aprovada e sancionada pelo governo
44 golpista, ameaça adicionar mais crueldade e precarização
45 nas já tão corroidas relações de trabalho no Brasil. A Caixa
46 não ficará fora desse processo e seus trabalhadores e traba-
47 lhadoras precisam barrar mais esse golpe.

- 48
- 49
- 50
- 51 • Fim dos assédios moral e sexual;
- 52 • Retorno das funções de caixa e tesoureiro;
- 53 • Não à Terceirização;
- 54 • Abertura de debate sobre Banco digital;
- 55 • Fim da Reestruturação;
- 56 • Fim da GDP.

57 FUNCEF

58 A FUNCEF é um patrimônio dos empregados e empre-
59 gadas da Caixa que representa uma segurança e expectativa
60 de uma vida decente no momento que mais se precisa: a

61 aposentadoria. Por essa importância é função de todos os
62 trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos organi-
63 zados participar da gestão e buscar a sustentabilidade do
64 fundo a longo prazo.

65 Os recentes déficits apresentados pelos planos de benefi-
66 cício, com a necessidade de pesados equacionamentos que têm
67 prejudicado sobremaneira os empregados e empregadas, em
68 especial os já aposentados, têm causado uma preocupação e
69 uma insegurança merecedoras de muita atenção.

70 Somado a essa realidade, temos presenciado a vinculação
71 da FUNCEF a inúmeras denúncias de desvios e corrupção.
72 Embora seja necessário muita cautela na análise do que tem
73 sido apresentado por uma mídia golpista que claramente está a
74 serviço do grande capital, é extremamente importante reivin-
75 dicar uma acurada investigação a fim de desvincular o nosso
76 fundo de pensão de possíveis práticas que possam causar pre-
77 juízos aos empregados e empregadas que dele fazem parte.

78 Outra questão preocupante é a iminência da votação do
79 PLP 268/2016 na câmara de deputados. Esse projeto tem
80 o intento de restringir a participação dos trabalhadores e
81 trabalhadoras na gestão dos fundos de pensão com a substi-
82 tuição da eleição de diretores por uma seleção no mercado.
83 Isto é, visa entregar o nosso patrimônio nas mãos de dire-
84 tores “independentes” que não teriam vinculação nenhuma
85 com a Caixa e viriam e agiriam em consonância com esse
86 abstrato “mercado”.

87 No nosso entendimento, o caminho para aprimorar a
88 gestão dos fundos de pensão fechados deve ser o de mais
89 democracia e não menos. O direito de eleger parte da ges-
90 tão do seu fundo representa um avanço que não pode ser
91 retirado dos empregados e empregadas sob a justificativa
92 da “especialização”.

- 93
- 94
- 95
- 96 • Transparência nos dados da FUNCEF;
- 97 • Não o PLP 268/2016;
- 98 • Fim do voto de minerva;
- 99 • Pagamento do contencioso pela Caixa.

100 SAÚDE CAIXA

101 O ataque recente que a Caixa tentou impor ao aumentar
102 unilateralmente as mensalidades e a coparticipação do Saúde
103 Caixa, num claro descumprimento do acordo coletivo de
104 trabalho, significa a total falta de respeito da empresa com as
105 entidades representativas e seus empregados e empregadas.
106 O mais grave é essa proposta ser colocada quando o Plano
107 tem acumulado sucessivos superávits.

108 O presidente da Caixa anunciou recentemente a inten-
109 ção de alterar o modelo de custeio do plano de saúde com a
110 intenção clara de onerar os empregados e empregadas para
111 resolver o problema do provisionamento para gastos futu-
112 ros. Essa conta não pode ser passada para o lado mais frágil
113 da relação. O modo de custeio do plano tem mostrado que
114 é eficaz e sustentável.

- 115
- 116
- 117
- 118 • Manutenção do modo de custeio do Saúde Caixa;
- 119 • Abertura das contas dos superávits;
- 120 • Ampliação de atendimento;
- 121 • Investimento em programas de prevenção;
- 122 • Atenção especial ao adoecimento mental;
- 123 • Respeito às decisões do Conselho de usuários e fóruns
124 representativos dos empregados e empregadas.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Os problemas relacionados com as desigualdades de gênero, raça/etnia, orientação sexual e portadores de deficiências nos bancos ficou evidente nos “censos da diversidade” realizados na categoria bancária nos anos de 2008 e 2014. O descaso com esses fatos trazem, para o já insalubre ambiente de trabalho, uma realidade de preconceitos e discriminações que oprimem e desestabilizam os trabalhadores e trabalhadoras que deles são vítimas.

A recente alteração no RH 184 que permite o descomissionamento de grávidas é um exemplo bem simbólico do descaso do banco com as desigualdades de gênero presentes dentro de suas unidades de trabalho. As mulheres são minorias em cargos de chefia e da alta direção, mesmo que possuam mais formação que os homens, recebem menores salários e são a maioria absoluta das vítimas de assédio sexual. Outras dificuldades de desenvolvimento nas carreiras são colocadas para negros e negras ou minorias étnicas, homossexuais e portadores de deficiência.

Ignorar tal realidade e defender que a meritocracia define tudo na carreira é utilizar um discurso falso e, comprovadamente, falacioso para se eximir da responsabilidade com o ambiente de trabalho cruel que o próprio banco produz.

Embora tenha um programa de “diversidade”, a atuação da Caixa nesse aspecto limita-se a pequenas campanhas em datas comemorativas e ações que têm pouco impacto no enfrentamento das discriminações. Um prova disso é que os censos realizados na categoria não apontaram praticamente nenhum avanço nos seis anos de distância entre uma aplicação e outra.

- Revogação das discriminações do RH184;
- Campanha contra a LGBTfobia, machismo e racismo;
- Contratação imediata dos Pcd's aprovados no concurso;
- Políticas de acesso para as categorias discriminadas a cargos de chefia.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS ENTIDADES

É possível ouvir em uníssono nos discursos das mais variadas vozes do movimento sindical que a unidade da classe trabalhadora é um objetivo e ser seguido. De fato, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras requer um sentimento unitário de classe que precisa ir além de divergências segregadoras. Diferente da unanimidade, a unidade busca similaridades sem abolir as diferenças. Ação crucial em qualquer fazer político.

Todavia os discursos precisam estar casados com a prática, sob pena de banalizar as palavras de ordem e permeá-las de um vazio de significado. A prática democrática requer muita vontade e capacidade de diálogo. Requer também identidade, empatia, isto é, um “colocar-se no lugar do outro” a fim de entender todos os posicionamentos e pontos de vistas possíveis. Embora não seja o caminho mais fácil é o único capaz de produzir justiça social.

Durante os governos progressistas brasileiros houve uma indiscutível migração de muitas lideranças dos movimentos social e sindical para cargos do Estado com consequências distintas.

Ao mesmo tempo em que os movimentos sentiram-se representados e confortáveis por encaminhar suas

reivindicações a militantes e conhecedores de suas causas, pode-se afirmar que houve uma acomodação que culminou com um forte distanciamento da base.

Ocorreu, também, uma cooptação, por parte dos dirigentes, de minorias utilizando o fisiologismo e levando à concentração das decisões, na maioria de nossas entidades, em muito poucas mãos. Os que não aceitaram tais atitudes estão sendo excluídos de maneira grotesca dos fóruns e das direções de nossas entidades. Tal atitude contribui para a falta de representatividade sentida e reclamada pela categoria, dificulta a luta e desacredita as instituições junto à sociedade.

A organização no local de trabalho dando voz aos bancários e bancárias de base precisa ser o grande motor propulsor da atividade sindical. Liderança não pode ser confundida com cupulismo. Horizontalidade deve ser a palavra do dia para o movimento sindical/social, integrar a classe trabalhadora nos processos de formulação e decisão é fundamental para organizar a ação e resistência dos trabalhadores. Enfrentar os desafios na construção de um modelo de sociedade mais inclusivo, justo e fraterno é a nossa missão, mas isso só será possível com o respeito às diferenças, aos diversos saberes e entendimentos. Como afirma o sociólogo Boaventura de Sousa Santos: É preciso democratizar a democracia!

- Respeito às divergências e à proporcionalidade em todas as instâncias;
- Formação com vistas à renovação das lideranças;
- Maior participação dos bancários e bancárias nas decisões das entidades;
- Fortalecimento da atuação dos delegados e delegadas sindicais.

EnFrente





TESE 6

COLETIVO BANCÁRIOS DE BASE SP
MRT SP BANCÁRIOS
BANCÁRIOS INDEPENDENTES SP

TESE 33º CONECEP 2017

BREVE ENSAIO PARA REFLEXÃO

A sabedoria e o instinto de preservação nos diz que hoje, para entender quais são os sinais do tempo devemos/precisamos ler e reler Maquiavel e seu “Príncipe”.

Das premissas.....

– “Um príncipe sagaz não deve cumprir seus compromissos quando isto não estiver de acordo com seus interesses e quando as causas que o levaram a comprometer sua palavra não existam mais”

“Governar é fazer acreditar”.

“Creio que seriam desejáveis ambas as coisas, mas como é difícil reuní-las, é mais seguro ser temido do que amado”.

“Toda a ação é designada em termos do fim que procura atingir”.

– “A ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que daí a algum tempo pode resultar dela”.

...À conclusão

“Um príncipe não deve, portanto, importar-se por ser considerado cruel se isso for necessário para manter os seus súditos unidos e com fé. Com raras exceções, um príncipe tido como cruel é mais piedoso do que os que por muita clemência deixam acontecer desordens que podem resultar em assassinatos e rapinagem, porque essas consequências prejudicam todo um povo, ao passo que as execuções que provêm desse príncipe ofendem apenas alguns indivíduos”
(MAQUIAVEL, 2002, p. 208).

CONJUNTURA

As grandes Corporações Industriais e Financeiras, A Mídia de Massa, as Agências Internacionais e Locais de Controle Social e Mental, A Coerção Econômica e Militar continuam seu projeto de poder rumo à insustentabilidade total comprometendo de morte as perspectivas para gerações futuras. Fazem isso manipulando, mentindo com meias-verdades, conspirando, sabotando, fabricando guerras e ganhando com elas, gerando o medo aterrorizando com o próprio terror institucionalizado que gera, dissimulando, controlando a existência.

Isto tudo e mais algumas negatividades encontramos naquilo que norteia a obra de Maquiavel, e o controle do ser pelo Estado Moderno e suas instituições.

Expressões políticas como a vitória de Trump nas eleições dos EUA, Brexit, junto ao fortalecimento e avanço de setores de direita e de extrema direita na Europa mostram sinais da ofensiva burguesa nos e dos países imperialistas, que também ultrapassam suas fronteiras nacionais para colocar em marcha uma ofensiva sobre os países subordinados, espoliando seus recursos e economias, para, com isso, buscar saídas para a própria crise nos países imperialistas.

No Brasil, a crise econômica mundial em curso desde 2008 tem vindo em ondas cada vez mais fortes. No último período isso se refletiu nas cada vez mais elevadas taxas de desemprego, inflação, precarização das condições de vida, retração em diversos setores da economia e nas tentativas de recompor as taxas de lucro dos capitalistas nacionais e internacionais em base a uma agenda de ataques históricos aos investimentos em educação e saúde, aos direitos trabalhistas e à aposentadoria.

Entre nós, a política de ajuste já estava em curso nos governos do PT, que até hoje ainda coloca seu papel de contenção social na mesa para garantir as políticas neoliberais com uma faceta mais social. As jornadas de junho de 2013, no entanto, deixaram claro que o poder de contenção do PT já não seria o mesmo de outros tempos.

O próprio governo do PT mostrou muita disposição para aplicar os ajustes mas, para fazê-los na escala, rapidez e profundidade exigidas pelo capital internacional teria que atropelar sua própria base social, formada pelos movimentos sociais e as principais estruturas sindicais do país.

Quando essa situação já não era sustentável para a voracidade do capital estrangeiro, veio o golpe encabeçado pelos setores patronais e outros setores reacionários do país. Temer assume e sua ilegitimidade acaba sendo funcional ao papel que precisa cumprir, de mais austeridade e tentativa de ataques mais frontais aos direitos mais elementares, como saúde, educação e a aposentadoria.

O Estado Brasileiro, ou o que resta dele, torna-se em consequência da crise geral que está na ordem do dia vez mais policialesco, autoritário e desmoralizado. Os Poderes se tornam cada vez mais cúmplices e promíscuos entre si.

No entanto, os golpistas também jogam no risco ao tentar garantir a qualquer custo as reformas trabalhista e da previdência, após já terem aprovado a terceirização irrestrita, a PEC do fim do mundo, entre outros ataques históricos. Faz-se uma verdadeira ação entre amigos entre governo, empresários, políticos utilizando o bem público para garantir seu projeto de poder.

Do nosso lado, respostas importantes dos trabalhadores se expressaram na força das paralisações nacionais no dia 15 de março e depois no dia 28 de abril, apesar de todo o peso de freio imposto pelas maiores burocracias sindicais do país, seja CUT e CTB, seja a golpista e mais abertamente favorável às reformas como a Força Sindical.

Se perdem o controle do movimento dos trabalhadores e das massas, essas direções burocráticas perdem sua razão de ser e com isso, seus privilégios e poder de barganha para se perpetuarem onde estão. Por outro lado, se não fizessem o mínimo necessário para descomprimir os níveis cada vez maiores de insatisfação com as reformas, eles sabem que seriam os primeiros a serem atropelados. Por isso, apesar desses dias históricos, os trabalhadores ainda não conseguiram se contrapor e romper com as amarras dessas direções.

Desde cima, independente da saída política que a burguesia

queira dar, uma coisa é certa, querem garantir acima de tudo as reformas que podem colocar o país num novo patamar de exploração da força de trabalho e de espoliação dos direitos mais elementares e dos recursos naturais. Para derrubar as reformas e, com elas, os golpistas como Temer, é necessário que as forças se organizem desde as profundezas da classe trabalhadora, desde onde os trabalhadores estão, em conjunto com todos os setores oprimidos da sociedade. Um Levante.

SITUAÇÃO DA CATEGORIA: CAIXA E DEMAIS BANCOS

É nesse contexto que prossegue a “nova” reestruturação da CAIXA, associada com projeto de venda de subsidiárias (e que apenas aguarda bom momento do “deus mercado”) como a CAIXA SEGUROS (ainda parcial), a Loteria Instantânea, gestão privatista do FI FGTS, HABITAÇÃO, etc. A reestruturação concebida no planalto e definida na matriz da CAIXA, já nos traz e trará ainda mais perdas e transtornos de todos os tipos para o funcionalismo e para população em geral.

E essa ‘reestruturação’, um mero eufemismo, nada mais é do que a antessala da privatização, camuflada e ao mesmo tempo descarada da CAIXA, que já vem sendo realizada por partes e gerida como tal.

Precisamos de todos como protagonistas. Sob pena de intensificação dos adoecimentos, suicídios e pasmem homicídios frutos do desespero e falta de perspectivas de alguns bancários, que efetivamente como a maioria não vêm em suas “representações” como SEEBs, APCEFs, FETECs, CONTRAF, etc, como instrumentos capazes de liderarem uma necessária superação

Nessa conjuntura de crise econômica, social e política, qual lado representa os interesses dos bancários (no caso), então?

Os setores capitaneados pelas organizações patronais ainda que se posem deslavadamente como “mocinhos” e que defendam o arrocho salarial e o corte de direitos trabalhistas em curso?, claro que não.

Por outro lado tampouco os ex-governistas da CUT/PT e aliados são vistos como defensores reais dos interesses dos trabalhadores bancários ou não, uma vez que o que fica mais explícito é a defesa de um projeto de poder. Boa parte está desmoralizada.

Faz-se necessária a participação e envolvimento de todo o funcionalismo, de todos os trabalhadores. Não devemos esperar apenas por representantes e entidades. Precisamos de todos como protagonistas.

E aos trabalhadores do BB, BASA, BRB, BANRISUL, BNB, estatais em geral, funcionalismo, etc., resta-nos organizar a luta para barrarmos mais estes ataques. Importante salientar que os ataques, ainda que neste momento deem a impressão de não atingir a todos, bem sucedido o projeto das “elites”, ATINGIRÃO A TODOS. É questão de tempo. É um processo em curso.

Nos bancos privados o corte indiscriminado de trabalhadores sob a panaceia da digitalização bancária aprofunda a situação de inferno vivida sob pressão das metas tendo como pano de fundo, adoecimentos, insegurança, suicídios e todos os males possíveis. A terceirização como forma de mão de obra precarizada deve se acentuar com a aprovação pelo congresso do novo dispositivo legal.

A ÚNICA SAÍDA E A LUTA! LUTAR SEMPRE! ORGANIZADAMENTE.

Somente se organizando a partir dos locais de trabalho, das escolas, dos bairros, indo pras ruas e praças, é que nós bancários e demais trabalhadores por nós mesmos, sem depender de entidades afastadas das lutas e interesses da nossa classe teremos chances de vitória.

O nosso CONECEP precisa aprovar um plano de lutas consistente em âmbito nacional contra os ataques aos bancos públicos e ao conjunto da classe. Resta-nos saber se diante do quadro que se apresenta, seremos capazes.

SE LUTARMOS COM VALENTIA E CORAGEM, TEREMOS ALGUMA CHANCE!

FUNCEF/PREHAB/APOSENTADOS

Sabemos que muitos possuem reservas de caráter político/ideológico no que se refere à Previdência Complementar. Nesta análise procuramos nos abstrair disto sem negar a necessária discussão sobre.

Não bastasse o financiamento de obras polêmicas com as usinas na Amazônia e o superfaturamento dos preços dos leilões das obras de reestruturação dos aeroportos, um descabimento entre tantos outros, outra grande ameaça é a co-responsabilização da Funcef nos processos de cunho trabalhista originados dos desmandos e ilegalidades cometidos pela CAIXA, que se não resolvidos e crescentes podem sim, inviabilizar o fundo de pensão dos trabalhadores da CAIXA. Nos últimos anos, com os resultados deficitários seguidos já a partir deste ano, os assistidos pelo reg-replan saldado passaram a contribuir com algo em torno de 2,78% do benefício (salvo eventuais mudanças), aposentados e pensionistas, que continuaram a fazê-lo por 17 anos, salvo melhoras expressivas no desempenho das aplicações. Reg replan não saldado deve ser o próximo. Novo Plano e REB aguardam o desenrolar dos próximos capítulos.

Importante mencionar que os Fundos de Pensão já foram objeto de CPI e já viraram caso de polícia na Operação Lava a Jato, tendo o ex-presidente do SEEB SP OSASCO E REGIÃO João Vaccari como réu e cerceado da sua liberdade. Além dele temos mais numero considerável de pessoas que até bem pouco estavam conosco no dia-dia do movimento dos trabalhadores da CAIXA e se encontram também indiciados. Junto com as demais pessoas físicas e jurídicas envolvidas. Entendemos que comprovada a participação criminosa, terá que também ressarcir a Fundação. A FUNCEF agoniza(?).

Reivindicamos:

- ✓ Fim das ingerências políticas na utilização dos recursos da Funcef, que estão levando à sua inviabilidade.
- ✓ Fim das discriminações aos associados do Reg-Replan não saldado. Imediata aplicação das resoluções judiciais do TRT Brasília referentes às migrações ilegais para PCS 98 e à nova estrutura salarial unificada de 2008 com base no saldamento obrigatório do Reg-Replan e migração para novo plano e anulação de todos os atos correlatos praticados.
- ✓ Solução favorável e imediata para os associados do REB. Cumprimento de cláusula do Acordo 2012/2013 que possibilitaria incorporação do REB ao novo plano a quem interessar e que também não foi cumprido. Quem vive de promessa é santo.

- 1 ✓ Não a qualquer ideia de retirada de patrocínio ao Reg-
- 2 Replan não saldado.
- 3 ✓ Direito de retorno ao Reg-Replan, com regras justas, para
- 4 quem o desejar.
- 5 ✓ Direito de livre escolha para todos que optarem pelo be-
- 6 nefício definido.
- 7 ✓ Eleição de todos os membros dos Conselhos Deliberativo
- 8 e Fiscal da Funcef (número ímpar).
- 9 ✓ Fim do não pagamento do Auxílio Alimentação aos que
- 10 se aposentam.
- 11 ✓ Fim do voto de qualidade, nas questões polêmicas na Funcef.
- 12 ✓ Utilização de mecanismos democráticos como plebisci-
- 13 tos quando houver impasse. Apuração dos desmandos
- 14 e ilegalidades. Punição aos envolvidos.
- 15 ✓ Restabelecimento do princípio da paridade para ativos e
- 16 aposentados.
- 17 ✓ Que o custo das demandas judiciais oriundas de ilegali-
- 18 dades da CAIXA, seja custeado exclusivamente pela
- 19 CAIXA, sem a co-participação da FUNCEF.

21 ISONOMIA

23 Infelizmente, para os bancários e bancárias da CAIXA, no
 24 final dos anos 90, o setor que ainda hoje dirige formalmente o
 25 movimento sindical, defendeu e assinou Acordos Coletivos,
 26 que previam o fim da paridade entre ativos e aposentados.
 27 Junto houve a institucionalização dos empregados de segunda
 28 linha, com a introdução da “carreira” de Técnico Bancário
 29 na empresa. Tal fato, talvez seja hoje, o principal obstáculo
 30 de caráter jurídico que impede o fim da discriminação entre
 31 novos e antigos. A criação da chamada Tabela Única do PCS,
 32 vendido como virtual solução para a questão da Isonomia,
 33 não trouxe sequer a incorporação justa das VPs (vantagens
 34 pessoais) como no caso dos escriturários, o que reduziria a
 35 perda dos novos colegas. Objetivamente a nossa bandeira
 36 da ISONOMIA foi literalmente abandonada pelos nossos
 37 dirigentes. Ainda assim, continuamos exigindo essa justa
 38 reivindicação que “eles”, na prática, nunca realizaram com
 39 afinco. Não podemos deixar objetivo tão importante cair no
 40 esquecimento. Portanto, defendemos de imediato:

- 41 ✓ Incorporação justa das antigas VPs no salário para todos
- 42 os contratados pós-98.
- 43 ✓ ATS para todos os bancários e bancárias da CAIXA
- 44 ✓ Licença-prêmio para todos indiscriminadamente.
- 45 ✓ Regulamentação das conquistas obtidas pela luta como
- 46 APIP, parcelamento das férias, etc., proporcionando aos
- 47 novos maior segurança e garantia.

49 CONDIÇÕES DE TRABALHO/SAÚDE

50 DO TRABALHADOR/JORNADA

52 O cotidiano de trabalho nas agências e departamentos é
 53 extenuante para a grande maioria dos bancários da CAIXA.
 54 Faltam funcionários para atender com qualidade a demanda
 55 de clientes e realizar a operacionalização de contratos dentro
 56 dos prazos e exigências estabelecidas normativamente. Para
 57 dar conta do recado, a empresa obriga os funcionários a ex-
 58 trapolarem ordinariamente a jornada de trabalho. A prática
 59 de assédio moral é utilizada para forçar a produtividade.
 60 Casos que ocorrem em diversos locais de trabalho onde o
 61 controle dos gestores ultrapassa os limites, pressionando
 62 os funcionários de forma a impedir direitos previstos por

63 lei, como a pausa de 10 minutos a cada 50 minutos traba-
 64 lhados, (direito de todos que trabalham com digitação). O
 65 horário de almoço/intervalo por diversas vezes é imposto
 66 unilateralmente pelos gestores, e de acordo com a demanda
 67 de determinado momento, é alterado para o tempo que os
 68 gestores permitirem, mesmo em desacordo com a lei e em
 69 prejuízo à saúde do trabalhador.

70 A segmentação aos moldes dos bancos privados é trata-
 71 da naturalmente pelo banco que, ironicamente, enfatiza seu
 72 caráter público e voltado às demandas da sociedade nos seus
 73 pronunciamentos oficiais e propagandas corporativas, televi-
 74 sivas e outras mídias. A política imposta é a de viabilizar um
 75 bom atendimento somente àqueles clientes “classe A”, que são
 76 atendidos preferencialmente, enquanto o povo é submetido a
 77 longas esperas, sendo controlados através de senhas que disfar-
 78 ça a extensão da fila e busca evitar revoltas. Os atendimentos
 79 sociais são empurrados para fora das agências, difundindo-se
 80 uma cultura de hostilidade ao cidadão comum que necessita
 81 dos serviços do banco público. Isso porque a estrutura não
 82 comporta um atendimento digno e a opção da empresa é pelo
 83 ganho comercial/financeiro, ao invés de cumprir com a tão pro-
 84 pagada responsabilidade social. Os funcionários que resistindo
 85 se opõem à lógica de diferenciação de clientes são penalizados
 86 com as piores condições de trabalho, muitas vezes são obrigados
 87 a trabalharem sozinhos ou em número insuficiente nos setores
 88 com as maiores filas, sem poder beber água ou ir ao banheiro
 89 sem se justificarem perante a fila.

90 As reuniões chamadas frequentemente pelos gestores
 91 são sempre fora do horário de trabalho (provando que a
 92 jornada de 6 horas é definitivamente desrespeitada). Nelas,
 93 rotineiramente, se expõem metas cada vez maiores e pouco
 94 ou nada se fala sobre a organização coletiva do trabalho.
 95 Muitos que ousam intervir em prol das demandas coletivas,
 96 são rechaçados. A dificuldade de se contrapor à ideologia
 97 corporativa é imensa, dado o controle normativo excessivo
 98 daqueles que detêm os chamados “cargos de confiança”, e
 99 são utilizados pela empresa como (supostos) prepostos.

100 Todos ficam submetidos a uma estrutura hierárquica
 101 sustentada pelo assédio moral institucionalizado, apoiada
 102 nos cargos de confiança que fazem o funcionário se ape-
 103 gar ao salário, dada à discrepância salarial entre os cargos
 104 comissionados e os baixos salários dos ‘funcionários sem
 105 função’, os que formam a base dessa pirâmide e, portanto,
 106 os maiores prejudicados.

107 A venda de produtos do grupo Caixa seguros e capitaliza-
 108 ções é a meta mais cobrada e mais recusada pelos trabalhadores,
 109 que percebem as parcas vantagens que tais produtos oferecem
 110 aos clientes e que não há controle nenhum sobre a satisfação
 111 destes em relação a tais produtos, visto que a CEF é somente
 112 um balcão de vendas. A recompensa em forma de pontos a
 113 serem utilizados em compras via internet, uma espécie de neo-
 114 -colonato, é pouco atrativa para grande parte dos funcionários,
 115 dada à superficialidade de tal forma de consumo.

116 Para obter o cumprimento das metas o assédio moral é
 117 empregado, na forma de pressão, diferenciação entre bons
 118 e maus vendedores, concessão de “direitos” (apip, intervalo
 119 regular, melhor condição para trabalhar, etc.) aos primeiros
 120 e rejeição aos segundos. Mas grande parte dos trabalhadores
 121 da Caixa parece não saber que o grupo Caixa Seguros, não é
 122 Caixa Econômica Federal e sim, uma empresa francesa onde
 123 a CEF é apenas uma das acionistas e a Fenaé que também já
 124 foi sócia, mas vendeu suas ações (ações de seus associados).

De acordo com um estudo geral do Dieese, exposto para os delegados sindicais na ocasião de um encontro ocorrido na sede do Seeb-SP em 2008, revelou-se ínfimo o impacto da venda desses produtos no balanço da empresa. Coube então a pergunta que não quer calar: por que metas tão alta e tanto assédio moral para obter as vendas desses produtos? A sobrecarga de trabalho, o stress, a falta de contato humano e solidariedade, a fragmentação do trabalho, a pressão dos gestores por um lado e dos clientes por outro, criam um ambiente de trabalho insalubre que condena grande parte dos bancários a perda de saúde e qualidade de vida.

Tudo somado: intensificação do assédio moral, cobrança descabida de metas com imposição de vendas casadas, situações crônicas de insalubridade, jornadas expandidas e inclusive sem marcação correta da jornada de trabalho. Acrescente-se a isto, um número reconhecidamente insuficiente de funcionários para desempenho das atividades, não cumprimento por parte da empresa de cláusulas acordadas como contratação de novos colegas, planos de demissão incentivada e estímulo à aposentadoria, são elementos do nosso cotidiano e nos colocam literalmente na situação de doentes. Doentes potenciais (os novos, bem novos na empresa), doentes crônicos e, sem exageros, “doentes pé-na-cova”.

Necessitamos:

- ✓ Fim efetivo do assédio moral. Denúncia, enquadramento e penalização para a empresa e para os gestores coniventes. Assédio Moral é infração reconhecida.
- ✓ Fim efetivo do abuso exercido por metas. Trabalho sistemático de vendas-zero em tais situações. Não à venda casada e efetiva denúncia mediante determinações neste sentido.
- ✓ Respeito à jornada, com a pró-atividade dos empregados mediante trabalho consistente de conscientização e atuação determinada por parte das entidades.
- ✓ Extinção do banco de horas. Não à ilegalidade absurda do banco de horas negativo, uma incabível falta de respeito.
- ✓ Não à obrigatoriedade de uma hora de intervalo para refeição.
- ✓ Sistematização permanente da exigência de exames médico/laboratoriais periódicos e adequados. Fim dos exames superficiais.
- ✓ Acompanhamento, cobrança e denúncia de condições físicas e ambientais inadequadas e prejudiciais aos trabalhadores, clientes e usuários em geral. Estrutura física e humana para as Gipes/Segurança do Trabalho atuarem.
- ✓ Participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores quando do afastamento, tratamento e retorno dos enfermos/lesionados, que muitas vezes se veem prejudicados por coação e desinformação.
- ✓ Fazer valer a conquista dos intervalos/pausa para todos, e não apenas para os caixas, pois na prática todos são digitadores/alimentadores de dados.
- ✓ Mensuração do real impacto da parceria CAIXA/GRUPO CAIXA SEGUROS E FENAE-PAR CORRETORA no resultado contábil-financeiro da CAIXA.

SAÚDE CAIXA

Os trabalhadores da CAIXA tiveram grande derrota ao perder, por iniciativa da empresa e sem força do conjunto da categoria para responder, o seu Plano de Assistência Médica (antigo PAMS), onde não tínhamos mensalidade, o custo era progressivo de acordo com o salário, e realizávamos

pagamento quando utilizado. Se o mesmo se tornou, segundo a CAIXA, inviável, o foi pelo fato de estar atrelado o montante dos seus recursos a um percentual da folha de pagamento que esteve congelada por anos a fio, enquanto os custos sofreram reajustes.

Ficou para nós um plano de seguridade de saúde, que apresenta indícios de intenções da empresa, em torná-lo um plano aberto ao grande público como qualquer outro plano com funcionamento baseado no lucro. Finalmente a CAIXA divulgou números do superávit acumulado (cogita-se em quase um milhão de reais milhões de reais). Lamentavelmente os mecanismos existentes como o Conselho de Usuários/ Os Comitês de Acompanhamento da Rede Credenciada não têm conseguido dar a resposta necessária aos problemas colocados. De caráter consultivo, limites de atuação controlados entre outras razões, apenas acaba por ser uma espécie de legitimador das ações implementadas pela CAIXA. Entendemos que somente a gestão realmente paritária, com um efetivo controle e participação dos empregados, poderá nos fazer avançar. Recentemente a CAIXA concordou na cobertura de novos procedimentos odontológicos importantes, mas precisamos mais:

- ✓ Caráter deliberativo para os Conselhos de Usuários/ Comitês de Acompanhamento da Rede Credenciada.
- ✓ Gestão paritária dos recursos do plano, afinal os empregados somos os principais interessados.

SEGURANÇA BANCÁRIA

Na prática, os banqueiros incluído o governo, historicamente, pouco se preocupam em proporcionar um local seguro para a total integridade de clientes, usuários e trabalhadores e que os mesmos possam exercer suas atividades dentro das agências e salas de autoatendimento. Isto na medida em que, ao menos em tese, o seu patrimônio é segurado. Misto de descaso e irresponsabilidade. Assim a denúncia, a cobrança e a efetivação de medidas que possam minimizar os riscos têm que ser permanentes. Cabe a nós bancários e bancárias também um papel importante, além do papel inerente às entidades. Ainda é comum o transporte de valores feito por bancários, por exemplo, que não devem submeter a isto, mesmo se coagido - daí a importância da denúncia. É necessário que conquistemos a supremacia do cuidado com a vida e impor ao banco, cuidados com a pessoa (sequestros, mortes, sequelas, punições por ocasião de sinistros) acima do cuidado com o patrimônio do banqueiro, ainda e principalmente se este banqueiro é o governo. De imediato:

- ✓ Portas giratórias com detectores de metais em todas as agências.
- ✓ Divisórias entre os guichês dos caixas.
- ✓ Transporte de valores, aberturas e fechamento de unidades apenas por profissionais preparados.
- ✓ Cumprimento do compromisso por parte da CAIXA do fim efetivo do abastecimento dos terminais inseguros. Corredores para abastecimento em todas as unidades.
- ✓ Fiel cumprimento do plano de segurança aprovado pela Polícia Federal. Sua divulgação.

CONECEF/ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

O Congresso Nacional dos empregados da CEF é ou deveria ser a instância máxima de deliberação dos bancári@s

1 da Caixa. Originalmente era caracterizado pela participação
2 massiva dos empregados de base da empresa. Aqueles que
3 estão no cotidiano das agências e departamentos e sabem
4 melhor do que ninguém onde o sapato aperta. Infelizmente
5 com o passar dos anos a burocratização dos dirigentes e en-
6 tidades tornou o nosso congresso um “colegiado de notáveis”
7 que estão em sua maioria há muitos anos longe dos locais de
8 trabalho, distanciados e sem referência da nossa realidade.
9 Muitos, inclusive, têm se ocupado apenas em desenvolver
10 projetos pessoais e de grupos. Em função do trabalho e
11 dedicação de certo número de bancári@s, conseguimos dar
12 ao nosso congresso um formato mais democrático, que pos-
13 sibilitou a participação de um número maior de bancári@s
14 da base. Porém, é ainda pouco representativo.

15 No último período as negociações com os banqueiros in-
16 cluem os Bancos Públicos. Nós somos os primeiros a defender
17 a unidade de toda a categoria bancária para lutar contra ban-
18 queiros e governo. Porém não podemos negar que neste mes-
19 mo período, participar da mesa única da Fenaban não nos tem
20 sido favorável. Ainda que não encaremos a mesa única como
21 princípio (nós a vemos como um elemento tático), da forma
22 que vem sendo utilizada, ela é favorável a todos; Banqueiros,
23 Governo e também para setores do movimento, que ao não
24 construírem mobilização em privados (e sabemos que isto
25 dá trabalho) utilizam-na para manobrar, convocando assem-
26 bleias “unificadas” para o início da paralisação e desmontam
27 a tão defendida “unidade”, chamando assembleias separadas
28 para o término, com efetiva mobilização tendendo a zero nos
29 bancos privados durante toda a campanha, mas “livrando a
30 cara” de direções onde a maioria esmagadora da categoria
31 está nos bancos particulares e isto deve acabar.

32 Vanguarda, linha de frente na organização e realização do
33 movimento, temos avançado muito aquém do nosso nível de
34 mobilização e precisamos no período de campanha, quando
35 estamos no clímax de nossas potencialidades, negociar dire-
36 tamente com a direção da empresa todas as cláusulas e itens e
37 fugir da enganação que é o “processo de negociação perma-
38 nente” e os “Grupos de Trabalho” que nada, ou muito pouco
39 produzem de positivo para o conjunto dos empregad@s.

40 Só com a participação efetiva dos bancári@s da Caixa,
41 conseguiremos superar os obstáculos colocados pelo governo,
42 pela direção da Caixa, e infelizmente por setores das próprias
43 entidades dos trabalhadores que não querem discutir temas
44 importantes como a “parceria” CAIXA, CAIXA SEGUROS
45 PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO e FENAE (atual PAR
46 CORRETORA), que é responsável por consumir ativos da
47 Caixa e coloca a FENAE, entidade dos trabalhadores, como
48 parceira também no assédio moral (ainda que indiretamente)
49 para obtenção das metas, parte interessada que é.

50 Precisamos avançar no PCS (uma vitória dos trabalha-
51 dores, apesar de nossas direções), pois o mesmo é discrimi-
52 natório, pune grevistas e premia aqueles que não lutam e
53 acabam usufruindo privilegiadamente de nossas conquistas
54 com critérios duvidosos. Temos que ser consequentes com a
55 isonomia. Condições de trabalho e de atendimento.

56 Não temos acordo com a mudança de caráter CONECEF,
57 desvinculado da Campanha, o que o torna um apêndice
58 no processo. Também condenamos atitudes unilaterais da
59 direção do movimento, como o não cumprimento das de-
60 liberações do congresso. Assim defendemos:

61 ✓ Caráter deliberativo para o CONECEF, vinculado à
62 Campanha Nacional da Categoria.

- ✓ Limitação máxima de participação de dirigentes sindicais e associativos de 30% 63
- ✓ Encontro/Congressos estaduais abertos. 64
- ✓ Comando Nacional eleito nas assembleias por região e com reuniões ordinárias. 66
- ✓ Fim da figura do delegado nato. 67
- ✓ Eleição dos membros da Comissão de Empresa (executiva dos empregados) eleitos no CONECEF, com proporcionalidade direta. 68
- ✓ Garantia de amplo debate, com plenárias e assembleias democráticas nas grandes questões, quando fora dos períodos de campanha salarial. Nenhuma assinatura de acordo, sem se observar esta condição. 69
- ✓ Ampliação do número de participantes do CONECEF, relação de 01 para 200 na base de cada sindicato. 70
- ✓ Coordenação Nacional do CONECEF a cargo da CEE-Caixa eleita no modelo proposto por esta tese. 71
- ✓ Reuniões no mínimo bimestrais dos Conselhos de Delegados Sindicais. Caráter Deliberativo a estes Conselhos na base territorial de cada entidade sindical. 72
- ✓ Construir mecanismos de defesa contra a prática hoje contumaz de interferências negativas para o movimento dos trabalhadores, por parte dos gestores, nas eleições para delegados sindicais e cipeiros sem compromisso real com os nossos interesses. Quando das eleições, devem ser considerados para efeito de apuração, apenas os votos direcionados para @s candidat@s. Quando houver apenas uma candidatura, votos brancos e nulos não poderão ser considerados válidos em detrimento do candidato único, fatos detectados na base de São Paulo, Osasco e Região. 73
- ✓ Insistir na construção de mesma data base para bancári@s, vigilantes e seguranças de transporte de valores (carro-forte). Viabilizar na medida do possível atos e paralisações em comum. 74
- ✓ Campanha Nacional Unificada. Nas mesas específicas dos bancos públicos, abordagem e negociação de todos os itens/temas sociais e econômicos. 75
- ✓ Não às Comissões de Conciliação Prévia na CAIXA, sem ampla discussão e aprovação por base sindical. 76
- ✓ Não aos Acordos Aditivos sobre assédio moral sem discussão/aprovação por base sindical. Rever os já assinados, pois podem nos desservir na medida em que possibilitam morosidade em soluções administrativas e inviabiliza por tempo exagerado a criminalização/punição de gestores e Instituições. 77
- ✓ Debater uma nova abordagem sobre o tema referente às quotas de gênero. Buscar uma abordagem anti-demagógica. Sair da “questão de números”. Buscar progredir numa maior e efetiva participação, mais equânime e qualitativa. A mulher é sempre bem vinda ao Movimento, mas primeiro é necessário que ela queira e possa vir. 78

CORRESPONDENTES BANCÁRIOS/TERCEIRIZAÇÃO

118 No nosso entendimento, e em particular na categoria ban-
119 cária, os dois temas caminham juntos, na medida em que am-
120 bos objetivam as mesmas finalidades, ainda que com nuances
121 diferentes. No caso do Correspondente Bancário (também
122 conhecido pela sigla CORBAN), sua instalação inicial, até
123 onde sabemos, ocorreu a partir da utilização dos agentes
124 lotéricos como prestadores de serviços bancários pela CAIXA,

mais notadamente a partir da segunda metade dos anos oitenta. Depois o da banca nacional e internacional também passou a exigir a sua parte no botim, pois o Correspondente Bancário proporciona aos bancos uma diminuição de custos enorme em pessoal, instalações, segurança, enfim todo o aparato operacional vinculado à atividade bancária.

Uma distorção onde as instituições financeiras colocaram seus tentáculos em desobediência ao normatizado, e continuam. Até porque o próprio Bacen, a partir de 2000 “liberou geral”; precarização, flexibilização e extinção de direitos. Segurança de trabalhadores e usuários vão na mesma linha. São na verdade franquias das instituições que vivem a alardear sua responsabilidade social. Blá, blá, blá. Sabemos que este é um tema delicado, na medida em que a população entende tal serviço como prático e facilitador do seu dia-a-dia. O Comércio também ganha. Por outro lado não se pode permitir a substituição das agências por correspondentes.

Da mesma forma as terceirizações continuam a todo vapor, em todos os setores. Aos empresários só traz vantagens. Aos trabalhadores; precarização, perdas de direitos, flexibilização, fraudes contratuais (atividade fim - atividade meio). Ao cliente; riscos, insegurança, sinistros. No final dos anos 90, FHC e os seus remetem o PL 4302, que ao tratar da matéria, além de acabar com o vínculo empregatício ainda dá perdão a todos os fraudadores de forma retroativa. Tal projeto ainda que não votado, ainda persiste rodeando os trabalhadores como um fantasma. Por outro lado, um outro projeto, mais “ameno” (o de número 1621/07 do deputado Vicentinho), que também regulamentaria a matéria, até onde sabemos, permanece em trâmite.

De qualquer forma entendemos que os trabalhadores não podem ficar reféns do parlamento. Ainda que, quando o diploma possa resguardar (em tese) minimamente direitos da classe, sabemos que a ação direta, organizada e consequente é a nossa verdadeira proteção. Também neste aspecto, o movimento sindical de conjunto e sua direção majoritária em particular vêm atuando timidamente. Entendemos como abusiva, ilegal e altamente perigosa a Resolução 3954 de 24.02.2011 do CMN Conselho Monetário Nacional, que escancara de vez a institucionalização dos serviços terceirizados no setor bancário e até onde sabemos, ainda não revogada. E os ataques prosseguem: Na forma do PL 4330, autoria do empresário/deputado Sandro Mabel, que desonera legalmente a contratante e permite terceirização em todas as atividades-fim, projeto recentemente aprovado no congresso. Não obtivemos êxito em impedir. Como Reverter? Mudando, lutando.

NESTE ÍTEM, DEFENDEMOS A INCORPORAÇÃO DE TOD@S OS TERCEIRIZADOS DE FORMA INCONDICIONAL NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA CAIXA.

PSC/PCC/PSI/REESTRUTURAÇÃO

No que diz respeito ao PCS, tal como ele é hoje, todo o processo que resultou na implementação do mesmo pela CAIXA foi, a nosso ver, equivocada. Parte por inabilidade e parte por intransigência e autoritarismo com uma forte pitada de submissão do chamado campo majoritário, aos desejos da CAIXA e do governo. Discriminatório aos associados do REG-Replan não saldado. Exigência de renúncia de direitos. Impedimento de ações trabalhistas que reclamam

estes mesmo direitos. Deliberações sem discussões prévias dignas deste nome, em assembleias onde a democracia se transforma em expressão vazia. Também merece destaque negativo a aprovação de um modelo de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO que a principio jogou na marginalidade 20% do funcionalismo e o que é tão grave quanto; não traz a definição de critérios com transparência e ainda que tenha havido avanços, há situações onde persiste o delta zero. Além disso, fornece elementos para que a empresa possa desenvolver e aplicar mecanismos de retaliação aos “improdutivos”. Em tempos como os que se anunciam do “rezinho Temer”, não é absurdo nos recordarmos da famigerada RH 008, de triste memória.

Quanto ao PCC/PFC, que deveria ter sua formatação definida sob o ponto de vista dos empregados no 25º CONECEP (abril de 2009), ficou para meados do mesmo ano. Mais uma vez a empresa não cumpriu o acordado e passou ora a enviar “balões de ensaio”, ora a implementar mudanças de forma unilateral, sempre causando transtornos ao funcionalismo.

Quando veio a mudança, ela veio com a discriminação aos empregados sem Reg-Replan saldado mais outras discriminações institucionalizadas. Entendemos que a única forma de fazermos a CAIXA rever e alterar a sua ação calcada no autoritarismo, unilateralidade e descaso é através de ações concretas (organização, paralisações, operações-padrão, campanhas efetivas de venda zero, cumprimento de jornada, ações judiciais, etc.). Quanto à nova/velha Reestruturação em curso, não esquecermos que a mesma prossegue, apenas está “suspensa”, já atingiu centenas de bancári@s e nada impede a CAIXA, em particular neste novo (dês)governo, transitório ou não de retomar com uma muito maior intensidade, afinal porteira que passa boi, passa boiada e foram atingidos oficialmente cerca de 700 trabalhadores, mas não se confia nestes números. Queremos:

- ✓ Revisão do PCS. Fim da discriminação aos associados do REG-REPLAN não saldado.
- ✓ Distribuição linear dos deltas na promoção por merecimento. Critérios transparentes. Ainda que possa haver avanços, distorções permanecem.]
- ✓ Fim do delta zero.
- ✓ Extinção do CTVA.
- ✓ PSI com critérios objetivos. Fim dos favorecimentos e posturas clientelistas. Estimular boicote ao PSI nos moldes atuais.
- ✓ Definição de critérios objetivos, coerentes e justos para PSI e descomissionamento.
- ✓ Não a qualquer tipo de renúncia de direitos.
- ✓ Contratações em número suficiente. A CAIXA sistematicamente desobedece e não cumpre acordos assinados. Ações de Cumprimento.
- ✓ Não a quaisquer reestruturações sem discussão prévia, viabilização de alternativas e concordância dos atingidos.

**COLETIVO BANCÁRIOS DE BASE SP
MRT SP BANCÁRIOS
BANCÁRIOS INDEPENDENTES SP**





TESE 7

Movimento Nacional de
Oposição Bancária/CSP Conlutas

TESE DO MOVIMENTO NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA/CSP CONLUTAS

AO 33º CONECEP

CONJUNTURA

O Brasil vive uma profunda crise econômica e política que apresenta novidades a cada dia. Nos Congressos de funcionários e funcionárias do Banco do Brasil e dos empregados da Caixa no ano passado, a presidenta Dilma Rousseff já havia sido afastada do cargo e o governo Temer tinha se iniciava com apoio de amplos setores da burguesia.

Neste momento, a unidade da burguesia em torno do governo se desfez e a queda de Temer parece iminente, com setores que compunham a base aliada articulando nomes para a sua sucessão.

O governo Temer teve início a pouco mais de um ano, a partir do afastamento de Dilma Rousseff da presidência pelo processo de impeachment. Naquele momento, Michel Temer contava com apoio amplo da burguesia nacional para impor uma agenda ampla de Reformas neoliberais que o governo Dilma não estava sendo capaz de implementar. Hoje, este governo pode ser encontrado próximo ao seu fim.

Conjuntura Internacional.

A economia mundial ainda não recuperou os patamares anteriores à crise que explodiu em 2007, e a forte queda no valor das commodities a partir de 2011 ainda impacta fortemente os indicadores econômicos.

Com o comércio mundial retraído e a desaceleração da economia chinesa, o cenário que está colocado é de um frágil crescimento econômico. E, em uma conjuntura que é ainda mais dura para os países exportadores de matérias primas; acudados pela alta do dólar e aumento da taxa de juros nos Estados Unidos.

No cenário político, nomes da direita conservadora como Donald Trump e Marie Le Pen se apresentam com uma perspectiva “anti-globalização” e propostas protecionistas para recuperar a economia e o emprego. Sem conseguir no entanto construir uma unidade das burguesias nacionais.

O receituário neoliberal é exigido de forma dura como necessário a recuperação econômica. Privatizações, redução do investimento estatal e reformas que reduzam a intervenção do Estado colocam sobre a classe trabalhadora o peso da crise. Todo esforço para aumentar a taxa média de lucro, a custa do aumento da exploração da classe trabalhadora.

Conjuntura Nacional

Temer assumiu o governo para implantar no Brasil as medidas neoliberais para recuperação da economia. Conseguiu a aprovação da PEC do Fim do Mundo, que limitará os investimentos públicos por duas décadas. Também sancionou a Lei das Terceirizações e seguia a agenda para implementar as Reformas da Previdência e Trabalhista, que vem enfrentando forte resistência da população.

A Reforma da Previdência é amplamente rechaçada, apesar da forte campanha da grande mídia por sua aprovação. E a luta contra a reforma tem sido tema de grandes mobilizações.

O 8 de março deste ano teve a luta contra a Reforma como mote, e em todo o país o Dia das Mulheres foi marcado por manifestações massivas, significativamente maiores que a dos anos anteriores. E, de forma unitária, as Centrais Sindicais construíram dois dias nacionais de luta, ainda em março, nos dias 15 e 30. E esse crescimento das mobilizações permitiu a Greve Geral do dia 28 de abril, e a convocação de uma grande manifestação em Brasília no dia 24 de maio. A greve geral do dia 28 é uma das maiores da história brasileira, em grandes cidades do país parecia um dia de domingo.

Com o governo pressionado, recuando de pontos das reformas para conseguir aprovar parte da sua agenda, uma nova leva de delações premiadas coloca o presidente envolvido diretamente em escândalos de corrupção. Joesley Santos, proprietário da JBS, revela gravações e documentos envolvendo mais de 1.800 políticos em esquemas de corrupção da empresa. Entre eles, Michel Temer, com quem Joesley gravou uma conversa sobre o pagamento à Eduardo Cunha, para que este permanecesse em silêncio e não aderisse a delação premiada.

A nova série de denúncias colocou Temer em uma situação extremamente delicada, afastou a base aliada - que pediu sua renúncia e procura articular sua sucessão, e coloca parte da imprensa, notoriamente a Globo, em campanha pela sua saída. Nós seguiremos na luta para derrubar esse governo, e não aceitaremos que o congresso corrupto imponha uma continuidade a esse regime.

Com esta situação já colocada, os movimentos sociais e Centrais Sindicais realizam o marcha do #OcupaBrasilia, reunindo mais de 100 mil pessoas na esplanada dos Ministérios. O governo ordena uma forte repressão, que perdura por horas. Com o movimento resistindo aos ataques do aparato repressivo. E, as Centrais Sindicais se reúnem para construir uma nova Greve Geral, com data para a semana anterior a esses Congressos.

Defendemos que a nova greve deve se estender por 48 horas, e que ela será fundamental para derrubar o governo e parar as reformas. Mas para isso acontecer é necessário que a greve seja construída pela base. Nesse sentido achamos que os sindicatos de bancários tem a obrigação de convocar assembleias e plenárias de delegados sindicais já para construir a greve.

No período entre a entrega desta tese a realização do Congresso, poderemos estar diante de um novo governo. Mas é possível também que a derrocada do próprio Temer não tenha sido concretizada ainda. De qualquer forma não podemos aceitar qualquer trégua, o congresso precisa aprovar um calendário de mobilização que coloque a categoria bancária no centro do enfrentamento as Reformas, dos quais os banqueiros são os grandes lobistas.

De qualquer forma, a burguesia nacional tentará ainda seguir com as propostas de reformas. Será preciso seguir no processo de mobilização e derrotar a agenda neoliberal.

Defendemos:

- 1 Greve Geral para parar as reformas e colocar para Fora o Temer e os políticos corruptos do Congresso;
- 2 Retirada dos Projetos de Reformas Trabalhistas e da Previdência;

- 1 3 Revogação da Lei de Terceirização e da Emenda Consti-
- 2 tucional 95;
- 3 4 Prisão aos corruptos e corruptores com o confisco de seus
- 4 bens.

2 - ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Na última campanha salarial, a categoria bancária enfrentou a intransigência do governo e dos banqueiros. A força da greve forçou os banqueiros e o governo a elevar a proposta seguidas vezes, mas a defesa de acordo bianual com perda da inflação e o abono e não avançou em nenhuma questão específica dos bancos públicos, jogou por terra todo o discurso do período anterior dos dirigentes dos sindicatos e da Contraf-CUT.

As assembleias dos empregados da Caixa foram claramente contrárias à aprovação da proposta e defenderam a continuidade da greve. Apesar das manobras em São Paulo a greve continuou assim como em mais sete estados e capitais. Mesmo assim, mais uma vez, a Contraf-CUT encerrou a greve e foram coniventes com a retaliação da Caixa aos colegas que permaneceram paralisados.

Durante os 13 anos de governo do PT perdemos a oportunidade de discutir nossas questões específicas represadas durante os anos FHC, pois o governo foi escondido e blindado atrás da mesa única da FENABAN. Agora, no governo Temer, a estratégia de colocar nossas reivindicações não podem ser secundarizadas e esperar o desenlace da conjuntura. Queremos negociar diretamente com o governo em conjunto com os demais empregados da rede pública para fazer valer nossa força de mobilização.

É preciso que os fóruns da categoria sejam mais democráticos e garantam a participação da categoria nas decisões. Precisamos ter iniciativas para enfrentar a greve de pijama -consequência também da descrença nas direções- e o script feito entre banqueiros e Contraf-CUT. Para isso precisamos ampliar o trabalho de base e mobilizar através da organização por local de trabalho.

Resoluções:

- 1 Eleições de delegados ao CONECEF em assembleias ou encontros estaduais abertos, na proporção de 1 para cada 150 empregados;
- 2 Proporcionalidade direta para todos os fóruns;
- 3 Fim imediato dos delegados natos. A base deve conhecer e escolher seus delegados nos encontros e assembleias de base;
- 4 Autonomia do CONECEF para debater e se posicionar sobre as táticas da campanha e as questões econômicas como: fim da Mesa Única da FENABAN (mobilização e campanha unificada, com negociações diretas junto ao Governo Temer), reposição de perdas, PLR, ticket, etc.;
- 5 Autonomia do movimento da Caixa para construir um calendário de mobilizações que ajude fortalecer a Campanha Salarial Unificada dos Bancários, a partir da mobilização de cada banco;
- 6 Eleição da Comissão de Empresa, com proporcionalidade direta, no próprio CONECEF;
- 7 Plano progressivo de reposição das perdas salariais referente ao Plano Real;
- 8 Cesta Alimentação de 1 salário mínimo;
- 9 PLR linear, dividida igualmente entre todos os bancários;
- 10 Direito a liberação de ponto de 1 dia por mês para os

delegados sindicais, sem necessidade de acordo ou anu-
ência da chefia;

- 11 Reunião mensal do Fórum de Delegados Sindicais;
- 12 Que os sindicatos, APCEF'S e a FENAE publiquem um jornal escrito pelos delegados sindicais;
- 13 Eleição da Comissão Executiva de Empresa da Caixa no CONECEF, com proporcionalidade direta;
- 14 Direito a eleger 1 Delegado Sindical, 1 Cipeiro e 1 Brigadista de incêndio, a cada 50 empregados, com o mínimo de 1 por unidade;
- 15 Estabilidade, irremovibilidade e manutenção da função do empregado que exercer o cargo de Delegado Sindical, Cipeiro e Brigadista de incêndio.

3 - CAIXA 100% PÚBLICA

No final de 2014, logo após vencer as eleições presidenciais, Dilma Rousseff confirmou a abertura do capital da Caixa Econômica como uma das medidas do ajuste fiscal. A idéia não seguiu devido à instabilidade política e a mobilização dos trabalhadores em todo país.

Após assumir, uma das primeiras medidas de Temer foi trazer de volta a proposta de privatização de várias empresas estatais, dentre elas a Caixa Econômica. O processo de privatização da Caixa vem avançando a passos largos há vários anos. A Caixa não pode, por exemplo, utilizar todos os seus recursos na construção de casas populares, obras de saneamento básico, saúde e transportes, porque tem que apresentar lucro no final do período. Por isso, "precisa" realizar operações semelhantes aos concorrentes privados para se mostrar uma empresa "viável". Mas as operações investigatórias mostrou que, quando a ordem é favorecer os amigos do planalto, todas essa ladainha cai por terra, como os bilhões em negociatas com JBS, Odebrecht etc.

Neste sentido, discutir uma Caixa 100% Pública só faz sentido se formos discutir a luta pela estatização do sistema financeiro e o papel de fomento do desenvolvimento econômico e social no país, totalmente desvinculado da questão do lucro.

Resoluções:

- 1 Mudança imediata nas diretrizes de orientação mercadológica da empresa. Por um banco público com papel social desvinculado da lógica do lucro;
- 2 Fim da discriminação à pobreza nas agências! Atendimento igual para todos os clientes;
- 3 Fim das nomeações políticas do governo para os cargos de gestão dos bancos públicos! Eleição direta do Conselho Diretor da Caixa entre empregados de carreira e eleição direta do Conselho de Administração entre funcionários e a população organizada beneficiária do crédito (sindicatos, movimentos sociais, etc., com mandatos revogáveis;

4 - SAÚDE DO TRABALHADOR / CONDIÇÕES DE TRABALHO

A política de culto ao mercado do Governo e da direção da Caixa tem deixado os trabalhadores doentes. A partir dessa escalada do governo em seguir aprofundando o modelo de banco comercial voltado para o lucro, a Caixa tem piorado muito as condições de trabalho, seja por falta de equipamentos e mobiliário adequados, seja por falta de empregados

1 para executar os serviços, seja ainda pelas metas cobradas,
2 normalmente acompanhadas de assédio moral. Como o ob-
3 jetivo é sempre aumentar a lucratividade, quem paga essa
4 conta são os empregados e sua saúde física e mental.

5 A epidemia de doenças ocupacionais, em todos os setores,
6 que ataca duramente a nossa classe, representa o fruto da ga-
7 nância dos patrões e do descaso dos governos capitalistas. Os
8 trabalhadores dos bancos, em função do grau de exploração,
9 obviamente não estão fora das estatísticas. 84% dos bancários
10 são acometidos de algum tipo de distúrbio como: depressão,
11 insônia, fadiga, além claro, LER/DORT (Lesões por Esforços
12 Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao
13 Trabalho). A condição de trabalho hoje na caixa é de sofrimento
14 com ritmo de trabalho alucinante, assédio moral, perseguição
15 política, ingerência nos processos seletivos, pressão para reali-
16 zar venda “casada”, metas absurdas, terceirização e privatização
17 “branca” dos serviços, falta de isonomia entre os próprios em-
18 pregados e, principalmente, um baixíssimo salário, sobretudo
19 se o confrontarmos com o tamanho dos lucros astronômicos
20 auferidos pela empresa ao longo dos últimos tempos.

21 Por fim, a Caixa precisa abrir mais agências, contratar
22 mais empregados e investir mais em tecnologia, tanto para
23 que o sistema não caia tanto e, desse modo, não sobrecarre-
24 gue o atendimento à população quanto para aliviar o ritmo
25 de trabalho dos empregados.

26 O governo não pode tomar nenhuma iniciativa para pre-
27 venir e preservar a saúde dos bancários, porque isso geraria
28 custos aos burgueses do sistema financeiro. Ao invés disso,
29 tem atacado a nossa classe, seja com medidas como a alta
30 programada, o sucateamento dos órgãos que deveriam fis-
31 calizar as empresas ou a não edição de uma lei que proteja
32 o trabalhador que sofre acidente ou tenha adquirido doença
33 ocupacional (já que a legislação estabelece apenas um ano
34 de estabilidade e, mesmo assim, muitas vezes isso é burlado
35 pelas empresas). Com a perversa lógica de tirar verba do
36 caixa do INSS e dar aos patrões, abre-se o caminho para
37 a uma nova previdência social com aprofundamento dos
38 ataques aos trabalhadores.

39 Resoluções

- 41 1 Fim do descomissionamento para quem sair de Licença
42 Médica e garantia de 1 ano de função quando do retorno
43 ao trabalho;
- 44 2 Mudança no regulamento de pessoal da Caixa, garan-
45 tindo ao empregado com função que ficar afastado por
46 problemas de saúde a incorporação da mesma caso ele a
47 perca ao retornar ao trabalho, independente do tempo de
48 exercício na função;
- 49 3 Cursos de CIPA organizado pelo movimento sindical
50 para ensinar os direitos dos empregados, tais como CAT,
51 Atestado Médico, LTS, etc.;
- 52 4 Exigir da Caixa indenização aos empregados que venham
53 adquirir doenças profissionais, bem como incorporação
54 da função ou uma vantagem referente à função de Caixa
55 Executivo para os que não possuem função;
- 56 5 Licença para acompanhar tratamento de pessoas da fa-
57 mília sem usar as férias, licença prêmio e APIP;
- 58 6 Ajuda para compra de medicamentos. A Caixa precisa
59 aportar recursos para os que gastem mais de 30% de sua
60 renda com remédios, cobrindo esses gastos;
- 61 7 Fim das metas e do assédio moral/sexual que estão ado-
62 cendo os bancários! Punição aos assediadores!

63 8 Custeio total dos gastos com saúde por parte da caixa de
64 assistência e pela empresa.

65 5 - ESTRUTURA DAS UNIDADES

66 Em 2012 foram inauguradas cerca de 300 novas unidades
67 da Caixa em todo o país. A política de expansão da empresa
68 ocorreu com a abertura de novas unidades com um número
69 reduzido de funcionários. A lógica da Caixa foi sobrecarre-
70 gar os empregados de serviço, exigir que todos os processos
71 e tarefas sejam concluídos dentro do prazo e da forma mais
72 rápida possível, não garantindo a quantidade de trabalha-
73 dores suficientes para dar conta da demanda, e utilizando
74 o banco de horas da maneira mais conveniente possível.

75 Em todas as unidades encontramos ainda problemas de
76 descaso com os clientes (na lógica de cada vez mais expulsa
77 os serviços básicos das agências e direcionar para o auto-
78 -atendimento, atendendo apenas os casos de negócios). Nesta
79 mesma lógica a metas abusivas são jogadas para o corpo de
80 funcionários.

81 A centralização e a terceirização das áreas de logística
82 dentro da Caixa trazem dificuldades para manutenção dos
83 equipamentos de trabalho e deixa o serviço mais lento e o
84 trabalho mais estressante. Sistemas que funcionam mal,
85 local de trabalho muito frio ou muito abafado, mobiliário
86 quebrado são parte dos problemas que encaramos diaria-
87 mente em todas as unidades.

88 Resoluções:

- 89 1 Controle e agilidade na manutenção dos equipamentos
90 de trabalho, sem terceirização;

91 6 - SAÚDE CAIXA

92 Devido, primeiramente, à inexistência de um sistema de
93 saúde verdadeiramente público, gratuito, estatal e univer-
94 sal no país, as caixas de assistência foram frutos da luta de
95 várias categorias, que arrancaram dos patrões a obrigação
96 em custear sua saúde. Esta é uma luta que precisa continuar,
97 no marco de uma conquista que deve ser estendida a todas
98 as outras categorias organizadas, associada com a defesa de
99 um SUS 100% público, gratuito, estatal e universal, pois o
100 governo não só não garante saúde pública para todos, como
101 ainda ataca essas conquistas parciais, impedindo um bom
102 funcionamento dessas caixas de assistência.

103 Dentro de uma lógica de mercado, cada vez mais se deixa
104 de investir numa política de fortalecer dos planos de saúde
105 próprios com o objetivo de terceirizar os planos, realizando
106 convênios com planos privados como a UNIMED. Esse é
107 um projeto que segue privilegiando setores da burguesia
108 em detrimento dos trabalhadores, já que no Brasil os lucros
109 alcançados com especulação da saúde crescem em propor-
110 ção semelhante aos lucros dos bancos e o adoecimento dos
111 bancários.

112 O adoecimento dos bancários é fruto do próprio tra-
113 balho, e para se tratar das doenças, não se aceita ainda ter
114 que desembolsar parte do seu salário. Por isto, devemos
115 defender o plano de saúde 100% financiado pelas empresas.
116 Em se tratando ainda do setor financeiro, que é quem mais
117 lucra no país, não podemos concordar que nossos planos de
118 saúde sejam custeados pelos empregados da forma como é
119 hoje. Trata-se, na verdade, de um absurdo completo, pois
120

os bancos deixam os trabalhadores adoecidos com o ritmo violento de trabalho, a pressão, o assédio, etc. e, para se tratarem das doenças, os bancários ainda têm que desembolsar parte do seu salário, gerando ainda mais perdas econômicas! É, portanto, um completo acinte que o Saúde Caixa vá perdendo ao longo do tempo a concepção de uma obrigação da empresa para com os trabalhadores.

Contrariamente, os sindicalistas da Contraf-CUT limitam seus argumentos dizendo que é necessário investimento do superávit do plano. Mas, além disto, devemos procurar enfrentar esta situação com a organização dos trabalhadores. Isto é uma necessidade da nossa categoria e também da nossa própria classe. Para isso devemos utilizar todos os instrumentos, inclusive a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Resoluções:

- 1 Liberação do Saúde Caixa para todo e qualquer tipo de tratamento, sem definição de prazo ou carência;
- 2 Aprovar um Seminário de empregados para discutir os problemas relativos à saúde e ao Saúde Caixa;
- 3 Que todas as eleições do Saúde Caixa sejam feitas com previsão de dois turnos, caso nenhuma chapa tenha 50% + 1 dos votos, entre as duas chapas mais votadas no 1º turno;
- 4 Melhor remuneração dos credenciados para manter os convênios com médicos, hospitais e clínicas que os empregados já estão acostumados a ser atendidos;
- 5 Diminuição do custo do Saúde Caixa aos empregados, exigindo mais recursos por parte da empresa.

7 - FUNCEF

Na Caixa, a criação da FUNCEF teve como objetivo a constituição de planos de benefício que garantissem o complemento das aposentadorias concedidas pelo INSS, de modo a preservar o poder aquisitivo dos empregados diante do progressivo desmonte da previdência pública. Assim, foram instituídos o REG e o REPLAN.

Porém, no ano de 2001, o Governo FHC fez aprovar as Leis Complementares 108 e 109 que dificultaram a criação ou extensão de planos de previdência complementar na modalidade do benefício definido (BD), como o REG/REPLAN e orientaram a criação de novos planos que pudessem receber adesões na modalidade da contribuição definida (CD), sem os direitos do Benefício Definido. Aproveitando-se do caminho aberto pelo seu antecessor, o Governo Lula impulsionou, a partir do ano de 2006, a criação do Novo Plano, promovendo uma intensa campanha através da Caixa e da FUNCEF – que contaram com todo apoio dos sindicatos governistas – para que os empregados fizessem o saldamento e abandonassem o plano REG/REPLAN.

O Novo Plano não mais assegura ao empregado receber o mesmo salário (ou aproximado) à remuneração de quando estava na ativa, pois o plano de Contribuição Definida é determinado a partir do saldo de contas individuais por participante que será dividido por um “fator atuarial”. Ou seja, o risco é do participante.

Com toda a falácia de que o Novo Plano seria a solução de todos os problemas, defendida pelos dirigentes sindicais vinculados à CONTRAF/CUT, vemos que a FUNCEF vêm acumulando déficits técnicos nos últimos anos, criando muita

insegurança e pagamentos extras para os participantes da ativa e aposentados. Como já antecipávamos desde 2005, a utilização do superávit do REG/REPLAN para cobrir a dívida não paga pela CAIXA, para suprir as reservas do Novo Plano e do Saldamento, e os aportes não feitos pela CAIXA, teriam um preço alto no futuro. Agora, com as elucidações da participação política nos investimentos de construção da Usina de Belo Monte, ou na canoa furada da Sete Brasil, demonstram que não eram apenas politicamente incorretos. Os que antes eram duvidosos do ponto de vista econômico, hoje, com as apurações das operações da PF e o judiciário, se demonstram um golpe e rombo ao nosso fundo de pensão.

Resoluções:

- 1 Fim da discriminação e direito do pessoal do REG/REPLAN migrar para o novo PCS e PFG;
- 2 Recuperação dos desvios financeiros e utilização do superávit para melhorar os benefícios do REG/REPLAN a exemplo do Saldamento;
- 3 Pagamento imediato e retroativo dos benefícios aos optantes do REG/REPLAN aposentados do INSS que seguem na Caixa;
- 4 Respeito à separação do REB 98 com o REB 2000;
- 5 Direito aos ex-funcionários do BNH de retornarem à PREVHAB;
- 6 Fim imediato das vantagens garantidas aos conselheiros dos fundos de pensão;
- 7 Instituição de assembléias e consultas para que os associados decidam sobre as questões mais importantes de seus planos;
- 8 Que todas as eleições da FUNCEF sejam feitas com previsão de dois turnos, caso nenhuma chapa tenha 50% + 1 dos votos, entre as duas chapas mais votadas no 1º turno.

8 - APOSENTADOS

A política econômica de todos os governos ao longo do tempo foi no sentido de privilegiar os lucros dos bancos e uma das fontes mais seguras para garantir operações de desvio dos recursos públicos foi a previdência dos trabalhadores. Além das várias profundas reformas da previdência no Brasil pós-constituição de 1988, os governos investiram pesado na DRU's (Desvinculação de Receita da União), que na prática funciona como um mecanismo para permitir que o fundo da previdência pública possa ser utilizado para sanear as contas do governo. Isto significa que os recursos das aposentadorias dos trabalhadores são sistematicamente desviados para garantir o superávit primário, o agamento da dívida pública, etc.; ou seja, dar mais dinheiro aos banqueiros e especuladores do sistema financeiro.

Além disso, os aposentados brasileiros que trabalharam por décadas produzindo a riqueza deste país, têm sofrido outros duros ataques. A inflação ao longo dos anos vem impondo uma violenta defasagem nos benefícios e os governos, todos eles, não têm tido nenhuma preocupação em reajustar dignamente as aposentadorias. A situação se agrava na medida em que boa parte dos salários dos trabalhadores é composta por “penduricalhos” como auxílio alimentação, refeição, gratificações, que não entram no recolhimento do FGTS ou para o cálculo do INSS, e, por esta razão, são perdidas na aposentadoria, diminuindo o benefício do aposentado que trabalhou rduamente durante a vida inteira.

1 Toda essa ineficiência do sistema previdenciário nacional
2 é uma política deliberada que beneficia a criação dos fundos
3 de pensão privados, um negócio altamente lucrativo para
4 os empresários – que utilizam o dinheiro dos trabalhado-
5 res para alavancar seus lucros nas bolsas de valores – mas
6 que não resolvem os problemas da classe trabalhadora. A
7 luta mais geral, unificada com as demais categorias é muito
8 importante nesta pauta.

9 **Resoluções:**

- 10 1 Pagamento do ticket para todos os aposentados;
- 11 2 Campanha pelo fim do fator previdenciário e contra a
- 12 implementação o fator 85/95;
- 13 3 Equiparação dos valores salariais das funções extintas
- 14 com as funções atuais

15 **9 - SEGURANÇA BANCÁRIA**

16
17 A insegurança que hoje assola a vida das pessoas é re-
18 flexo de uma sociedade decadente, com valores individu-
19 alistas (em que vale tudo para se dar bem) e com grandes
20 desigualdades sociais (que acaba transformando uma parte
21 das pessoas num exército de desempregados com forte po-
22 tencial para adentrar no mundo do crime). Na esteira desse
23 processo, os patrões procuram resguardar seu capital e sua
24 propriedade privada dos saques promovidos pelas próprias
25 expressões geradas pelos problemas sociais, no entanto,
26 nesse aspecto os trabalhadores também ficam em segun-
27 do plano. No caso dos bancos, que trabalham diretamente
28 com valores monetários, esta realidade não é diferente. O
29 interesse é sempre em resguardar os valores materiais que
30 são de sua responsabilidade, não a vida dos trabalhadores,
31 pois isto lhes geram custos.

32 É importante que, além de defendermos a implantação
33 de instrumentos de segurança que realmente dêem garantias
34 aos bancários e clientes, enfrentemos a política de precari-
35 zação e terceirização que segue em altíssima velocidade na
36 Caixa. Somente com a abertura de novas agências, com con-
37 tratação de pessoal suficiente e qualificação de empregados
38 do quadro funcional, este problema pode ser minimizado.
39 Além disso, é preciso que exijamos da Caixa que assuma a
40 total responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes de
41 problemas de segurança. Os roubos de caixas eletrônicos
42 nos supermercados e os assaltos a lotéricos são exemplos de
43 riscos a que a população e os comerciantes estão sujeitos e é
44 preciso lutar por indenizações com valores bem expressivos
45 a serem pagos aos que sofrem prejuízos com esse tipo de ação
46 do crime organizado, para que onere bastante os bancos e os
47 levem a retroceder nessa política de terceirização.

48 **Resoluções:**

- 49 1 Que a Caixa assuma total responsabilidade pelas perdas
- 50 e danos decorrentes de problemas de segurança. Os em-
51 empregados não podem ser responsabilizados;
- 52 2 Indenizações expressivas pagas pela CAIXA para quem
53 tiver prejuízo acarretado pela ação de criminosos;
- 54 3 Por um programa de proteção aos empregados vítimas de
55 violência e crimes motivados pelo exercício de sua ativi-
56 dade bancária. Pela concessão de licença do trabalho até
57 que o empregado esteja totalmente restabelecido para suas
58 funções, bem como pagamento integral de médicos, psi-
59 cológos e demais especialistas para a vítima e sua família;
- 60
- 61
- 62

63 4 Lutar contra todas as formas de terceirização e precari-
64 zação do trabalho, incluindo o relacionado à segurança
65 bancária.

66 **10 - JORNADA**

67 A ânsia dos patrões por aumentar a lucratividade, como
68 elemento próprio dessa sociedade assalariada, pressiona os
69 trabalhadores para aceitarem trabalhar mais tempo do que
70 o equivalente àquilo que é realmente medido para efeito de
71 cálculo de salário. Nos bancos, e na Caixa em particular,
72 isto não é diferente. A jornada de trabalho de 6 horas dos
73 bancários é uma conquista, e ela vem sendo atacada dura-
74 mente pela Caixa e pelo Governo, seja através das funções
75 de 8 horas – cuja diferença salarial frente às demais funções
76 supostamente seria adequada para que sejam cobradas duas
77 horas a mais de trabalho do empregado –, seja pelo excesso
78 de serviço que nos obriga a fazer horas extras.

79 Outra política absurda da Caixa é a de pressionar os
80 gestores para que a jornada de 6 horas seja burlada. Sabemos
81 que nos locais de trabalho há pressões de diversos tipos: para
82 que os empregados de jornada de 6 horas sempre marquem
83 1 hora de intervalo, objetivando que fiquem na agência para
84 realizar tarefas durante o intervalo; exigência para que se
85 marquem os 15 minutos de intervalo que é incluso na jorna-
86 da de 6 horas, etc. É comum também a realização de horas
87 extras fora do ponto e ou o banco de horas que desobrigam a
88 Caixa a pagar pelo trabalho extra. Todos esses procedimen-
89 tos têm o objetivo claro de intensificar a exploração sobre
90 os empregados, sempre com o foco nas metas que ajudarão
91 o governo a implementar seus planos econômicos, contra
92 os próprios trabalhadores. Enquanto a Caixa economiza no
93 pagamento dos direitos de seus empregados, inclusive com
94 a PLR que mais se pareceu com o bolsa família, continua
95 sendo usada politicamente para os interesses do governo,
96 empreiteiras e grandes empresas.

97 **Resoluções:**

- 98 1 Defesa incondicional da jornada de 6 horas! Não aceita-
99 mos burla no sistema de ponto, intervalo obrigatório ou
100 marcação dos 15 minutos garantidos por lei dentro da
101 jornada de 6 horas;
- 102 2 Instituição de dois turnos distintos para o atendimento
103 ao público, com contratação de mais trabalhadores;
- 104 3 Jornada de trabalho de 6 horas para todos (incluindo todos
105 os comissionados), sem redução salarial.

106 **11 - SIPON**

107 Mesmo depois de instituído o ponto eletrônico (SIPON),
108 ainda não é raro vermos os chefes pressionando os trabalha-
109 dores a seguir com suas atividades com senhas dos gerentes
110 ou mesmo em outros processos que não necessitem do acesso
111 aos computadores. Há também ainda a existência de funções,
112 principalmente as chamadas “de confiança”, em que o empre-
113 gado sequer marca SIPON. Normalmente esses empregados,
114 sobretudo os supervisores e gerentes de relacionamento, tra-
115 balham uma jornada bem superior a 8 horas, muitas vezes in-
116 clusive levando trabalho para casa a partir da implantação do
117 acesso remoto ao ambiente Caixa via internet (VPN). Temos
118 que exigir que todos os empregados, sem exceção, registrem
119 o SIPON para poder acessar o ambiente Caixa.

Também é importante ressaltar que, em nome da política de redução de custos com as horas extras e para evitar problemas com ações judiciais, Caixa está exigindo dos gestores um controle absurdo (inclusive incluindo-o como parte das metas) sobre o SIPON de cada empregado, obrigando os trabalhadores a terem atenção sobre as irregularidades na legislação trabalhista que ocorrem freqüentemente – mas não por culpa dos empregados, e sim, da própria empresa! Dos gestores se está exigindo controle absoluto sobre a marcação de 1 hora de intervalo para as horas extras realizadas além de 19 minutos; se este intervalo está sendo gozado sem a ocorrência de mais de 6 horas de trabalho ininterruptas; se os intervalos são menores do que 1h para os empregados com funções de 8 horas, e um longo etc. Ora, a Caixa sobrecarrega os empregados de serviço, exige que todos os processos e tarefas sejam concluídos dentro do prazo e da forma mais rápida possível, não garante a quantidade de trabalhadores suficientes para dar conta da demanda e, mesmo assim, quer obrigar os empregados a não registrarem no SIPON quaisquer irregularidades, ocorrências das quais a Caixa é a única responsável!

O SIPON deve ser utilizado como um instrumento de proteção dos trabalhadores, ou seja, evitando que eles sejam obrigados a trabalhar sem receber, jamais como um instrumento que escraviza os empregados, ou que lhes imputa a responsabilidade sobre problemas que são culpa exclusiva do patrão. É preciso rejeitar essa política da Caixa e exigir que os trabalhadores tenham toda a liberdade de marcar o SIPON exatamente conforme aquilo que eles realizaram durante o dia de trabalho. Esta é uma forma de forçar a Caixa a contratar mais empregados e diminuir a carga absurda de serviço sobre as costas dos trabalhadores.

Resoluções:

- 1 Registro de SIPON para todos os empregados, sem exceção;
- 2 Contra o rígido controle das ocorrências do SIPON e a sua vinculação a metas impostas pela Caixa;
- 3 Toda hora extra deve ser paga! Contra o banco de horas! Também não aceitamos burla do SIPON para explorar os empregados.

12 - ISONOMIA

A luta pela isonomia nos bancos públicos federais surgiu após a publicação das resoluções nº 10 de 1995, e nº 09 de 1996, publicadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), na época em que José Serra era ministro do Planejamento e Orçamento. Com isso, os trabalhadores que ingressaram após esta data no Banco do Brasil, Caixa, BNB, BASA e Casa da Moeda perderam uma série de direitos em relação aos antigos funcionários.

Essas resoluções do DEST, que fazem parte da lógica de mercado neoliberal, foram elaboradas em um contexto de grande ataque aos trabalhadores em nosso país, afrontando o princípio da igualdade, essencial para o respeito aos trabalhadores. No entanto, Lula passou oito anos governando o Brasil, conseguiu eleger Dilma e essa política discriminatória seguiu imperando.

É inaceitável o tratamento discriminatório que hoje persiste dentro dos bancos públicos federais. Ao mesmo tempo em que há tratamento diferente aos empregados admitidos após 1998 (que não possuem direitos como Adicional por

Tempo de Serviço, Vantagem Pessoal, Licença Prêmio e outros), há também discriminação aos colegas participantes do REG/REPLAN não saldado, que estão colocados à margem de qualquer crescimento na carreira dentro da Caixa. O princípio da isonomia visa garantir que os trabalhadores que exerçam as mesmas atividades tenham os mesmos direitos (trabalho igual, salário igual). Dentre os benefícios conquistados pelos empregados admitidos antes de 1997, a licença prêmio corresponde a três meses de folga a cada cinco anos trabalhados (ou 18 dias por ano), podendo também ser convertidos em espécie até 30 dias por ano, desde que autorizado pela direção da Caixa. O APIP e o parcelamento das férias continuam sendo mera liberalidade da empresa e a luta dos auxiliares de serviços gerais para incorporar-se à carreira de escriturário continua na mesma. Estes colegas, em alguns casos, executam as mesmas atividades dos escriturários e técnicos bancários, assumem função de confiança, mas continuam com sua progressão funcional paralisados, pois a carreira de serviços gerais está em extinção. Por outro lado, enquanto a Caixa economiza no pagamento dos direitos de seus empregados, continua sendo usada politicamente para os interesses do governo, empreiteiras e grandes empresas.

Resoluções:

- 1 Pela construção de um movimento nacional pela Isonomia de todo o setor bancário, com seminários, cartilhas, discussão na base e ampla mobilização;
- 2 Chega de mesas específicas de “enrolação” permanente! É preciso negociar a isonomia diretamente com o Governo Temer, com os trabalhadores em luta! Inclusão de verdade do tema da Isonomia na pauta da Campanha Salarial;
- 3 Isonomia já: adicional de tempo de serviço, licença prêmio, participação irrestrita em PSI, etc. para todos (TB, TBN, carreira profissional, optantes do REG/REPLAN, etc.).

13 - CARREIRA

A Caixa não apresenta a seu corpo de funcionários um Plano de Cargos e Funções que seja verdadeiramente digno. Todas as mudanças nos planos chegaram hoje ao patamar que se baseia quase que integralmente nas avaliações de desempenho. A Caixa tem adotado sistematicamente a realização de avaliações de desempenho entre os próprios trabalhadores, através das quais os empregados se avaliam entre si e os “melhores” são “condecorados” com promoções (deltas). Isto nada mais é do que a transposição da disputa e da concorrência entre os próprios empregados, numa lógica em que os mais “produtivos” são “premiados” e, em contrapartida, se opera uma verdadeira divisão na categoria que só joga contra nossa luta coletiva. Precisamos lutar contra isto e garantir uma carreira digna para os empregados da Caixa.

Resoluções:

- 1 Fim das atuais avaliações de desempenho que criam uma atmosfera de competitividade entre os próprios trabalhadores! Distribuição linear dos deltas/promoções para todos os empregados;
- 2 Um verdadeiro banco social combate a ingerência política. Pelo fim das fases de entrevistas nos Processos Seletivos Internos (PSI) e a implantação de avaliação apenas com provas objetivas. Queremos transparência nos processos de seleção;

3 Fim da pressão por venda “casada” que obriga os clientes a adquirir fidelização (capitalização, seguro, etc.)! Bancário não é vendedor;

14 - TERCEIRIZAÇÃO

Com a aprovação da lei da terceirização, a tendência é de aumento do processo dentro dos bancos públicos e, em particular, na Caixa. Os correspondentes bancários e as terceirizações também são da lógica de redução de custo. Neste contexto, cada vez mais se autoriza agentes externos a realizar atividades bancárias, expandindo mercado e terceirizando o trabalho dito “operacional” com custo mais baixo – uma vez que o trabalho a ser realizado nesses correspondentes é extremamente precarizado. Esta política, além de descaracterizar a atividade do bancário, aprofunda as relações de exploração, pois abre precedentes gravíssimos e especializa os

funcionários dos bancos em vendedores, em máquinas de bater metas de seguros, consórcios, capitalizações, etc. Assim, esse processo de precarização das relações de trabalho na atividade bancária deu um salto com o advento desses correspondentes, que representa uma evolução superior na política de terceirização dos serviços. O crescimento do número de correspondentes bancários não está absorvendo parte do trabalho, a ponto de liberar os bancários dos serviços nas agências. Pelo contrário, a expansão no mercado proporcionada pelos serviços dos correspondentes, combinado com a redução do número de funcionários nos bancos tem gerado um aumento violento do ritmo de trabalho e adoecimento, além da prática do assédio moral em razão das metas.

Absurdamente, são os bancos públicos os que mais disseminaram os correspondentes bancários e mantêm contratos com empresas terceirizadas que burlam os direitos e dão calotes sistemáticos nos vigilantes, telefonistas, pessoal de limpeza. O Banco do Brasil e a Caixa, segundo o Banco Central, operam 94% dos correspondentes. Calcula-se que hoje haja mais de 150 mil (papelerias, supermercados, farmácia, açougues, vendas, lotéricas, cartórios, Correios, concessionárias de veículos) recebendo contas, oferecendo cartões de créditos, pagando benefícios sociais, abrindo contas e oferecendo crédito, fazendo circular 394 bilhões nessa rede. Além disto, em várias agências da Caixa e do Banco do Brasil há agentes de crédito, pessoas de empresas terceirizadas que tem acesso aos sistemas internos, vendendo, fazendo operações de crédito consignado e avançando, inclusive, para a realização de concessões de habitação. Esta é uma política que tem um objetivo muito claro: cada vez avançar no projeto de substituir trabalhadores com direitos conquistados por vínculos empregatícios precarizados, desonerando o trabalhador bancário das atividades ditas “operacionais” e, desse modo, transformá-lo num vendedor de “produtos”. Isto abre precedentes gravíssimos, uma vez que o trabalho a ser realizado nesses correspondentes é ultra precarizado e, por seu turno, pressiona os bancários a cada vez mais receberem menores salários e menos direitos.

Resoluções:

1 Fim da lei das terceirizações e dos correspondentes bancários e das atividades bancárias em lotéricas! Universalização dos serviços bancários com abertura de novas unidades, contratação de 30 mil novos empregados

e funcionamento das agências em dois expedientes, com respeito à jornada legal de 6 horas;

2 Fim das terceirizações! Extensão dos salários e de todos os direitos dos empregados aos trabalhadores terceirizados, inclusive o de associação junto aos sindicatos da categoria! Concurso público com mecanismo de inclusão/pontuação extra para os trabalhadores precarizados (prestação de serviços, terceirizados, etc.) que já trabalham atualmente nos bancos;

3 Luta pela anulação do PLC 30 que permite a terceirização sem limites.

15 - CONTRATAÇÃO

A sobrecarga de trabalho nas unidades da Caixa é muito grande. Para dar conta do recado, a empresa obriga os funcionários a extrapolar ordinariedade a jornada de trabalho, inclusive com prática de assédio moral para forçar a produtividade e o atingimento das metas. A falta de pessoal é tanta que sequer a pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados, (direito de todos os que trabalham com digitação) é respeitada.

O banco descumpriu a cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho 2014 que exigia a contratação de mais dois mil funcionários e em 2015 sequer fez constar uma cláusula sobre contratações no atual ACT. Soma-se à falta de contratações e a rotatividade de empregados, o lançamento de diversos planos de incentivo à aposentadoria que geraram inúmeros desligamentos.

No início de 2016, como parte do ajuste fiscal, o Governo Dilma anunciou a redefinição do quadro de pessoal da Caixa e de todas as empresas estatais, reduzindo drasticamente a quantidade de pessoal e tentando impor o fim dos concursos públicos. Agora, Temer se embasa neste lei para completar o desmonte.

A postura de negligência e submissão à lógica privatista na Caixa é tamanha em relação a essa questão, que até agora não há uma única sinalização de reverter esse problema. Precisamos de um novo concurso público e a cobrança por retorno das contratações.

Resoluções:

1 Pela contratação de funcionários;

2 Fim das terceirizações! Extensão dos salários e de todos os direitos dos empregados aos trabalhadores terceirizados, inclusive o de associação junto aos sindicatos da categoria! Concurso público com mecanismo de inclusão/pontuação extra para os trabalhadores precarizados (prestação de serviços, terceirizados, etc.) que já trabalham atualmente nos bancos.

16 - GDP

A GDP (Gestão do Desempenho de Pessoas) foi implementada em 2014 com a participação das chefias de unidade e está sendo ampliada, até alcançar todos os empregados. Trata-se de uma estratégia de assédio pelo cumprimento de metas importado dos modelos de gestão dos bancos privados que já são há muito tempo questionados pela Justiça e o Ministério Público do Trabalho. Os empregados são obrigados a estabelecer objetivos, prazos e como cumprirão as metas através de um acordo individual com o gestor

1 imediato. Desta forma a Caixa passa a mensurar o desem-
2 penho individual e ranquear seus funcionários, exercendo
3 pressão para os descomissionamentos.

5 **Resoluções:**

- 6 1 Fim da GDP
- 7 2 Fim das atuais avaliações de desempenho que criam uma
8 atmosfera de competitividade entre os próprios traba-
9 lhadores! Distribuição linear dos deltas/promoções para
10 todos os empregados;
- 11 3 Fim das metas e do assédio moral/sexual que estão ado-
12 ecendo os bancários!
- 13 4 Punição aos assediadores!

15 **17 - REESTRUTURAÇÃO**

16 Após negar várias vezes que estava preparando um pro-
17 cesso de reestruturação na empresa, a Caixa anunciou em
18 março o maior processo de desmonte do banco desde 1998
19 na época do governo FHC. Sem nenhuma discussão com os
20 empregados e apenas abordando linhas gerais, desde então
21 a direção da empresa tem gerado insegurança na vida fun-
22 cional de empregados de diversas áreas.

23 Segundo o banco, o objetivo da reestruturação é adequar
24 o banco às mudanças no cenário econômico do país e torná-
25 -lo mais forte. Contudo, está explícito a preparação para o
26 processo de desmonte e privatização.

27 Alguns setores terão os processos centralizados, auto-
28 matizados, e vários cargos serão migrados para e centrali-
29 zadoras, realocando parte significativa do funcionalismo. A
30 primeira fase atingiu áreas como a GIPES, GIREC, GIRET,
31 entre outras. No enfrentamento deste processo a FENAE e
32 a Contraf-CUT realizaram dias de luta com mobilização,
33 retardamentos e paralisações parciais nos locais de trabalho,
34 mas se negou a realizar assembleias para discutir estas ati-
35 vidades e se opôs a um dia de greve nacional e um encontro
36 de base para organizar a luta contra a reestruturação.

37 O MNOB mantém a defesa da Caixa 100% pública.
38 Preservar o banco não exige o desmantelamento de sua es-
39 trutura organizativa, mas o fortalecimento da Gestão de
40 Pessoas, a ampliação do número de empregados e o cum-
41 primento do papel social do banco. Diante de mais esse
42 ataque aos nossos direitos, convocamos todos os empregados
43 da Caixa para unificar a luta contra a reestruturação.
44 É momento de organizar todas as bases estaduais, todos os
45 bancários e bancárias atingidos para barrar esse nefasto
46 processo de reestruturação.

49 **FUNDOS DE PENSÃO** 50 **VIVEM SITUAÇÃO DE DÉFICIT**

51 Os Fundos (grande maioria) estão vivendo uma situação
52 difícil, causada pela crise econômica. A mesma que afeta
53 bancos, empresas e todos os demais setores da economia,
54 não poderia deixar de afetar os Fundos de Pensão.

55 Neste sentido, há certa “normalidade” na existência de
56 déficits, pois é difícil manter os ganhos necessários para
57 o cálculo atuarial, ou seja, para os compromissos futuros.
58 Como todos os compromissos com o pagamento dos bene-
59 ficiários são obrigações futuras, é possível seguir pagando
60 benefícios aos participantes e aguardar uma situação de
61 melhora na economia que permita a recuperação do déficit.
62

63 Isso ocorre com o Banesprev, que após o fim do patrocí-
64 nador (Banespa) que foi comprado pelo Santander, entrou
65 em déficit e o novo banco não quis assumir. Essa situação
66 se arrasta há alguns anos, mas as obrigações do Banesprev
67 seguem sendo pagas e nenhum beneficiário está sem receber.

68 Outra situação é quando há um déficit causado por
69 elementos estruturais, situação de investimentos errados,
70 malversação, roubo, corrupção, etc. Neste caso pode ocorrer
71 um déficit que chegue a ameaçar o futuro do Fundo.

72 É o caso do Postalís, que além de sofrer com a crise econô-
73 mica, foi alvo de desvios, investimentos duvidosos e até cor-
74 rrupção, como no caso dos títulos falsos do FCVS. O Postalís
75 tem hoje um déficit que é maior que seu patrimônio e está
76 com seu futuro totalmente comprometido.

77 Na Funcef a maioria dos Planos está em déficit, o volume
78 total calculado é de 18 Bilhões, quase a metade do patri-
79 mônio do Fundo. Neste sentido é muito grave a situação e
80 exige cuidados para sanar o problema não comprometendo
81 o futuro da Fundação.

83 **ORIGENS DOS DÉFICITS NA FUNCEF**

84 O crescimento da Funcef, no inícios dos anos 2000 foi
85 surpreendente. A prosperidade reinou e seu patrimônio
86 quase que dobrou em pouco mais de uma década.

87 Porém, o governo do PT e a administração da Caixa
88 resolveram mexer no que estava dando certo e criaram o
89 Novo Plano. Ao invés de colocar todos no Reg/Replan para
90 ter todo mundo num Plano só, resolveram criar outro Plano
91 e depois forçaram a migração para esse Plano.

92 Há que lembrar que as direções do movimento sindi-
93 cal apoiaram a criação desse Novo Plano e defenderam a
94 migração para ele.

95 Com a criação desse Novo Plano, a dívida da Caixa com a
96 Funcef foi perdoada, e ainda o superávit que havia no Fundo
97 foi utilizado para estruturação do Novo Plano e Saldamento
98 do Reg/Replan. Portanto, os recursos da dívida da Caixa
99 e do superávit, que seriam um incremento importante no
100 Fundo, desapareceram em uma manobra contábil, admi-
101 nistrativa e política.

102 A crise econômica também afeta os investimentos da
103 Funcef. Aplicações que, mesmo tendo um ganho financeiro,
104 não atingem o retorno necessário para satisfazer o cálculo
105 atuarial.

106 Outro fator importante diz respeito aos passivos traba-
107 listhas, gerados pela Caixa desde o governo FHC e do PT,
108 ou seja, quase 20 anos de irregularidade no recolhimento da
109 contribuição. Trata-se do CTVA, que representa uma verba
110 salarial que a Caixa recolhe para o FGTS, para o INSS, mas
111 não para a Funcef.

112 Mas, agora está vindo à tona outras questão envolvendo
113 a integridade da administração do Fundo. Denúncias muito
114 graves têm aparecido no MP, na Câmara dos Deputados,
115 onde já foi feita uma CPI e agora na Polícia Federal.

116 Sobre isso, temos que ter muita cautela, pois não se pode
117 fazer acusações levianas ao sabor da imprensa ou de dis-
118 putas políticas. Porém, o movimento tem que exigir uma
119 apuração séria, cobrando dos representantes eleitos pelos
120 empregados uma explicação exata de tudo o que está apa-
121 recendo na imprensa.

122 Os valores envolvidos nas denúncias são muito expres-
123 sivos e colaboram sobremaneira para a formação do déficit.
124

1 A SOLUÇÃO PARA O DÉFICIT DA FUNCEF

2 Se a economia melhorar é certo que a recuperação dos
3 ganhos da Funcef poderão equacionar o problema do déficit.
4 Mas, por hora, a solução apontada pela Caixa é o aumento
5 na contribuição da patrocinadora e dos participantes.

6 Nós discordamos frontalmente disso! Primeiro porque
7 a patrocinadora tem o voto de minerva na diretoria para
8 decidir sobre os investimentos e, portanto, tem a responsa-
9 bilidade das aplicações.

10 Segundo que sendo a maioria do Reg/Replan, temos um
11 estatuto que previa que em eventuais déficits a Caixa seria a
12 responsável por sanar esse problema. É verdade que depois
13 de 2000, uma Lei foi criada colocando a responsabilidade
14 compartilhada entre patrocinador e beneficiário, mas todos
15 os participantes do Reg/Replan são de antes da Lei e nenhuma
16 Lei pode ser retroagida!

17 A terceira questão é cobrar da Caixa o recolhimento dos
18 valores referentes à contribuição do CTVA, não recolhido
19 pela Caixa em quase 20 anos e que hoje estão sendo ganhos
20 na justiça pelos aposentados, contra a Funcef. Aliás, a Funcef
21 tem que cobrar judicialmente da Caixa esses valores, esse
22 é um papel fundamentalmente dos representantes eleitos dos
23 empregados.

24 Por fim, há que examinar as aplicações dos recursos da
25 Funcef, particularmente os investimentos que estão sendo
26 apontados como fruto de desvios e corrupção, e buscar cor-
27 rigir com os devidos cuidados, a partir de uma orientação
28 profissional de mercado.

29 Esse cuidado tem que ter, pois sempre tem aproveitadores
30 que diante da crise buscam ganhar em cima do desespero
31 que se abate na organização. Um exemplo foi toda a discus-
32 são sobre a venda das ações da Vale do Rio Doce, e da JBS
33 no final do ano passado, quando estas ainda estavam em
34 baixa e começando a subir.

35 Todos sabem que quando uma ação está em baixa não
36 se deve vender e sim comprar. Como dissemos acima, se as
37 obrigações do Fundo são de longo prazo, não há nenhuma
38 necessidade de vender essas ações no momento em que estão
39 desvalorizadas. Pode-se esperar uma nova alta das ações
40 para, aí sim, vendê-las.

41 - **Que a Caixa faça aporte para sanar o Déficit da**
42 **Funcef! Nenhum aumento nas contribuições para**
43 **os empregados!**

44 - **Apuração rigorosa das denúncias e punição aos**
45 **responsáveis!**

51 SOBRE A ÉTICA NA GESTÃO DO FUNDO

52 Os Fundos são presas fáceis da ganância. Com muito
53 dinheiro e obrigações de longo prazo sempre há condições de
54 fazer negócios duvidosos ou escusos, que tragam benefícios
55 pessoais aos administradores, em detrimento da massa de
56 participantes.

57 Hoje a polícia federal faz investigações sobre corrupção e
58 desvios, objetivamente ainda não podemos acusar ninguém,
59 pois não há provas conclusivas. Mas é preciso enxergar coisas
60 muito óbvias de flagrantes que, ainda que não cheguem a
61 ser ilegais, são imorais e abrem brechas para a ação ilegal.

62 Vamos citar dois exemplos para demonstrar isso.

63 O presidente da Funcef é sempre indicado pela Caixa.
64 A ele cabe o voto de minerva, ou seja, toda vez que tem um
65 impasse na diretoria cabe a ele o voto para decidir o impasse.
66 A diretoria da Funcef tem metade indicada pela Caixa e
67 metade eleita pelos empregados.

68 Houve um ex-dirigente da Fenae, Carlos Caser, que foi
69 eleito pelos empregados para ser diretor representante na
70 Funcef. Algum tempo depois ele foi indicado pela Caixa
71 para ser presidente da Funcef! Ou seja, um representante
72 dos empregados numa gestão é representante do patrão na
73 gestão seguinte.

74 A Funcef faz investimentos em vários negócios, dentre
75 os quais compra ações de empresas. Assim a Funcef passa
76 a ter um representante no Conselho das empresas que ad-
77 quiriu ações.

78 Pois bem, Carlos Caser, presidente da Funcef, indicado
79 pela Caixa e com o poder de voto de minerva, assume o cargo
80 no Conselho de uma empresa na qual a Funcef adquiriu
81 ações. Por acaso, a empresa em questão era a JBS/Friboi.

82 O diretor eleito dos empregados da Caixa, José Carlos
83 Alonso, tornou-se Conselheiro na ALL – América Latina
84 Logística, um negócio que gerou muitos prejuízos para a
85 Funcef. Mas, para além disso, segundo o que aparece no
86 inquérito da polícia federal, ele era sócio de uma outra em-
87 presa, a Engevix.

88 Ocorre que a Engevix recebeu 260 milhões em investi-
89 mentos da Funcef. Sendo que o MP tem uma ação questio-
90 nando o Alonso de ter liberado um investimento para uma
91 empresa do grupo, a Desenvix, no valor de 80 milhões, “sem
92 nenhuma exigência ou ressalva para que fossem atendidas as
93 exigências da área jurídica ou mitigados os riscos apontados
94 pelos setores competentes da FUNCEF, violando, dessa for-
95 ma, seu dever de diligência como diretor.” (extrato da ação
96 do Ministério Público)

97 Desta forma fica claro que a gestão da Funcef corre ris-
98 cos muito grandes se não houver um controle rigoroso da
99 base, ou seja, dos participantes. A ética não é uma questão
100 de foro íntimo, é algo que tem que ser cobrado e exercido
101 pela sociedade.

102 Neste caso, para haver ética na Funcef é preciso haver
103 ampla transparência e ingerência dos participantes nas de-
104 cisões da Funcef.

105 REPRESENTANTES ELEITOS 106 DEVEM SER BEM VIGIADOS

107 Ao se eleger um representante para a diretoria da Funcef,
108 o empregado eleito passa a viver outra realidade. Não é mais
109 um empregado Caixa, mas um executivo. Têm reuniões de
110 negócios, viagens, hotéis, almoços e jantares, etc. e, sobre-
111 tudo, tem um salário de executivo, algumas dezenas de
112 milhares de reais.

113 Com recursos bilionários para fazer negócios, obviamen-
114 te há propostas do mercado com muitos “incentivos”
115 oferecidos à diretoria. Todos sabem que o mercado é assim.

116 O representante eleito pode, além de tudo, fazer parte do
117 Conselho de Administração de uma empresa que a Funcef
118 venha a investir. Logo ele terá também um ganho mensal
119 por ser membro deste Conselho e ainda receberá um pró-
120 labore pela participação nos lucros, o que deve gerar um
121 rendimento anual milionário.

1 Como evitar então, que esse empregado, vivendo toda
2 essa pressão possa seguir representando os reais interesses
3 da categoria que o elegeu? Como fiscalizar esse pessoal?

4 Em primeiro deve haver sempre alternância na eleição.
5 Nunca votar no mesmo grupo sempre. Se numa eleição vo-
6 tou no grupo atual, na eleição seguinte deve-se votar num
7 grupo diferente.

8 Em segundo lugar deve haver um fórum de base, onde os
9 representantes eleitos apresentem os problemas identificados
10 na gestão da Funcef. Situações em que há um investimento
11 de risco ou duvidoso devem ser debatidas nesse fórum de
12 base.

13 Se os empregados estiverem cientes dessas situações po-
14 dem cobrar seus representantes, faz denúncias nos órgão
15 governamentais, e até entrar com ação judicial para impe-
16 dir qualquer desmando na Funcef. Além disso, nunca mais
17 elegerão esses representantes que ousem aprovar questões
18 contrárias aos interesses dos participantes.

19 Hoje em dia temos dois tipos de fóruns: um que são os
20 fóruns de dirigentes sindicais, que tem pouca ou nenhuma
21 representação da base, apenas de militantes organizados;
22 outro que foi criado recentemente, que se denomina Fórum
23 Independente de Defesa dos Fundos de Pensão – Fidef, onde
24 os membros da administração dos Fundos de Pensão fazem
25 parte.

26 Nenhum desses dois fóruns atende a necessidade para a
27 transparência e fiscalização rigorosa dos participantes, da
28 administração da Funcef.

29 Portanto, defendemos a criação desse fórum, promovi-
30 da pelo movimento dos empregados e pelos representantes
31 eleitos na Funcef.

32 - Nenhuma liberdade para a cúpula da Funcef! O Fundo
33 é nosso e nós é que temos que decidir sobre ele!

34
35
36
37
38
**Movimento Nacional de
Oposição Bancária / CSP-Conlutas**

RESOLUÇÕES DO 32º CONECEF - 2016

GRUPO 1

Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho, GDP e Saúde Caixa

I - Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho

1. Criação de unidades específicas para Saúde do Trabalhador, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com as respectivas atribuições e dimensões, no mínimo uma por estado, sem terceirização de atividades e garantida de qualificação aos empregados, com a criação de representações em todas as SR e polos regionais.
2. Combate ao assédio moral e a todas as formas de violência organizacional com o aperfeiçoamento dos procedimentos, dando maior efetividade à cláusula de "Prevenção de Conflitos" da Convenção Coletiva de Trabalho e adoção de punições normativas previstas nos manuais disciplinares contra os empregados que comprovadamente pratiquem qualquer forma de violência moral contra colegas, subordinados e demais pessoas, sem, contudo, negligenciar os aspectos organizacionais envolvidos e, concluídas todas as etapas da apuração, denúncia às autoridades competentes.
3. Criação de protocolo de combate ao assédio sexual, considerando a necessidade de preservar a intimidade e a integridade moral e psíquica da vítima.
4. Realização obrigatória pela Caixa, caso solicitado pelo empregado, de avaliação e acompanhamento psicológico por profissional por ele escolhido, em caso de transferências, para identificar eventuais casos de assédio moral e a outras formas de pressão.
5. Criação de política de Saúde Mental, com realização de oficina nacional sobre o tema, custeada pela Caixa, com participação de representantes de todas as áreas de Saúde do trabalhador do país e igual número de dirigentes e militantes sindicais em Saúde do trabalhador, como primeiro passo na construção dessa política.
6. Realização de pesquisa para mapeamento do perfil do bancário da Caixa e para avaliar a relação sobrecarga de trabalho e metas/adocimento, incluindo informações estatísticas sobre faixa de idade, tempo de empresa, função de confiança, acometimento de doenças do trabalho (acompanhamento psicoterápico para problemas como dependência química, como alcoolismo, tabagismo, doenças osteomusculares etc), com disponibilização dos resultados às entidades representativas dos empregados, e garantia da participação de representação dos empregados na sua elaboração e acompanhamento.
7. Reformulação dos postos de trabalho, com base em critérios ergonômicos adequados, com a criação de programa de orientação de uso, bem como adoção de equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI), quando for o caso.
8. Medição e adequação obrigatória dos índices de ruídos, luminosidade e temperatura nos ambientes de trabalho, pelo menos a cada seis meses.
9. Pagamento de adicional de periculosidade aos empregados que trabalhem em locais considerados áreas de risco de assaltos e sequestros.
10. Realização de laudo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre insalubridade em todas as unidades que tenham tesouraria ou penhor, com garantia de acompanhamento pelas representações sindicais e associativas.
11. Adoção da remuneração-base do empregado para fins de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade.
12. Reconhecimento, por parte da Caixa, do avaliador de penhor, tesoureiro, caixa e atendimento expresso como atividades insalubres.
13. Adoção nos postos de trabalho de penhor de luminária com lâmpada especial; balança específica; escala de cores do padrão in-

ternacional para diamantes; pia com lavatório e água corrente, lava-olhos acionado por pedal; luvas nitrílicas; soluções ácidas adequadas à precificação de diversos teores de ligas metálicas de ouro, platina e prata, em frascos com pinceletes, bem com a não adoção do espectrômetro de massa e troca dos exaustores da bancada de penhor adotados, os quais são inadequados às necessidades da atividade.

14. Obrigatoriedade de constar no PPRA/mapa de risco, PCMSO, ASO, PPP e LTCAT dos avaliadores de penhor os riscos químicos referentes às substâncias utilizadas no processo de avaliação, conforme consta no normativo CO 186, bem como os riscos ergonômicos.
15. Obrigatoriedade de ciência do empregado no questionário preenchido pelo médico no PCMSO.
16. Retorno do questionário do PCMSO preenchido pelo empregado, incluindo questões relativas ao ambiente de trabalho.
17. Realização dos exames solicitados no PCMSO em laboratório conveniado, a livre escolha do empregado, obedecidos os prazos do programa.
18. Realização do PCMSO e PRO no município de moradia do empregado.
19. Realização dos exames periódicos com o mesmo rigor dos exames admissionais.
20. Contratação de quantidade de médicos compatível com o número de empregados de cada região, possibilitando aos empregados escolha do profissional para realização do PCMSO.
21. Disponibilização dos dados estatísticos do PCMSO, PPRA, PRO e outros programas de Saúde do Trabalhador, bem como do cronograma do PCMSO e do PPRA aos sindicatos, entidades representativas dos empregados, cipeiros e delegados sindicais no âmbito dos seus respectivos locais de trabalho e de relatórios mensais dos acidentes de trabalho, onde constem os respectivos períodos de afastamento.
22. Abertura obrigatória de CAT, no prazo de 24 horas, para todos os trabalhadores lotados na unidade, nas ocorrências de assalto, inclusive para terceirizados e aprendizes.
23. Aumento do quadro de lotação (composição) do SESMT, compatibilizando-o com o número de empregados em cada região, garantindo no mínimo um SESMT por SR.
24. Autonomia quanto às atribuições e responsabilidades legais típicas da profissão de médico, como determina a Convenção 161 da OIT, da qual o Brasil é signatário; em especial quanto à notificação de acidentes de trabalho (emissão de CAT), coordenação dos SESMT e supervisão do PRO.
25. Normatização das atribuições exclusivamente afins à profissão de médico tais como: construção e execução de projetos e ações preventivas em Saúde do Trabalhador, coordenação nacional do PCMSO, coordenação regional do PCMSO, supervisão do PRO, consultoria do Saúde Caixa / Matriz, consultoria do Saúde Caixa/Filiais, coordenação do SESMT, entre outras.
26. Desvinculação dos SESMT das GIPES e vinculação direta à área de Saúde do Trabalhador na Matriz com a criação com a criação de coordenação nacional dos SESMT, exercida por médico.
27. Adoção de estrutura física e de pessoal exclusiva para os SESMT.
28. Pagamento de adicional para cada estado atendido, quando o desenvolvimento das atividades do médico se der em regiões que abranjam mais de um estado.
29. Criação de programa de reciclagem e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais médicos.
30. Liberação dos médicos para participação em todos os congressos de Medicina do Trabalho e pelo menos um de Clínica Médica ao ano, com as despesas custeadas pela Caixa.
31. Permissão para os médicos trabalharem com atendimento aos empregados, garantindo-se a privacidade no local de trabalho, com destinação de sala exclusiva, tendo em vista o sigilo médico;

32. Acesso irrestrito à internet aos médicos.
33. Atendimento prioritário das áreas de logística às **situações detectadas pelo PPRA e as emergenciais, independentemente de dotação orçamentária.**
34. Custeio integral pela Caixa do tratamento das doenças do trabalho, inclusive para os empregados aposentados por invalidez por acidente de trabalho, incluindo terapias alternativas, medicamentos, tratamentos psicológicos e psiquiátricos em situações de assédio moral e outros tipos de violência organizacional, e traumas pós-assalto/sequestro, extensivo aos dependentes, incluindo deslocamento com acompanhante quando o tratamento tiver de ser realizado em outro município.
35. Extensão da pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados para todos os bancários da Caixa que atendem público ou trabalham com entrada de dados ou movimentos repetitivos.
36. Criação de mecanismo de controle automatizado no sistema para a pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados, com garantia de espaços nas unidades de trabalho para relaxamento e descanso durante as pausas.
37. Organização da SIPAT pelo Sindicato e pela CIPA, com infraestrutura garantida pela Caixa e participação das entidades sindicais e representativas na formatação e execução do curso de Cipa.
38. Eleição da presidência da CIPA pelos cipeiros titulares e suplentes.
39. Não interferência da Caixa na forma e conteúdo de mensagens eletrônicas das CIPA aos empregados.
40. Revisão do MN RH 022 em mesa de negociação, garantindo-se a manutenção da titularidade e complementação salarial referente à função e CTVA para afastados por motivo de saúde, enquanto perdurar o afastamento, seja por LAT ou LTS, bem como dos empregados que estiverem participando do PRO e incorporação integral da gratificação de função e CTVA aos salários para empregados que forem obrigados a abandonar a função em razão de problemas de saúde.
41. Extensão da licença-aleitamento para mães com crianças de até um ano.
42. Criação de creches em locais de trabalho com mais de 300 empregados, inclusive terceirizados, com o pagamento integral das despesas com creche para os empregados não atendidos por estas.
43. Acesso automático ao programa Saúde da Mulher e do Homem a partir dos 35 anos e cumprimento da nota técnica do ministério da saúde quanto à saúde da mulher negra.
44. Custeio integral da vacina contra a gripe para os empregados, sem limite de datas.
45. Revisão do MN RH 009 - licença para acompanhamento de pessoa da família por motivo de doença, negociada com os representantes dos empregados, eliminando-se exigência de utilização prévia das APIP, licença-prêmio ou férias; com aumento do prazo para até 180 dias, sem reflexos na remuneração-base e na vida funcional do empregado.
46. Concessão de abono de ausência em caso de atendimento médico, onde não haja rede credenciada, e pagamento das despesas de deslocamento e hospedagem.
47. Adaptação da estrutura das unidades e suporte operacional adequado a acessibilidade física e de comunicação ao empregado com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo os sistemas corporativos, aplicativos, equipamentos, treinamento de pessoal, disponibilização de intérpretes, escrita em braile, software de voz, curso de libras e serviços de terceiros aos empregados.
48. Abono de ausência para acompanhamento ao médico, e outras situações indicadas, de filho com deficiência, sem limite de idade.
49. Redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para empregados com filhos com deficiência que exijam tratamentos especializados.
50. Manutenção automática do PAI, após os 7 anos de idade, para o dependente com deficiência inscrito no Saúde Caixa, sem necessidade de requerimento pessoal, apresentação de laudos e solicitação de inclusão à área competente.

51. Reconhecimento da dependência química de álcool e outras drogas como doença, propiciando atendimento ao empregado, equipe de trabalho e grupo familiar por equipe multidisciplinar formada por médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, considerando-as como atenuantes nos processos administrativos.
52. Implantação de política para fins de controle de doenças contagiosas.
53. Caracterização como de efetivo exercício o período entre o fim da licença até a data do resultado da perícia, com a manutenção da remuneração integral, nos casos de pedidos de Prorrogação e de Reconsideração junto ao INSS, mesmo que venham a ser negados.

Ação sindical:

54. Combate à subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho, orientando as entidades sindicais a estabelecerem parceria com os Cerest, e a notificarem extrajudicialmente a Caixa toda vez que ela se recusar a emitir CAT, com vistas a ingressar com denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

II - GDP

55. Fim do GDP, com a revogação de todos os efeitos das ondas anteriores e fim da imposição das metas, com adoção dos parâmetros definidos no item 71 da minuta Categoria Bancária.

Ações sindicais:

56. Realização de seminário sobre GDP enfatizando o quanto as metas individuais são prejudiciais aos bancários.
57. Retomada da campanha da Contraf/Fenae de combate à GDP, com a promoção de seminário temático e debates com a base sobre seu caráter de instrumento de pressão, com efeitos na Saúde Mental.

III - Saúde Caixa

58. Criação de unidades específicas para Saúde Caixa, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com as respectivas atribuições e dimensões, no mínimo uma por estado, sem terceirização de atividades e garantida a qualificação aos empregados, com a criação de representações dessa nova área em todas as SRs e polos regionais.
59. Utilização do superávit anual com o devido aporte da parte da Caixa (70%), para melhorias no plano, com base em parecer de assessoria técnica contratada.
60. Segregação operacional contábil e financeira dos recursos do Saúde Caixa, com a criação de um fundo que os remunere, com auditoria externa, por empresa avalizada pelos conselheiros de usuários eleitos e pela CEE/Caixa.
61. Implantação do plano Saúde Família para inclusão de dependentes não admitidos nas atuais regras do Saúde Caixa.
62. Criação de canal de comunicação do Conselho de Usuários.
63. Alteração da frequência das reuniões do Conselho de Usuários do Saúde Caixa, e dos comitês de acompanhamento da rede credenciada tornando-as mensais.
64. Transformação do caráter do Conselho de Usuários de consultivo para deliberativo dentro do escopo de atribuições definidas no Regimento Interno.
65. Fortalecimento dos comitês de acompanhamento de rede credenciada, incluindo custeio pela Caixa de despesas com viagens, dentro das regras do destacamento.
66. Anistia das dívidas do antigo Programa de Assistência Médica Supletiva (Pams), dos usuários que migrarem para o Saúde Caixa.
67. Reformulação do portal Saúde Caixa (internet e intranet), negociada com a representação dos empregados, incluindo novas funções tais como forma de pesquisa de credenciados pelo nome do profissional e por empresa, com discriminação dos profissionais e procedimentos incluídos no convênio; processo

de inscrição e renovação de dependentes e titulares; emissão de carteiras e acompanhamento de processos.

68. Retirada do mecanismo invasivo que dá acesso aos dados pessoais do telefone celular do(a) empregado(a) que baixar o aplicativo Saúde Caixa.

69. Garantia do Saúde Caixa para todos que se desligam da Caixa por motivo de aposentadoria ou já estando aposentados pela previdência oficial, bem como para os que se desligaram pelos PADV e se aposentaram em um prazo de até 5 anos, desde que permaneçam vinculados à Funcef.

70. Reembolso com base nos valores efetivamente pagos em casos de cirurgias eletivas e de urgência, quando realizadas por médicos que pratiquem preços definidos por cooperativas regionais.

71. Inclusão de novas coberturas mediante estudo de viabilidade financeira:

a) Parto humanizado e/ou domiciliar.

b) Medicamentos de uso contínuo não fornecidos pelo SUS, tratamento odontológico e ortodôntico, fraldas, entre outros, bem como de auxílio-locomotoção para tratamento fora do domicílio, para dependente com deficiência.

c) Enfermeiro domiciliar, homecare ou cuidadores, sem exigência de análise econômico-financeira ou parecer social, com acompanhamento constante por profissionais de saúde e de assistência social.

d) Teste rápido para diagnóstico da dengue, chikungunya e zica vírus.

e) Vacina contra o HPV para usuárias não atendidas pelo SUS.

f) Vacina contra a gripe para os dependentes, sem limite de datas.

g) Clínica de longa permanência independentemente de idade.

72. Agilização nos processos de autorização de tratamentos de saúde e odontológicos.

Ação sindical:

73. Luta pelo direito de indicação de um representante dos empregados na Unidas.

GRUPO 2

Funcef, Prevhab e Aposentados

IV - Funcef

74. Reconhecimento, por parte da Caixa, do CTVA como verba salarial para fins de aporte à Funcef, aos que permaneceram no REG/REPLAN não saldado, bem como os saldados.

75. Fim do voto de Minerva em todas as instâncias da Funcef.

76. Divulgação pelos representantes eleitos e pela Funcef da utilização do voto de Minerva, enquanto este não for extinto.

77. Criação e instalação de Grupo de Trabalho para solução da situação das aposentadas pré-79.

78. Criação de campanha informativa junto aos participantes do REB, esclarecendo as vantagens da incorporação imediata ao Novo Plano.

79. Recomposição, pela Caixa, da parcela do superávit utilizada indevidamente no ano 2000 para integralização das reservas para pagamento das pensões, como forma de viabilizar a migração para o REB.

80. Aporte de recursos pela Caixa referente ao tempo passado dos empregados pré-78 que começaram a contribuir para a previdência antes dos 18 anos.

81. Ressarcimento pela Caixa dos valores relativos à retenção de IR sobre pecúlio, arcados pela Fundação, por ocasião das transações judiciais referentes à migração do REG/Replan para o REB 2.

82. Pagamento de pecúlio para pensionistas cujo participante do REB faleceu sem opção pelo Novo Plano, antes do saldamento, mediante levantamento elaborado pela Funcef.

83. Revisão dos valores saldados, tendo em vista que o saldamento, quando efetivado em 2006, tinha como premissa o crescimento vegetativo da folha da Caixa em 1,5% a.a., ao passo que

este crescimento, em média, tem sido superior a 2,4%, devendo a Caixa responsabilizar-se pelo aporte dos valores relativos ao aumento da reserva matemática correspondente a essa diferença.

84. Obrigatoriedade de que os indicados ou eleitos para cargos de direção na Funcef sejam empregados da Caixa ativos ou aposentados, participantes da Fundação, e que não tenham sido julgados e condenados em processo administrativo e/ou judicial referente a improbidade administrativa.

85. Manutenção da campanha permanente de filiação à Funcef em conjunto com Caixa, Funcef e entidades sindicais, priorizando os empregados mais antigos que ainda não são filiados.

86. Manutenção do Fundo para Revisão de Benefícios, art. 115 do regulamento do REG/Replan saldado, e art. 91 do Novo Plano, como instrumento permanente da política de aumentos reais para os benefícios.

87. Solução para os colegas que sofreram o “efeito gangorra”, que tiveram descontos em seus benefícios no mesmo montante dos reajustes concedidos pelo INSS durante o governo FHC.

88. Revisão dos critérios de cálculo do Benefício Saldado para os que se aposentaram entre outubro/2004 a setembro/2005, considerando o reajuste do ano-base 2004/2005 concedido aos empregados da ativa e aposentados do REG/Replan.

89. Ampliação do número de representações regionais.

90. Criação de página específica nos informativos da Fundação com dados sobre os representantes eleitos, como seus nomes, as empresas das quais participam no Conselho de Administração representando a Funcef, e os valores recebidos por essa participação; bem como dos balanços das empresas em que a Fundação é acionista.

91. Criação de espaço maior de divulgação das chapas, quando das eleições dos representantes dos empregados nas instâncias da Funcef, custeado pela Fundação, com delimitação de valores.

92. Aumento da segurança no sistema de votação, com relatórios parciais, trilha de auditoria, acesso dos representantes das chapas ao relatório de votação com rastreamento de hora, local e da origem do voto - ID ou URA - com publicação dos resultados somente após a checagem dos relatórios, e previsão de prazo para recurso após publicação dos resultados.

93. Encaminhamento das etiquetas para envio de correspondências, sem a matrícula, com bastante antecedência para todas as chapas.

94. Aumento do número de mensagens das chapas via Caixa-Mail.

95. Divulgação permanente de informações sobre a dívida da Caixa com a Funcef, sobre a situação das mulheres pré-79, e Que a Caixa faça reserva de valores que devem ser aportados.

96. Instituição de assembleias e consultas para os associados decidirem sobre as questões mais importantes de seus planos.

97. Inclusão de notas explicativas no balanço com linguagem acessível aos participantes.

98. Criação pelas entidades representativas em parceria com a Funcef e a Caixa de cursos de educação previdenciária com cartilhas e utilização da Universidade Caixa.

99. Retomada pela Funcef da apresentação dos balanços, obrigatoriamente nas capitais e se possível em outras cidades.

100. Assunção pela Caixa de prejuízo/déficit decorrentes de decisões adotadas por meio do voto de Minerva.

101. Quitação do contencioso da Caixa com a Funcef, relacionadas às ações que tenham origem em descumprimento de direitos trabalhistas, bem como ao aporte de recursos referentes ao serviço passado em condenações trabalhistas.

102. Disponibilização no portal da Funcef dos balanços das empresas nas quais possui participação acionária e de informações sobre os conselheiros indicados por ela nessas empresas incluindo nomes e respectivas remunerações relativas a esse trabalho.

103. Criação de grupo paritário para aperfeiçoamento dos critérios de seleção para ocupação de cargo de conselheiro nas empresas em que a Funcef mantém participação acionária.

104. Respeito à separação do REB 98 com o REB 2000.

105. Transparência em relação aos investimentos, com ampla divulgação dos valores a serem investidos e benefícios agrega-

dos, divulgando a metodologia de avaliação de ativos, quando não se dispõem de valor de mercado.

106. Reajuste aos aposentados no mesmo índice dos empregados da ativa.

107. Acompanhamento e fiscalização dos aportes a serem feitos pela patrocinadora Caixa durante o período de equacionamento.

Ações sindicais:

108. Luta pelo fim do Fator Previdenciário.

109. Apoio aos projetos de lei complementar 140/2007 de autoria do deputado federal Eudes Xavier, e 588/2010 e 161/2012, de autoria do deputado federal Ricardo Berzoini, que alteram disposições das LC 108 e 109.

110. Promoção de ações sindicais e políticas que viabilizem a implantação deste GT, para solucionar o problema das mulheres pré-79.

111. Orientações às entidades e participantes quanto à forma correta de ajuizamento de ações judiciais, colocando a Caixa como reclamada e não a Funcef.

112. Realização de campanha de mobilização e de participação em defesa da Funcef, liderada pela Fenae. Criação de fórum e de seminário para a discussão do equacionamento dos déficits dos planos de benefícios da Funcef.

113. Campanha de conscientização e mobilização contra Projeto Lei Complementar 268/2016.

114. Impetrar ação judicial para que sejam responsabilizados todos os diretores da Funcef, em decorrência dos déficits ocorridos nas últimas gestões, desde que comprovada má gestão.

V - Prevhav

115. Transferência imediata do ex-funcionário e pensionista do BNH que optar pela Prevhav ou pela Funcef.

Ação sindical:

116. Inclusão de painel sobre a Prevhav nos fóruns de organização dos trabalhadores, para debates, esclarecimentos e apresentação de sua gestão.

VI - Aposentados

117. Recomposição do poder de compra dos benefícios dos aposentados e pensionistas, garantindo prioritariamente a recuperação das perdas, com aporte de recursos feitos integralmente pela Caixa.

118. Pagamento de abonos (período 1994 a 2002) aos aposentados e seus pensionistas, com o custo arcado pela Caixa.

119. Criação de programa de renegociação de dívidas pela Caixa que permita a junção de valores devidos à Caixa e à Funcef, em até 120 meses com a menor taxa de juros praticadas pela Caixa.

120. Criação de GT para análise de processos judiciais propostos por empregados, aposentados e pensionistas, com objetos idênticos e reiteradas decisões jurídicas favoráveis aos autores, de modo a encerrar administrativamente tais demandas negociando cada caso.

121. Paridade das funções para os aposentados (corrigindo as distorções causadas pelos planos de cargos e salários e funções existentes).

122. Solução para os aposentados e pensionistas do PMPP.

GRUPO 3

Infraestrutura das Unidades, Segurança Bancária e Terceirização

VII - Infraestrutura das Unidades

123. Criação de áreas específicas de Gestão de Pessoas, com

estruturas técnica e administrativa compatíveis com suas atribuições, no mínimo uma por estado, eliminando-se a terceirização de atividades e garantida a qualificação dos empregados, com a criação de representações dessas novas áreas em todas as SRs.

124. Adoção de critérios específicos para funcionamento das agências barco:

a) Realização de ciclo de viagem somente com a LAP completa;

b) Pagamento de adicional noturno;

c) Pagamento de diárias tipo A;

d) Concessão de uma folga para cada dia embarcado;

e) Obrigatoriedade de a Caixa informar previamente ao sindicato sobre os ciclos da agência barco, contendo data, horários, participantes e destinos;

f) Treinamento quanto às regras de segurança e como proceder em caso de acidente na agência barco, além de só embarcar empregados que saibam nadar;

g) Pagamento de adicional de periculosidade.

125. Fortalecimento das estruturas das GILOG e demais áreas que dão suporte à rede com a criação de no mínimo uma por unidade da federação.

126. Criação de unidades de penhor em todos os municípios da Região Metropolitana.

127. Garantia de substituição de FG remunerada sempre que o titular for destacado.

128. Concessão aos Gerentes auxílio-telefone, nos moldes do que hoje recebe os GG.

129. Lotação de no mínimo um Técnico Social ou um Assistente de Projetos Sociais nas GIHAB e GIGOV, garantindo-se a substituição nos casos de afastamento.

130. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que está substituindo.

131. Atendimento das unidades em dois turnos, respeitando-se as 6 horas diárias de trabalho de cada bancário.

132. Garantia da substituição para todos os cargos, independente da causa ou período de afastamento, com a revogação da CE DEPE/SUSEC 055/2015 de 10/04/2015.

133. Garantia de participação dos empregados das unidades e seus representantes, nas mudanças de "layout" nas agências e nos estabelecimentos dos quantitativos necessários de empregados por unidade de maneira que sejam compatíveis com as demandas de serviço e que assegurem condições dignas de trabalho.

134. Alteração do RH 178 com a extinção do caixa minuto, avaliador minuto e tesoureiro minuto.

135. Controle e agilidade na manutenção dos equipamentos de trabalho, sem terceirização.

136. Revogação da orientação da CE 042/2015 GESFI/GELOG/GEOPE/GEOCE, sobre obras nas unidades e serviços de vigilância.

137. Garantia de acesso aos contratos com as empresas terceirizadas, acordos coletivos de trabalho, representação do sindicato com o seu endereço e CNPJ às entidades sindicais bancárias.

138. Fortalecimento e ampliação do Fórum Nacional de Condições de Trabalho, bem como dos regionais.

139. Cumprimento integral da resolução 2878 do Bacen, sendo vedada a imposição de metas de uso de canais alternativos, preservando a liberdade de escolha do cliente e a função social da Caixa.

140. Contratação de despachante, veículos e demais serviços de apoio, para agências, visando coibir desvios de função dos empregados da unidade.

141. Criação da função de supervisor de caixas para todas as agências.

142. Adoção de política de retenção de talentos.

143. Ressarcimento de todas as despesas inerentes ao exercício das funções gerenciais.

144. Respeito à classificação na fila do BIM (Banco de Intenções de Movimentações), priorizando a Lateralidade.

145. Inclusão do benefício de pagamento de aluguel para todos

os empregados que forem transferidos por PSI ou por interesse da empresa para localidades com distância superior a 50 km de seu domicílio de origem, com duração de 24 meses para adaptação do empregado.

146. Distribuição equânime das funções da área social.

147. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que esteja substituindo.

148. Aumento do quadro de profissionais do Trabalho Social na matriz (GEHEN e GEPAD) para atendimento adequado às dúvidas e solicitações das GIHABs e GIGOVs.

149. Permissão para realização de visitas técnicas dos Assistentes de Projeto Social e Técnico Social fora da jornada, quando for imperativo para o desempenho das atividades técnicas, mediante o pagamento de horas extras, disponibilização de veículo e comunicação ao sindicato.

150. Ampliação da quantidade de bolsas de graduação para a mesma quantidade das de pós-graduação (800 bolsas) e alterar o modelo de concessão do incentivo valorizando e priorizando os candidatos que não possuem nenhum tipo de função.

151. Criação de curso de concessão de crédito PJ/PF/habitacional de forma presencial e continuada.

152. Revisão do conceito de carteira ampla para o Gerente Geral. Em consequência das inúmeras atribuições exigida pela Caixa para os GG, assumir carteira de relacionamento com milhares de clientes é administrativamente contraproducente.

153. Adoção de treinamento de Gestão Administrativa quando da designação de função de Gestor.

154. Contratação de serviço cartorial para as agências que inclua o transporte dos documentos. Nas localidades, onde não seja possível esta contratação, que seja utilizando o serviço de despachante, de forma que os empregados não realizem esse serviço.

VIII - Segurança Bancária

155. Criação de estruturas de segurança discutidas com as representações sindicais locais em todos os estados, compatíveis com as demandas locais, envolvendo a CIPA e o SESMT.

156. Abertura e funcionamento de agências somente com o total cumprimento do plano de segurança homologado e atestado pela Polícia Federal.

157. Elevação do valor da indenização por assalto/sinistro para o equivalente a 100 salários-mínimos calculados pelo Dieese.

158. Instalação de divisórias laterais entre os guichês de caixa e penhor, separando os clientes durante o atendimento e biombo para impedir a visualização das operações efetuadas nos caixas pelo público.

159. Instalação de vidros de proteção nos guichês de caixa e penhor.

160. Implantação das portas de segurança com detectores de metal na entrada das agências, antes das salas de autoatendimento, com a proibição da presença de empregados e garantia, em caso de não funcionamento da porta, de que unidade permaneça fechada até a normalização da situação.

161. Retomada da implantação do modelo "Agência Segura", garantindo-se implantação de centrais de monitoramento em tempo real.

162. Não responsabilização civil dos empregados em caso de fraudes ou golpes de terceiros contra a Caixa.

163. Revisão do normativo que regula a entrega e guarda de malotes empresariais com maior segurança para os empregados, não permitindo que sejam entregues às vistas do público e sendo tratados por caixas internos.

164. Proibição do atendimento prévio na parte externa das unidades.

165. Obrigatoriedade de apresentação de relatório às entidades sindicais e representativas dos empregados sobre estatísticas das ocorrências de assaltos, sequestros, furtos e outros delitos ocorridos em agências da Caixa e correspondentes bancários.

166. Isenção de tarifas para TED e DOC nos casos de saque do FGTS, precatórios e alvarás judiciais, como forma de prevenção de ações criminosas denominadas "saldinhas de banco".

167. Averiguação e manutenção periódica do funcionamento dos equipamentos de segurança da unidade e posterior disponibilização do relatório para as entidades representativas dos trabalhadores.

168. Aperfeiçoamento da crítica nos sistemas e aplicativos, impedindo operações em desacordo com os manuais normativos, reduzindo os riscos de fraude.

169. Implantação de rotina na área de logística de prioridade de atendimento a chamados de manutenção e implantação de itens de segurança, com prazo máximo de cinco dias úteis, sob pena de não abertura da unidade até a resolução.

170. Instalação de divisórias entre os ATM'S.

171. Utilização de vidros blindados nas fachadas externas das unidades de atendimento e implantação de CFTV externo com câmeras com alta resolução.

172. Corredor de abastecimento integrado a tesouraria, em todas as agências e PABs.

173. Internalização dos serviços de segurança, com criação de setor específico responsável pela guarda de chaves de cofre e tesouraria e ainda pelo serviço de fechamento e abertura das agências com aperfeiçoamento do sistema de biometria especialmente nos casos de queda de fornecimento de energia, para garantir maior proteção contra assaltos e sequestros de tesoureiros.

174. Adoção do serviço de segurança a todas as unidades da Caixa, inclusive às filiais.

175. Adoção de mecanismos de segurança bancária nas lotéricas (como portas de segurança e vigilantes), entre outros, enquanto não houver a proibição da realização de atividades bancárias.

176. Elaboração de plano específico de segurança para clientes e empregados, com avaliação dos órgãos de segurança, para as agências em zonas reconhecidamente de risco, visando sua maior proteção.

177. Não punição aos empregados em caso de não acionamento do alarme em casos de sinistro.

178. Criação de programa de proteção aos empregados vítimas de violência e crimes motivados pelo exercício de sua atividade bancária com o pagamento integral pela Caixa de médicos, psicólogos e demais especialistas até que o empregado esteja totalmente restabelecido para suas funções, bem como para sua família, quando for o caso.

179. Garantia de que o empregado ocupante da função de tesoureiro (ou equivalente) não atenda ao público, como forma de preservar sua segurança.

180. Implantação de programa permanente de treinamento e consultoria em segurança a todos os empregados, observando-se as necessidades locais com divulgação de cronograma no início de cada ano.

181. Garantia de vigilantes nos horários diferentes do funcionamento das agências quando houver empregados fazendo horas extras ou houver obras.

182. Retorno das reciclagens técnicas com ênfase na detecção de fraudes.

183. Assunção pela Caixa da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes de problemas de segurança.

IX - Terceirização

184.

185. Cumprimento do TAC específico à terceirização das atividades fim na Caixa.

186. Fim dos correspondentes bancários.

187. Cancelamento dos contratos de prestação de serviços com as empresas envolvidas em violações de direitos humanos, preservando os direitos individuais dos trabalhadores.

Ação sindical:

188. Luta contra o PLS 30/2015 (PLC 4330), que precariza as relações de trabalho.

GRUPO 4

Caixa 100% Pública, Contratação, Sipon e Jornada

X - Caixa 100% Pública

189. Equidade de tratamento entre o pequeno e grande investidor.
190. Transparência da direção da Caixa sobre o atual cenário da empresa.
191. Rompimento com o modelo de gestão que se espelha na lógica privada, reforçando e priorizando o papel social da Caixa.
192. Não fatiamento da Caixa e manutenção de todas as participações acionárias que a empresa detém atualmente.
193. Revisão da política de patrocínio que privilegia grandes empresas, dentre elas grandes clubes de futebol, exigindo das mesmas contrapartidas sociais.
194. Revisão do programa Minha Casa Minha Vida, visando atender melhor as pessoas com deficiência, e retomar e aperfeiçoar o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com participação dos movimentos populares de moradia.
195. Composição da diretoria da Caixa exclusivamente com empregados de carreira e Conselho de administração com participação dos empregados e movimentos sociais.

Ações sindicais:

196. Luta pela redução da alíquota de recolhimento compulsório sobre a poupança de 20% para 15%, condicionada à aplicação dos recursos em financiamentos imobiliários para população de baixa renda.
197. Campanha permanente das entidades representativas dos empregados pela manutenção da Caixa 100% pública como instrumento de fomento à economia, implementação de políticas públicas, e agente de regulação e moderação do Sistema Financeiro Nacional.
198. Fomento ao debate das propostas legislativas em tramitação (PL 4918, entre outros), procurando os deputados que se contrapõem à transformação da Caixa em S/A com o intuito de discutir formas de se contrapor a essas iniciativas.
199. Manutenção do uso das mídias (camisas, cartazes etc.) em defesa da Caixa 100% pública durante a campanha salarial e greve.
200. Realização de debates e eventos sobre a importância dos bancos públicos para regulação do SFN.

XI - Contratação

201. Estabelecimento de critérios, na mesa de negociação permanente, para definição de lotação necessária de empregados e quantitativo/tipificação de funções em cada unidade, para contratação imediata, devendo haver reposição imediata sempre que o número efetivo ficar abaixo do estabelecido, por qualquer razão, observado também a cota de pessoas com deficiência, prevista em Lei.
202. Divulgação para as entidades sindicais e associativas dos dados do estágio probatório e definição de critérios básicos para demissões de empregados em estágio.

Ações sindicais:

203. Monitoração e fiscalização do cumprimento da Lei do Estágio e Aprendizagem, exigindo da Caixa o não desvio de função a que se propõe a legislação.
204. Manutenção da campanha “Mais empregados para a Caixa, Mais Caixa para o Brasil”.

XII - Jornada de Trabalho/Sipon

205. Fim do banco de horas com extinção de registro de horas negativas no Sipon e do bloqueio do acesso motivado por falta de homologação pelo gestor ou hora extra não acordada. Pagamen-

- to de todas as horas extras acrescidas de 100% da hora normal.
206. Adoção e respeito à jornada de 6 horas para todos os empregados, inclusive os de nível gerencial e carreiras profissionais, sem redução salarial.
207. Revogação da CI SUPES 293/06 com o pagamento retroativo de todos os vencimentos não pagos aos atingidos pela medida.
208. Pagamento das horas “in itinere” nos casos de viagem a serviço da Caixa, com os seguintes critérios:
a) Como hora normal trabalhada no período de 6 às 22 horas em dias úteis;
b) Como hora extra no período noturno e em finais de semana ou feriados.
209. Realização dos cursos da UCC obrigatoriamente dentro da jornada de trabalho com disponibilização de local e equipamento adequados, e planejamento para garantir a igualdade a todos os empregados.
210. Proibição de trabalho aos sábados, domingos e feriados, tais como feirões e similares, exceto quando se tratar das situações previstas nos artigos 61 e 68 da CLT, ocasiões em que a Caixa fica obrigada ao pagamento das horas trabalhadas, com acréscimo de 150%, mais ticket-alimentação e transporte a todos os trabalhadores envolvidos.
211. Interligação de todos os aplicativos da Caixa com o SIPON por login único, impedindo que os empregados possam logar os sistemas antes ou após a marcação do ponto.
212. Fim da responsabilização do empregado no caso de irregularidades no registro do Sipon.
213. Registro de ponto para todos os empregados da carreira administrativa e profissional, independente da função exercida.
214. Registro pelo gestor do código “Greve” no ponto eletrônico em caso de paralisação por motivos reivindicatórios organizados pelas entidades.
215. Fim da orientação aos tesoueiros para fazer duas horas de intervalo.
216. Fim do IHE.
217. Reconhecimento do sábado como dia de descanso remunerado.
218. Criação de Abono Pré-Natal para ser utilizado nos casos não cobertos pelo art. 392, II da CLT com o acompanhamento do pai.

GRUPO 5

Carreira, Isonomia e Reestruturação

XIII - Carreira

219. Criação de Comitê de Acompanhamento dos PSIC e do banco de habilitados e oportunidades e banco de sucessores, com participação dos empregados e um membro da GIPES, com adoção de critérios exclusivamente objetivos e transparência, eliminando a possibilidade de nomeação pelo gestor, aumentando a abrangência dos PSIC, impedindo que fique restrito à unidade demandante.
220. Criação de função gratificada para Atendimento Social e para FGTS para quem trabalha no setor social.
221. Criação de níveis de carreira para os componentes do SESMT e de funções gratificadas de médico coordenador e coordenador nacional dos SESMT com pagamento retroativo até 5 (cinco) anos de gratificação de função para médicos que exercem ou exerceram informalmente tais funções.
222. Valorização da função de avaliadores de penhor com revisão do piso de mercado e criação de níveis júnior, pleno e sênior.
223. Criação de banco de reserva de avaliadores de penhor na medida de 50% das funções existentes.
224. Adoção de cursos de reciclagem e gemologia para os avaliadores de penhor.
225. Concessão de um delta a cada dois anos pelo período em que não houve promoção por merecimento nos PCS 89 e 98.

226. Realização do atendimento expresso obrigatoriamente por empregado com função de caixa.
227. Aperfeiçoamento do modelo do PFG, incluindo progressão horizontal em cada cargo/função, por tempo de exercício.
228. Adoção de critérios objetivos para descomissionamentos elaborado com os empregados previamente, retirando do gestor o poder discricionário, com direito a ampla defesa e recurso da decisão pelo empregado.
229. Reformulação do MN RH 151 em mesa de negociação, com a adoção de incorporação automática de percentual de 20% a cada ano de exercício, incluindo CTVA.
230. Alteração no critério frequência, na avaliação de mérito, não permitindo que os períodos de afastamento por doença comum, bem como o período anterior à contratação de novo empregado durante o primeiro semestre do ano-base prejudiquem sua nota final.
231. Valorização dos cipeiros com pontuação nas ferramentas de avaliação de desempenho da unidade.
232. Isonomia na remuneração entre as funções gerenciais de atendimento de pessoa física e pessoa jurídica e canais, e entre as funções gerenciais das SR.
233. Pagamento de adicional de sobreaviso e suporte a todos os empregados à disposição da empresa para atender as demandas urgentes e inadiáveis fora do horário de trabalho.
234. Concessão de gratificação em caráter permanente e realização de PSI para todos os substitutos eventuais.
235. Redução do tempo da promoção por antiguidade de 24 para 12 meses.
236. Rediscussão das atribuições do supervisor de atendimento e outros cargos que estão acumulando atribuições sem a correspondente valorização.
237. Revisão da Estrutura Salarial Unificada (ESU), corrigindo eventuais distorções e ampliando o teto, com aumento de duas referências.
238. Qualificação do empregado para atuar na área de habitação e treinamento de pessoal para os programas sociais.
239. Criação da carreira de TI negociada com os representantes dos empregados.
240. Alteração da nomenclatura de Assistente de Projetos Sociais e Técnico Social para Analista de Projetos Sociais.
241. Criação das funções de Consultor de Trabalho Social e Coordenador Regional de Trabalho Social e redimensionamento do quadro de assistente de projetos sociais e técnicos sociais.
242. Inclusão do benefício de pagamento de aluguel para todos os empregados que forem transferidos por PSI ou por interesse da empresa para localidades com distância superior a 50 km de seu domicílio de origem, com duração de 24 meses para adaptação do empregado.
243. Redução do período de carência para participação em novo PSI aos empregados aprovados em processos anteriores.
244. Possibilidade no âmbito da TI de aproveitamento de experiência externa gerencial.
245. Criação de cursos de capacitação, acesso às ferramentas tecnológicas e a participação em seminários, encontros e congressos para os empregados da área do Trabalho Social (Social Caixa).
246. Valorização dos instrutores da Caixa.
247. Realização de provas para Banco de Habilitados por empresa independente e em local externo à Caixa com transparência, e garantia de recurso.
248. Distribuição equânime das funções da área social.
249. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que esteja substituindo.
250. Garantia de pelo menos um delta por merecimento para cada empregado a cada ano.
251. Abertura de negociação sobre o PFG.
252. Readequação dos empregados com funções com níveis JUNIOR, PLENO E SENIOR, conforme RH 183, com base nos seguintes critérios:

- a) Em unidades onde houver apenas um assistente/analista seu enquadramento seja pelo menos no nível PLENO;
- b) Assistente/analista com mais de dois anos de função sem pós-graduação deverá ser enquadrado pelo menos no nível PLENO;
- c) Assistente/analista com mais de dois anos de função com pós-graduação deverá ser enquadrado no nível SENIOR.
253. Reenquadramento dos Assistentes de Projetos Sociais e Técnicos Sociais no PFG no terceiro nível acima do atual, como forma de valorização.
254. Definição em normativo das atribuições dos APS e TS de forma clara e condizente com a realidade.
255. Consideração na análise funcional em PSI os períodos de substituição na função da vaga a preencher também nas unidades de Área Meio.
256. Criação de PCS específico para a carreira médica com piso salarial e jornada da categoria médica.
257. Adoção de pontuação para os assistentes e técnicos com o mesmo peso dos engenheiros e arquitetos nos PSI, Banco de Sucedores e Banco de Oportunidades.
258. Adoção de treinamento de Gestão Administrativa quando da designação de função de Gestor.

Ação sindical:

259. Denunciar e combater o desvio de função.

XIV - Isonomia

260. Extensão da licença-prêmio e ATS para todos os empregados admitidos a partir de 1998.
261. Normatização dos pontos de isonomia já conquistados no ACT.
262. Eliminação de toda e qualquer discriminação em razão de idade, deficiência, orientação sexual, gênero, etnia, ou qualquer outra condição, incluindo empregados aposentados pelo INSS, que permanecem na ativa em relação a restrições ao Saúde Caixa no desligamento da empresa, empregados que permanecem no REG/Replan não saldado relativamente à vedação a opção pela tabela ESU e PFG e os que possuem ações trabalhistas contra a Caixa, extensivo aos.
263. Direito à ampla defesa do empregado Caixa, conforme prevê a Constituição Federal, e que os comitês disciplinares sejam compostos por cinco membros pertencentes a Rede, ao Atendimento de Programas Sociais, Gestão de Pessoas, Retaguarda e Recuperação de Crédito.
264. Inclusão no programa Diversidade Caixa de campanhas para conscientização dos empregados acerca dos estereótipos e mecanismos que contribuem para a discriminação.
265. Manutenção das gratificações dos empregados envolvidos em processos de apuração sumária, até que os mesmos sejam concluídos.
266. Manutenção da função para todos os integrantes de CIPA, delegados sindicais pelo mesmo tempo de estabilidade e da inamovibilidade e liberação de todos os empregados eleitos para mandato sindical, inclusive suplentes, com a manutenção da função efetiva e ao suplente de delegado sindical observadas a estabilidade e a inamovibilidade desde o momento da inscrição até um ano após o término do mandato.
267. Extensão do auxílio-alimentação e cesta-alimentação a todos os aposentados e pensionistas, inclusive aos desligados em PADV, incluindo as decisões transitadas em julgado em que os aposentados e pensionistas tenham perdido a ação.
268. Isonomia no pagamento de diárias para os empregados destacados com equiparação pelo maior valor pago a todos.
269. Isenção de todas as tarifas bancárias para empregados e aposentados.
270. Extensão dos direitos do ACT a todos trabalhadores terceirizados.
271. Extensão do auxílio telefone a todos os empregados que utilizam telefone móvel para exercício das atividades, nos moldes do auxílio concedido aos GGs.

Ações sindicais:

272. Criação de comissão para acompanhar e pressionar pela aprovação do PL 6259/2005 no Congresso Nacional e PDC 444/2011.

273. Manutenção da bandeira de isonomia, até conquistarmos direitos iguais para todos os empregados.

274. Realização do IV Encontro de Isonomia.

XV - Reestruturação

275. Em qualquer caso de reestruturação a Caixa deve debater prévia e objetivamente, com transparência, as mudanças com a Comissão Executiva dos Empregados.

276. Suspensão do processo de extinção das RERETs e consequente migração dos tesoureiros e técnicos bancários lotadas em RERET para a agência, com o asseguramento das funções.

277. Garantia que as funções retiradas em até 1 (um) ano após a migração sejam consideradas como dispensas por reestruturação garantindo as regras de incorporação para quem se enquadrar, mesmo no caso de designação simultânea em função de valor menor.

278. Maior transparência no repasse das informações referentes ao processo de reestruturação e migração evitando a desinformação e garantindo melhor aproveitamento das pessoas envolvidas no processo.

279. Revisão da metodologia de agência deficitária.

Ações sindicais:

280. Defesa das funções e de melhores condições de trabalho.

281. Contra o fechamento de unidades.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

282. Liberação dos delegados sindicais e representantes de entidades sindicais e associativas para participarem de reuniões, cursos, seminários, congressos e plenárias onde seja necessária à sua presença, independentemente da anuência dos gestores.

283. Definição da estrutura para o bom desenvolvimento das atividades do conselheiro representante.

284. Criação do cargo de vice-presidente representante, eleito pelos empregados.

285. Reposição das perdas salariais desde o Plano Real.

Ações sindicais:

286. Participação dos empregados da Caixa na Campanha Nacional dos Bancários, com representação na mesa da Fenaban e mesa específica concomitante.

287. CEE/Caixa composta por um representante por federação, um representante dos aposentados indicado pela Fenacef, um representante da Contraf-CUT e um coordenador.

288. Realização do 33º Conecef, no primeiro semestre de 2017, com base nos seguintes critérios:

a) Coordenação nacional pela Contraf-CUT, com assessoria da CEE/Caixa

b) Coordenação dos congressos estaduais pelas federações, com a colaboração das Apcefs e associações de empregados e de aposentados.

c) Organização pela CEE/Caixa.

d) Finalidade: discutir e deliberar sobre as especificidades da Caixa e de seus empregados, aposentados e pensionistas, elaborando a pauta de reivindicações específicas a ser negociada com a empresa no processo de negociação permanente e na mesa específica da Campanha Nacional dos Bancários.

e) Realização no primeiro semestre de 2017.

f) Delegados eleitos na proporção de um por 300 empregados na base, ou fração superior a 150. No mínimo dois por estado.

Mesma proporcionalidade para os aposentados, garantindo no mínimo um por estado.

g) Paridade de gênero: obrigatoriedade de 50% de gênero (cor-te). Aprimora a paridade em todas as representações.

h) Rateio dos custos totais de participação dos delegados no Conecef.

289. Eleição de delegados sindicais em todas as bases, com organização de conselhos estaduais ou por federação, com caráter organizativo.

290. Realização de seminários e plenárias com o objetivo de construir posições do movimento para o enfrentamento de questões relevantes para os empregados da Caixa.

291. Realização de dia de luta pela Caixa 100% pública.

292. Luta pela revogação das restrições impostas pela lei 12.353 de 28/12/2010 para atuação do conselheiro eleito.

Eixos de luta:

1 - Condições de Trabalho:

a) 6 horas já para todos;

b) mais contratações;

c) melhoras na logística;

d) fim do Assédio Moral

2 - Isonomia:

e) ATS e LP para todos;

f) Fim da discriminação do REG/REPLAN não saldado;

g) Auxílio e cesta alimentação para os aposentados.

3 - Valorização do piso.

4 - Saúde Caixa.

5 - Não ao Golpe, nenhum direito a menos.

6 - Defesa da caixa 100% pública.

7 - Contratações. Retomada do crescimento.

8 - Isonomia de direitos entre todos os trabalhadores.

